



Instituto Federal Catarinense
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT
Campus Blumenau

FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA
CATARINA: UM ESTUDO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA LEI Nº 13.415/2017 NOS
CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Blumenau

2023

FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA
CATARINA: UM ESTUDO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA LEI Nº 13.415/2017 NOS
CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dra. Viviane Grimm

Blumenau

2023

O48e Oliveira, Fernanda Bizarri de.
Educação profissional na rede estadual de ensino de Santa Catarina : um estudo sobre as implicações da Lei nº 13.415/2017 nos cursos de ensino médio integrado / Fernanda Bizarri de Oliveira ; orientadora Viviane Grimm. -- Blumenau, 2023.
144 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2023.

Inclui referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ensino Médio Integrado.
3. Rede Pública de Ensino – Santa Catarina. I. Grimm, Viviane. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título

CDD: 373.246

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Shyrlei K. Jagielski Benkendorf - CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22076/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002725/2023-76

Blumenau-SC, 12 de dezembro de 2023.

FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA LEI 13.415/2017 NOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 24 de novembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Santa Catarina

gov.br

Documento assinado digitalmente

ROBERTA PASQUALLI
Data: 15/12/2023 13:42:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

gov.br

Documento assinado digitalmente

WILLIAN SIMOES
Data: 15/12/2023 17:48:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Willian Simões
Universidade Federal da Fronteira Sul

(Assinado digitalmente em 14/12/2023 10:54)
VIVIANE GRIMM
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCPGPT (11.01.09.31)
Matrícula: ###133#8

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **22076**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **12/12/2023** e o código de verificação: **73be0b458c**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22081/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002726/2023-11

Blumenau-SC, 12 de dezembro de 2023.

FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE
ESTADUAL DE SANTA CATARINA: RECONSTRUINDO OLHARES A PARTIR
DA CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO INTEGRADO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 24 de novembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Viviane Grimm
Instituto Federal Catarinense
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente
gov.br ROBERTA PASQUALLI
Data: 15/12/2023 13:44:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br WILLIAN SIMOES
Data: 15/12/2023 17:49:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Willian Simões
Universidade Federal da Fronteira Sul

(Assinado digitalmente em 14/12/2023 10:54)

VIVIANE GRIMM
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCPGPT (11.01.09.31)
Matrícula: ###133#8

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **22081**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **12/12/2023** e o código de verificação: **eabb6d0d1**

À Helena e Laura e a todos estudantes brasileiros,
que possam ter plenas condições de acesso e
permanência na escola.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela oportunidade que me foi dada na conquista de mais uma etapa de minha formação acadêmica e pelo amparo no processo de crescimento.

Aos meus pais, pela educação, pelo exemplo de persistência e dedicação.

Ao meu amado esposo Ivan, pelo incentivo e apoio de sempre.

Às minhas amadas filhas Helena e Laura, que percorrem os caminhos do ensino fundamental, pela compreensão em momentos de ausência. Em etapas diferentes, no entanto cheias de significado para cada uma, crescemos juntas no processo de formação.

Aos colegas de trabalho da Coordenadoria Regional de Brusque (CRE), por todo apoio recebido na frequência às aulas e sobretudo à escuta acolhedora.

Ao Instituto Federal Catarinense, minha satisfação e orgulho em ter feito parte de um programa de mestrado em rede nacional, em uma instituição de educação pública e de qualidade.

À minha orientadora Viviane, pela maestria e paciência em me conduzir no mundo da pesquisa e da ciência.

Ao Governo do Estado de Santa Catarina, pela concessão do afastamento para realização desta pesquisa.

À Gerência de Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Estado da Educação e às CREs de Itajaí e Blumenau, pela anuência da pesquisa.

À Gestão das Escolas CEDUP Hermann Hering e EEB Maria Rita Flor pela acolhida na realização da pesquisa e pelo aprendizado em relação aos cursos de Ensino Médio Integrado, sobretudo aos professores pelas trocas realizadas durante a Roda de Conversa.

Às professoras Roberta e Filomena, pelo aceite em participar da banca de qualificação, oportunizando valiosas contribuições sobre o tema. Também, ao professor Willian, pelo aceite na participação na banca de defesa.

À diagramadora Letícia, pelo aceite na edição do Produto Educacional desta pesquisa.

A todos os professores do mestrado, vocês foram inspiração para o seguimento desta profunda jornada.

Aos colegas da turma ProfEPT 2021, nossos laços foram construídos em meio a um contexto pandêmico, mas não menos enriquecido de trocas, humildade, sabedoria; sobretudo à colega Ariana, parceira de orientação e do serviço público estadual.

Enfim, a todos que passaram por minha história e contribuíram em meu processo de formação pessoal e profissional.

“A finalidade da educação não deve ser a formação ‘para’; seja para o ‘mercado de trabalho’, para a ‘vida’. É formação pelo trabalho e na vida.” (Ramos, 2008, p. 23)

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau, inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, no “Macroprojeto 3: Práticas Educativas no Currículo Integrado”. O Novo Ensino Médio (NEM), instituído pela Lei nº 13.415/2017, determinou mudanças expressivas para a última etapa da educação básica. No âmbito da oferta de Educação Profissional e Técnica de nível médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, as adequações curriculares têm impactado políticas historicamente construídas, como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP). Nesse sentido, o presente estudo buscou analisar as implicações da Reforma do Ensino Médio nos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) nesta rede de ensino, a fim de desenvolver um produto que possa contribuir na discussão sobre currículo integrado na Educação Profissional de nível médio. Como fundamentação teórica, parte-se de autores que discutem o Ensino Médio Integrado a partir da concepção de formação humana integral e currículo integrado, tais como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Saviani (1989), Moura (2007), Machado (2010). Para uma maior compreensão das políticas instituídas sobre EPT, realizou-se inicialmente um estudo a partir dos documentos curriculares e dos dados do Censo Escolar da Educação Básica/INEP. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e de natureza aplicada. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com gestores escolares, questionário com docentes, sendo analisados a partir da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003). Quanto aos resultados, destacamos que as mudanças decorrentes da implantação do “Novo Ensino Médio” impactaram na continuidade da oferta dos cursos de EMIEP na rede estadual catarinense, bem como na organização curricular e no trabalho pedagógico, fragilizando a formação integral dos estudantes e a identidade das Unidades Escolares ofertantes de EMIEP. A partir da análise, foi desenvolvido o infográfico “Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado”, aplicado em Roda de Conversa e avaliado por gestores e docentes de duas escolas participantes da pesquisa, que destacaram seu potencial em ampliar a compreensão acerca dos cursos de Ensino Médio Integrado da Rede Estadual de Santa Catarina.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Currículo Integrado. Ensino Médio Integrado. Novo Ensino Médio. Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Produto Educacional.

ABSTRACT

The present study is a research carried out result in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT) of the Federal Institute of Santa Catarina - Campus Blumenau, inserted in the research line "Educational Practices in Professional and Technological Education", in the "Macroproject 3: Educational Practices in the Integrated Curriculum". The New High School (NEM), instituted by Law nº 13.415/2017, determined significant changes for the last stage of basic education. In the offer context of Professional and Technical Education at the secondary level in the State Education Network of Santa Catarina, curricular adjustments have impacted historically constructed policies, such as the Integrated High School to Vocational Education (EMIEP). In this sense, the present study sought to analyze the implications of the High School Reform in the Integrated High School to Vocational Education (EMIEP) courses in this education network, to develop a product that can contribute to the discussion about integrated curriculum in Professional Education at the secondary level. As theoretical foundation, we start from authors who discuss the Integrated High School from the conception of integral human formation and integrated curriculum, such as Frigotto, Ciavatta and Ramos (2005), Saviani (1989), Moura (2007), Machado (2010). To better understand the policies established on EPT, a study was initially carried out using curriculum documents and data from the Basic Education School Census/INEP. As for the methodology, it is an exploratory research, with a qualitative approach and applied nature. The data were collected through interviews with school managers, questionnaires with teachers, being analyzed from the Discursive Textual Analysis (Moraes, 2003). Regarding the results of the study, we highlight that the changes resulting from the implementation of the "New High School" impacted the continuity of the offer of EMIEP courses in the catarinense state network, as well as in the curricular organization and pedagogical work, weakening the integral formation of students and the identity of EMIEP offering School Units. From the analysis, the infographic "Integrated High School in the State Network of Santa Catarina: Reconstructing looks from the conception of integrated curriculum" was developed, applied in a Conversation Circle, and evaluated by managers and teachers of two schools participating in the research, who highlighted its potential to expand understanding about the Integrated High School courses of the State Network of Santa Catarina.

Keywords: Professional and Technological Education. Integrated Curriculum. Integrated High School. New High School. State Network of Education of Santa Catarina. Educational Product.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de localização Unidades Escolares ofertantes de EMIEP 61
- Figura 2 – Nuvem de palavras sobre Educação Profissional e Tecnológica 65

GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Matrículas de educação profissional e tecnológica de nível médio na rede estadual de ensino de SC (2007-2022) 58
- Gráfico 2 – Matrículas EMIEP na Rede Estadual de Ensino de SC (2007-2022) por Instituição de Ensino 60
- Gráfico 3 – Percepções sobre Educação Profissional e Tecnológica 64

QUADROS

- Quadro 1 – Etapas do desenvolvimento da pesquisa 54
- Quadro 2 – Carga horária das matrizes curriculares do NEM referente ao Itinerário Formativo de EPT 72
- Quadro 3 – Carga horária das matrizes curriculares EMIEP e NEM - Técnico em Hospedagem 73
- Quadro 4 – Distribuição das respostas por questão do formulário de avaliação do Produto Educacional 84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado nas redes estaduais	59
Tabela 2 – Matrículas de Ensino Médio Integrado por dependência administrativa	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATP – Assistente Técnico Pedagógico

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNCC-EM – Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio

CBEMTC – Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

GEREDs – Gerências Regionais de Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NEM – Novo Ensino Médio

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC – Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SED/SC – Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina

SC – Santa Catarina

UE – Unidade Escolar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 A educação profissional no Brasil pós anos 1990: retrocessos e avanços no enfrentamento da dualidade educacional	23
2.2 Currículo integrado e ensino médio integrado	32
2.3 O ensino médio integrado à educação profissional na rede estadual catarinense	39
2.4 Educação técnica e profissional de nível médio no currículo base do ensino médio do território catarinense	44
3 METODOLOGIA	52
4 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
4.1 A oferta de EMIEP na rede estadual de Santa Catarina	57
4.2 Das concepções de EPT às percepções sobre a reforma do ensino médio nos cursos de EMIEP	63
4.3 Impactos na organização curricular e na formação dos estudantes	71
4.4 Impactos na identidade das escolas ofertantes de EMIEP e no trabalho docente	77
4.5 Processo de desenvolvimento e avaliação do produto educacional: infográfico	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A	100
APÊNDICE B	102
APÊNDICE C	103
APÊNDICE D	108
APÊNDICE E	112
APÊNDICE F	117
APÊNDICE G	119
APÊNDICE H	125
APÊNDICE I	128
APÊNDICE J	132
ANEXO A	136
ANEXO B	138

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau, inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, no “Macroprojeto 3: Práticas Educativas no Currículo Integrado”, e tem como tema a Educação Profissional e Técnica da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Como delimitação, toma-se como objeto de investigação a oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina em um contexto de mudanças por meio da implantação do Novo Ensino Médio (NEM).

O interesse pelo tema da pesquisa decorre do exercício profissional da pesquisadora na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, lotada no cargo de Assistente Técnico Pedagógico (ATP) na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Brusque, desde 2004. Na maior parte desse período, a pesquisadora atuou em formações continuadas de professores junto ao Núcleo de Tecnologias Educacionais, sendo que nos últimos seis anos exerceu a função de Técnica em Recursos Humanos e Coordenadora Regional do Censo Escolar. Impulsionada pela busca de novos desafios no exercício profissional, a continuidade dos estudos se fazia necessária.

A seleção no Mestrado ProfEPT, direciona a pesquisadora a compreender o contexto da Educação Profissional de nível médio no âmbito da CRE de Brusque, na intenção de desenvolver a pesquisa na Rede Estadual de Santa Catarina (SC). Tendo como abrangência regional oito municípios, a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na CRE de Brusque concentra-se historicamente no Sistema S¹. A política estadual de implantação dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) possibilitou, em 2006, o início do curso de EMIEP – Técnico em Hospedagem em Unidade Escolar (UE) localizada no município de Nova Trento. A implementação desta política na CRE de Brusque não ampliou a oferta para as demais UEs da regional, concentrando a oferta de EPT neste município. Antes da atual reforma do Ensino Médio, tem-se o encerramento desta oferta, devido a diversos

¹ O Sistema S compreende nove entidades com destaque para o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Sesc – Serviço Social do Comércio, Sesi – Serviço Social da Indústria; e Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Apesar de prestarem serviços de interesse público, a exemplo de escolas e clínicas médicas, essas entidades são mantidas com recursos de empresas dos setores correspondentes. Fonte: <https://tinyurl.com/ckrsdr7k>. Acesso em: 26 out. 2023.

fatores, dentre eles a baixa demanda de matrículas e a falta de incentivos para essa política.

Assim, se por um lado observamos a fragilidade da política de EMIEP na CRE de Brusque, por outro a possibilidade de ampliação de oferta de EPT é mobilizada nos discursos que emergem com a política estadual de implantação do Novo Ensino Médio (NEM). Nesse sentido, considerando os cursos de EMIEP como política construída historicamente na Rede Estadual de SC, no que se refere à EPT, procuramos compreender as transformações e os impactos nessa oferta provocadas pela Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017.

Para tanto, redefinimos nossa amostra para UEs com oferta efetiva de EMIEP, localizadas em outras regionais da rede estadual. Consideramos importante situar que, no projeto da pesquisa, nossa intenção era também investigar UEs com oferta do NEM da regional de Brusque, incluindo Escolas-Piloto, visando uma análise da possível oferta dos Itinerários de Formação em EPT, contudo compreendemos que essa proposta, além da inviabilidade de tempo, não se alinhava à delimitação do tema referente à oferta dos cursos de EMIEP.

Para uma aproximação com o tema, realizou-se a revisão de literatura por meio da pesquisa de publicações recentes no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Quanto ao recorte temporal, elegemos o período entre 2004-2022, tendo em vista a importância do Decreto nº 5.154/2004. Nessa consulta foram utilizados os descritores: “Ensino Médio Integrado” e “Rede Estadual”, sendo localizados aproximadamente 1.450 artigos revisados por pares e 250 dissertações e teses.

Após a consulta nas bases de dados, apesar da maioria das publicações abordarem a rede federal de educação profissional e tecnológica, foram selecionados estudos sobre a política de Ensino Médio Integrado nas redes estaduais de educação, objeto de estudo da pesquisa. Com relação à Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, encontrou-se a dissertação de Silva (2009) e o artigo de Scheibe e Silva (2013). Faz-se importante destacar também as pesquisas acerca da implementação dos cursos de EMIEP nos estados do Paraná, por Davanço (2008), Garcia (2009) e Kuenzer e Garcia (2013); no Mato Grosso, por Souza (2015) e no Espírito Santo, por Lima e Peterle (2019).

Os estudos sobre a política de Ensino Médio Integrado nas redes estaduais de educação nos apresentam desafios e limites para a efetivação da integração, bem como disputas com outros programas estaduais que incluem a formação em tempo integral no

Ensino Médio (Lima; Peterle, 2019). O estudo de Silva (2009) com relação à implementação dos cursos de EMIEP em Santa Catarina observou que a política provocou mudanças na forma de conceber a Educação Profissional de nível médio, criando novas expectativas para a Educação Básica. A potencialidade para a continuidade da experiência em Santa Catarina foi favorecida, segundo a autora, por duas ações ocorridas no processo de implementação da política: formação dos profissionais da educação e o financiamento dos cursos (Sheibe; Silva, 2013).

Segundo Kuenzer e Garcia (2013), além da decisão política de integrar, é preciso garantia de financiamento público, gestão democrática e principalmente incorporação de uma concepção de educação que tenha como perspectiva a ruptura com o modelo tradicional. Segundo as autoras, “discutir que no Ensino Médio, a profissionalização seja uma possibilidade para os que vivem do trabalho, sem tratá-la de forma reducionista, contemplando apenas os conhecimentos demandados do mercado de trabalho, é o desafio que se procura desvelar” (Kuenzer; Garcia, 2013, p. 68).

Em outra consulta no Portal de Periódicos da CAPES, elegemos o período de 2017-2022, para mapear estudos acerca da atual reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, nos cursos de Ensino Médio Integrado. Por meio dos descritores “Ensino Médio Integrado” e “Reforma do Ensino Médio”, encontramos aproximadamente 50 artigos revisados por pares, dentre os quais destacamos aqueles em que a temática versava sobre a oferta de Educação Profissional de nível médio, tais como: Araújo (2018), Ferreti e Silva (2019), Kuenzer (2020), Silva e Arantes (2022), Piolli e Sala (2021), Possamai e Silva (2022). Estes estudos apontam o NEM como um retrocesso para a formação integral dos jovens, ampliando as desigualdades, sendo o Ensino Médio Integrado um caminho de resistência frente à nova política (Possamai; Silva, 2022) e como um desafio possível (Araújo, 2018). Segundo Ferreti e Silva (2019, p. 129) é urgente “revigorar as concepções e ações que cercam a proposição do Ensino Médio Integrado”.

No âmbito do estado de Santa Catarina, estudos como de Thiessen (2021), Martini (2021), Silva, Martini e Possamai (2021), Dantas e Pereira (2023) mostram que o órgão central tem cumprido com os movimentos de implantação da reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Educação, sobretudo pela responsabilização de equipes gestoras do Novo Ensino Médio (NEM) das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e Unidades Escolares (Silva; Martini; Possamai, 2021) sem maiores resistências por parte da sociedade e da comunidade escolar (Thiesen, 2021).

Observa-se que as pesquisas encontradas dialogam com as concepções teórica e metodológica que fundamentam este trabalho, como também convergem em relação aos limites e desafios da prática pedagógica que impactam a integração entre formação geral e técnica. Também, a partir das publicações constatamos a necessidade de dar visibilidade aos cursos de Ensino Médio Integrado ofertados na Rede Estadual de Santa Catarina, subsidiando a construção do conhecimento no campo da Educação Profissional e do currículo integrado.

Também, faz-se importante destacar os diversos estudos e debates sobre a Reforma do Ensino Médio promovidos por instituições e organizações em diferentes espaços coletivos. Em nível estadual, podemos destacar os eventos e pesquisa desenvolvida pelo Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina (OEMSC), entre os anos de 2021 e 2023, e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE/SC, 2023). Em nível nacional, destacamos seminários organizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED, 2023), dentre outros promovidos principalmente pela rede federal de educação profissional e tecnológica. Estas instituições apontam fragilidades na formação dos estudantes do Ensino Médio, sendo que, segundo o Relatório da ANPED (2023, p. 33), “a continuidade destas mudanças nos currículos da etapa do Ensino Médio prejudicará o acesso, a permanência e a formação, essencialmente, dos jovens das escolas públicas estaduais que são os mais vulneráveis socialmente”.

Vale ressaltar que, neste contexto, é de fundamental importância a discussão e os movimentos que problematizam a perspectiva da formação de futuros trabalhadores, tendo em vista, além das mudanças provocadas pela Lei nº 13.415/2017, o atendimento de uma das metas do Plano Estadual de Educação aprovado pela Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece objetivos relacionados à expansão da EPT de nível médio.

A perspectiva dos cursos de EMIEP defendida nesta pesquisa possui como concepção basilar a formação humana integral dos jovens. Por meio da integração das categorias trabalho, ciência, cultura e tecnologia, base da formulação desta política, a política dos cursos de Ensino Médio integrado tem como pressuposto a construção de uma escola de qualidade para os que vivem do trabalho, possibilitando uma formação sólida, superando a visão da Educação Profissional restrita ao mercado de trabalho (Kuenzer; Garcia, 2013). Trata-se da integração entre formação geral e técnica, proporcionando aos estudantes uma formação a partir da teoria e da prática, de modo que compreendam os processos produtivos de forma crítica.

Todavia, a atual reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) tem induzido alterações nas propostas curriculares das diferentes redes de ensino. Estas alterações impõem desafios para o currículo integrado na medida em que a EPT é ofertada por meio de um itinerário formativo da parte flexível e ainda possibilita a efetivação dessa oferta por meio de parcerias com outras instituições. Dessa forma, a nova legislação atribui centralidade à oferta concomitante de EPT, conferindo a este formato a perspectiva de integração, por meio da forma de oferta denominada concomitância intercomplementar (Ferreti, 2018).

Com relação ao exposto, esta pesquisa partiu da seguinte questão: quais os impactos da reforma do Ensino Médio na oferta de Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina? Para elucidar esta questão, a pesquisa teve como objetivo principal: analisar as implicações da Reforma do Ensino Médio na oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado nesta rede de ensino.

Após a definição do objetivo geral, buscou-se como objetivos específicos:

- a) Mapear a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, mais especificamente de Ensino Médio Integrado, na rede estadual de ensino de Santa Catarina.
- b) Identificar os movimentos de adaptação curricular realizados nas escolas, para atendimento da oferta de educação técnica profissional por meio do novo currículo do Ensino Médio no território catarinense.
- c) Analisar as concepções sobre educação profissional e tecnológica de docentes e gestores que atuam nas Unidades Escolares delimitadas para amostra.
- d) Desenvolver, aplicar e avaliar um produto educacional que aborde questões relacionadas à formação humana integral e currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio.

A partir desses objetivos, iniciamos o estudo no primeiro semestre de 2021, por meio da elaboração de um pré-projeto. Após o aprofundamento teórico, foi desenvolvido o projeto de pesquisa, qualificado em banca em junho de 2022 e aprovado pelo Comitê de Ética, em julho do mesmo ano. Na sequência, deu-se início à coleta de dados, sendo que, com base na análise dos dados, iniciou-se, em março de 2023, a construção do Produto Educacional (PE) na forma de um Infográfico. A aplicação do PE, deu-se por meio de uma formação organizada

em dois momentos: “roda de conversa” presencial com os professores das Unidades Escolares (UEs) participantes da pesquisa e etapa de estudos on-line, tendo como base o infográfico.

Esta dissertação está organizada em forma de capítulos, iniciando pela introdução, que apresenta a justificativa, a definição do problema e os objetivos propostos. Em seguida, o referencial teórico, que apresenta a contextualização histórica da Educação Profissional no Brasil destacadamente, a partir dos anos 1990, a concepção de currículo integrado, que corresponde à perspectiva adotada neste estudo, e a EPT, no contexto da atual reforma do Ensino Médio em Santa Catarina.

Na sequência, apresenta-se a metodologia com o detalhamento do processo de desenvolvimento da pesquisa e do produto educacional, que consistiu em uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza aplicada. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores e questionário on-line com professores de duas UEs. Também com base nos objetivos específicos, foram analisados documentos referente a legislações, diretrizes curriculares, planos de cursos das UEs investigadas e dados do Censo Escolar da Educação Básica/INEP.

No capítulo dos resultados e discussões, apresenta-se a análise e interpretação dos dados coletados por meio dos seguintes tópicos: a) a oferta de EMIEP na Rede Estadual de Santa Catarina; b) das concepções de EPT às percepções sobre a reforma do Ensino Médio nos cursos de EMIEP; c) impactos na organização curricular e na formação dos estudantes; d) impactos na identidade das escolas ofertantes de EMIEP e no trabalho docente; e e) processo de desenvolvimento e avaliação do PE: Infográfico, denominado “Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado”. O PE possui como objetivo proporcionar visibilidade à proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, auxiliando em discussões formativas, visando maior pertencimento dos educadores no campo das questões teóricas e práticas do currículo, sobretudo na concepção de currículo integrado. Por fim, tem-se as considerações finais, nas quais são apresentados os principais resultados da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir do acirramento das discussões acerca das políticas educacionais no Ensino Médio a partir da década de 1990, procuramos apresentar, nesta seção, os movimentos que atravessaram a implementação da política de Ensino Médio Integrado em nível nacional e estadual, bem como as mudanças provocadas pela Lei nº 13.415/2017, no que se refere às diretrizes sobre a oferta de EPT. O primeiro tópico apresenta a contextualização histórica da EPT de nível médio no Brasil, enfatizando legislações pós ano de 1990, que influenciaram disputas quanto à composição e enfrentamento da dualidade educacional no Ensino Médio. O segundo tópico discutirá a concepção de currículo integrado a partir da concepção de formação omnilateral. O terceiro tópico apresenta a construção da política dos cursos de EMIEP na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. O quarto e último tópico trata do processo de implantação do NEM em Santa Catarina, enfatizando a oferta de EPT de nível médio.

2.1 A educação profissional no Brasil pós anos 1990: retrocessos e avanços no enfrentamento da dualidade educacional

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o reduzido número de jovens brasileiros que concluem o Ensino Médio revela o retrato de uma dívida qualitativa e quantitativa na trajetória da educação brasileira expressada de forma mais perversa no Ensino Médio, que suscita ainda um falso dilema: formação para o trabalho ou formação propedêutica? A escolha pela formação geral ou pelo ensino profissionalizante na última etapa da Educação Básica é resultado da histórica dualidade educacional, que consiste na oferta de oportunidades escolares diferenciadas a partir da classe social.

Segundo Araújo (2019), o dualismo educacional consiste em um fenômeno social decorrente da dualidade estrutural, própria de uma sociedade dividida em classes, as quais possuem no capitalismo duas fundamentais classes: a burguesia e o proletariado. Segundo o autor, trata-se de uma estratégia política de dominação de classe, que busca a sustentação da divisão social e do status quo, na oferta de uma educação instrumental e elementar para a classe trabalhadora.

É essa divisão social do trabalho que produz essencialmente dois tipos de educação, uma de caráter instrumental e rudimentar, destinada aos indivíduos que tendem a

desenvolver atividades laborais simples, e outra de bases científicas mais sólidas e culturais amplas, destinada aos indivíduos que tendem a exercer papéis de liderança na sociedade (Araújo, 2019, p. 13)

As marcas da dualidade educacional podem ser observadas no percurso histórico da relação entre Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil, principalmente no que se refere a políticas que se voltam para o atendimento ao mercado de trabalho, as quais, segundo Ramos (2010), conferem à educação uma concepção produtivista e um importante papel no processo de desenvolvimento capitalista. Tais marcas possuem origem no caráter assistencialista atribuído à Educação Profissional durante o período agrícola, que visava o atendimento aos menos favorecidos e à população que colocava em risco a sociedade (Padoin; Amorim, 2016). Também, a profissionalização compulsória empreendida no Brasil na década de 1970, durante a ditadura civil-militar, sob o amparo de acordos MEC-USAID², serviu para impulsionar o projeto nacional-desenvolvimentista e não representou avanços em relação à superação da dualidade educacional. De modo contrário, tal reforma intensificou a desigualdade, tendo em vista o esvaziamento da formação geral (Gameleira; Moura, 2018) e a centralidade na concepção tecnicista.

Na década de 1980, tal contexto da educação brasileira avança em debates democráticos em torno da superação da dualidade educacional. Segundo Machado e Costa (2019), a proposta de politecnia e escola unitária, defendida por Gramsci (2004), marcou presenças nos debates sobre políticas educacionais, inclusive cogitava-se que essa proposta faria parte dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

No entanto, esse debate não teve êxito, devido ao avanço de políticas neoliberais a partir dos anos 1990, impulsionadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Laval (2019), políticas educacionais neoliberais consideram a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. A partir deste contexto, se intensificam disputas referentes às políticas educacionais expressas principalmente na aprovação da nova LDBEN, em 1996, e seus posteriores decretos e diretrizes, sendo uma das razões a expansão do acesso ao Ensino Médio (Silva, 2018).

A aprovação da nova LDBEN, em 1996, incorporou o Ensino Médio à última etapa da Educação Básica, porém não superou a histórica educação dualista, separando a Educação

² MEC – Ministério da Educação. USAID – United States Agency for International Development (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional). Acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos para atendimento das necessidades educacionais.

Profissional da Educação Básica. Sob esse contexto, segundo Ramos e Paranhos (2022), se perpetuam políticas curriculares reformistas alinhadas a uma visão conservadora e de interesse no capital, as quais caracterizam a sociabilidade capitalista dos anos 1990, centrada no individualismo, como cultura apropriada à acomodação dos sujeitos e das relações sociais ao desemprego e à precarização do trabalho.

Segundo Moura (2007), a Educação Profissional na LDBEN é considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice, sendo essa redação intencional, objetivando consolidar a separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional, regulamentada pelo então Decreto nº 2.208/1997. De acordo com Ramos e Paranhos (2022, p. 79):

Trata-se de um movimento convergente com a internacionalização das avaliações de larga escala do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, Programme for International Student Assessment, certamente indutor de mudanças no âmbito da educação vislumbradas pelos representantes do capital como necessárias à formação de trabalhadores/as e adequada à lógica da acumulação flexível.

Diante da promulgação do Decreto nº 2.280/1997, volta a Educação Profissional a ser oferecida em instituições especializadas por meio das formas concomitante (permite, ao estudante de Ensino Médio, a frequência em cursos de EPT, mediante matrículas distintas) e subsequente (frequência em cursos de EPT após a conclusão do Ensino Médio), por meio dos níveis básico, técnico e tecnológico, estabelecido na LDBEN nº 9.394/1996. Por meio da cisão entre Educação Básica e Educação Profissional, o Decreto nº 2.208/1997 representou um retorno à concepção tecnicista, atribuindo à oferta de Educação Profissional e Tecnológica a lógica de formação de trabalhadores alinhada restritamente ao mercado de trabalho.

Sob esse contexto, marcado por influências neoliberais, políticas curriculares se estabelecem, como a Resolução CNE/CEB nº 3/1998, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a CEB/CNE nº 4/1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de nível técnico e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esses documentos instituem habilidades e competências para o cumprimento das finalidades do Ensino Médio e da Educação Profissional, como o desenvolvimento da capacidade de “aprender a aprender” (Brasil, 1998). Segundo Silva (2018), a prescrição de competências no currículo tem como finalidade a administração da formação, ou seja, viabiliza uma perspectiva pautada em eficiência, produtividade e manifesta a intenção de

controle, tendo em vista o reducionismo da dimensão histórico-cultural da formação humana.

Em 2004, surgem acenos para o enfrentamento da dualidade educacional. No então governo do presidente Lula, foi revogado o Decreto nº 2.208/1997 e implantado o Decreto nº 5.154/2004, permitindo a integração entre formação geral e técnica no Ensino Médio. Além da oferta integrada da Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio, o Decreto manteve os formatos concomitante e subsequente, conferindo ainda a cisão entre formação geral e técnica, resultado das forças conservadoras presentes nos debates e de disputas frente a concepção de formação da juventude brasileira

As discussões específicas sobre a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em âmbito nacional, iniciaram nos seminários promovidos pelo MEC/SEMTEC sobre Ensino Médio e Educação Profissional em 2003, sob um confronto de duas concepções diferenciadas de educação profissional, a primeira ancorada nos princípios do Decreto nº 2.208/1997 e a outra que trazia para o debate os princípios da politecnia (Brasil, 2007).

Segundo Moura (2007), os debates que resultaram na aprovação do Decreto nº 5.154/2004, retomaram a discussão dos anos 1980 sobre uma educação politécnica e unitária em torno de uma nova LDBEN, que promoveria a superação da dualidade entre formação geral e técnica, sem voltar-se à profissionalização, contudo, segundo o autor, “a tentativa de implementar a politecnia de forma universal e unitária não encontraria uma base material concreta de sustentação na sociedade brasileira atual, uma vez que esses jovens não podem ‘se dar ao luxo’ de esperar até aos 20 anos ou mais para iniciar a trabalhar” (Moura, 2007, p. 19).

Sob este contexto de discussões antagônicas, as redes estaduais de educação constituíam um campo fértil para a implantação da nova política, visto as alterações dos comandos políticos, as quais reacendiam um discurso de uma educação democrática (Garcia, 2009). Após a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, o Estado de Santa Catarina formalizou convênio com a SEMTEC/MEC de assessoramento à implantação do Ensino Médio Integrado, juntamente aos estados do Paraná e Espírito Santo, os quais defendiam aberta e intensamente essa política (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2020).

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei nº 11.892, em 2008, também representou um grande avanço em relação à oferta de EPT integrada ao Ensino Médio. Sob a concepção de currículo integrado e da perspectiva de formação humana integrada, a legislação prevê, como obrigatoriedade legal, garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada. Além disso, a rede privada, como o Sistema S, também

vem desenvolvendo experiências na oferta de cursos de Ensino Médio Integrado.

Nesse período, outras iniciativas foram adotadas pelo MEC para o fortalecimento do Ensino Médio, como o PROEMI (Programa de Ensino Médio Inovador) e a aprovação das DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio) de 2012, que caminhou na perspectiva de consolidar as concepções de formação humana integral, apontadas no Seminários de 2003 (Moll; Garcia, 2020).

Todavia, conforme destaca Padoin e Amorim (2016), apesar da política de integração entre Educação Básica e Educação Profissional, alguns programas desenvolvidos no mesmo governo, como PRONATEC e PROJOVEM, voltam a intensificar a dualidade estrutural e a concepção de Educação Profissional como atendimento aos interesses de organismos privados e do mercado de trabalho.

Assim, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2020), não há avanço sem disputas, ou seja, faz-se necessário intensificar esforços para a formação básica e integral, que faculte aos estudantes da EPT de nível médio a participação e inserção qualificada na vida social, política e nos processos produtivos. Ou seja, “sem o Ensino Médio de boa qualidade, reiteram-se castelos em cima de areia” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2020, p. 57).

O acirramento da disputa na formação da juventude brasileira toma maiores proporções nas atuais legislações, as quais, segundo Araújo (2018), dão continuidade a uma série de medidas de igual teor que foram implementadas desde a década de 1990 no Brasil. Em 2016, no governo do presidente Michel Temer, é estabelecida a Medida Provisória nº 746, a qual condiciona centralidade à flexibilização de percursos formativos no Ensino Médio, dentre eles da Educação Profissional e Tecnológica. A MP nº 746/2017 desencadeou pressupostos do Projeto de Lei nº 6.840/2013, que intencionava alterações no currículo do Ensino Médio, como aumento da carga horária e a organização por área de conhecimento.

Com o caráter de urgência, impossibilitando debates no campo educacional sobre o novo currículo do Ensino Médio, a MP nº 746/2017 culminou na homologação da Lei nº 13.415/2017, que estabelece o “Novo Ensino Médio”. Segundo Kuenzer (2017) a atual reforma do Ensino Médio, além de aprovação sem prévia discussão coletiva entre sociedade civil e governo, considera interesses de setores privados e do CONSED (Conselho Nacional de Secretários da Educação). Segundo Silva e Scheibe (2017), as mudanças propostas pelo novo currículo também reforçaram a fragmentação dos conhecimentos escolares que as DCNEM buscavam minimizar, prejudicando o enfrentamento da desigualdade educacional (Brasil, 2012).

Para garantia da aplicação da Lei nº 13.415/2017 e para normatizar os currículos do Ensino Médio, outros atos normativos foram desencadeados pelo Governo Federal, tais como a Portaria MEC nº 649/2018, que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, a Resolução CNB/CEB nº 3/2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e a Resolução CNE/CP nº 4/2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM).

A atual Reforma do Ensino Médio trouxe mudanças expressivas ao texto da LDB nº 9.394/1996, como o aumento da carga horária anual e a nova organização curricular, que passou a ser composta pela parte de formação geral, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e por itinerários formativos, de acordo com a Portaria MEC nº 1.432/2018, os quais correspondem à parte flexível do currículo. Quanto à carga horária, a lei determina um total máximo de 1.800h para a formação geral e no mínimo 1.200h para a parte flexível (Brasil, 2017a, Art. 36). A nova legislação também abre possibilidades ainda maiores para parcerias público-privadas, colocando em risco políticas públicas e suas construções coletivas.

Quanto à ampliação da carga horária no Ensino Médio, segundo Silva e Scheibe (2017, p. 25), além da política não assegurar recursos financeiros permanentes, o cumprimento da jornada integral “constitui uma ameaça ao direito à educação para o contingente de aproximadamente dois milhões de jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham”.

Após a homologação da Lei nº 13.415/2017, o governo, a passos acelerados, define o conjunto de competências para a formação geral de cada área do conhecimento, denominando este documento de Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM). Segundo a BNCC, um dos motivos para a atual reforma do Ensino Médio se concentra na organização curricular:

Para atender a todas essas demandas de formação no Ensino Médio, mostra-se imperativo repensar a organização curricular vigente para essa etapa da Educação Básica, que apresenta excesso de componentes curriculares e abordagens pedagógicas distantes das culturas juvenis, do mundo do trabalho e das dinâmicas e questões sociais contemporâneas (Brasil, 2017b, p. 467).

A Educação Profissional e Tecnológica constitui um dos cinco itinerários formativos do Novo Ensino Médio, os quais compõem a parte flexível do currículo. Os itinerários formativos se caracterizam por arranjos curriculares ofertados pelas escolas, considerando os

interesses dos estudantes, suas perspectivas de continuidade de estudos no nível pós-secundário e de inserção no mundo do trabalho (Brasil, 2018). Os demais itinerários formativos correspondem às quatro áreas do conhecimento, configurando o aprofundamento da formação geral. Em conjunto com as especificidades de cada itinerário formativo e com metodologias que favoreçam o “protagonismo juvenil”, as DCNEM de 2018 orientam que os itinerários formativos deverão organizar-se em torno dos seguintes eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sócio e cultural e empreendedorismo (Brasil, 2018, Art. 12, § 2º).

Os eixos estruturantes previstos na DCNEM reforçam o viés economicista da Reforma do Ensino Médio, conferindo, principalmente, por meio do empreendedorismo a “formação de sujeitos flexíveis, preparados para a precariedade, individualistas, que ignoram a vida em sociedade para tratar de seus interesses” (Ramos; Paranhos, 2022, p. 81), difundindo a meritocracia como base explicativa do funcionamento social, um fenômeno observado por Ball (2005) nas políticas educacionais no início dos anos 2000.

Segundo as DCNEM, o itinerário de Educação Profissional e Tecnológica poderá ser ofertado pela própria instituição ou poderão ser estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino para essa oferta (Brasil, 2018, Art. 12, § 9), bem como poderá ser realizado o reconhecimento de competências adquiridas na educação profissional ou no trabalho (Brasil, 2018, Art. 18). A critério dos sistemas de ensino, a Lei também permite a oferta de todos os itinerários formativos em conjunto com os componentes da formação geral, previsto pela BNCC. Para essa possibilidade, é utilizado o termo itinerário formativo integrado (Brasil, 2017a, Art. 36, § 3).

Segundo as DCNGEPT, a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio poderá ser desenvolvida nas formas integrada, concomitante, concomitante intercomplementar ou subsequente (Brasil, Art. 16, 2021). Nesse aspecto, destacamos o novo termo utilizado na diretriz que corresponde ao formato concomitante intercomplementar, ao qual possibilita a oferta do respectivo itinerário por meio de outras instituições, buscando ressignificar o termo integrado para esta modalidade. Segundo a diretriz, a forma concomitante intercomplementar, se refere a oferta de EPT de nível médio “desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, por meio da ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado” (Brasil, Art. 16, 2021). Devido à complexidade da proposta, não fica difícil compreender o termo “vale-tudo”, utilizado por Araújo (2018) para exemplificar o que diz a lei sobre a oferta do

Itinerário de Formação Técnica e Profissional:

É um vale tudo na educação profissional técnica, que poderá ser feita em módulos, a distância, por meio de convênios com instituições escolares ou não, ou mesmo sem o ensino, já que poderão ser certificadas competências adquiridas em experiências de trabalho ou em cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais (Araújo, 2018, p. 224)

Além disso, as DCNGEPT, de 2021, situam orientações em relação à integração curricular quando este for ofertado de modo próprio pela Escola ou na forma concomitante intercomplementar. De modo geral as orientações consideram a articulação das aprendizagens essenciais da BNCC, expressando-se em competências profissionais essenciais para resolução das demandas complexas da vida cotidiana e do mundo do trabalho (Brasil, 2021).

Outro fator que as DCNGEPT, de 2021, apontam é a possibilidade de admissão de docentes com notório saber, ou seja, para atuar da Educação Profissional, é permitida a contratação de docentes com notório saber reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, sem obrigação da formação inicial. Com isso, submerge-se a profissionalização docente, desqualificando a formação inicial e as lutas dos profissionais da educação quanto a valorização docente (Araújo, 2018).

Apesar da oferta dos itinerários formativos se constituir por processos de escuta dos estudantes, ou seja, pela possibilidade de escolha, considerando o perfil ou os encaminhamentos relacionados ao seu projeto de vida, as DCNEM ratificam o direcionamento dado pela Lei nº 13.415/2017, quanto a essa oferta se constituir conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino: “§ 8º A oferta de itinerários formativos deve considerar as possibilidades estruturais e de recursos das instituições ou redes de ensino” (Brasil, 2018. Art. 12, § 8).

Considerando o contexto da rede pública de ensino, é possível destacar que a flexibilidade demonstrada na Lei pode não atender aos interesses dos estudantes, e sim as condições do sistema de ensino em oferecer ou não os itinerários. Nesse sentido, o itinerário de Educação Profissional e Tecnológica talvez seja o mais desafiador, pois a oferta deste, de modo próprio pela escola, poderá estar condicionada as suas possibilidades, que muitas vezes é caracterizada pela carência de infraestrutura e recursos humanos (Kuenzer, 2020).

Assim, diante da trajetória da educação profissional de nível médio no Brasil, a reforma do Ensino Médio é alvo de muitas críticas entre pesquisadores. Segundo Ferreti e Silva (2019), uma das críticas consiste no retrocesso à educação com a retomada dos

princípios do Decreto nº 2.208/1997, não considerando a educação integrada.

O que a reforma atual traz evidencia um retrocesso ao conferir ênfase ao formato concomitante e secundarizar a perspectiva integrada, mas essa escolha é perfeitamente orgânica ao viés economicista que a orienta. Além disso, incorre-se, na atual formulação, em redução da carga horária da formação técnico-profissional posto que passa a estar restrita ao tempo destinado ao itinerário formativo, isto é, ao que resta tendo sido cumpridos tempos destinados à educação básica comum, de até 1.800 horas (Ferreti; Silva, 2019).

Além desta perspectiva, as evidências que retomam o anterior decreto, se identificam pela flexibilização curricular, permitindo que os estudantes, após a formação geral, prevista pela BNCC, possam escolher entre o aprofundamento de uma área do conhecimento ou pela formação profissional e técnica, a partir de seu “projeto de vida”. Dessa forma, essa organização contribui para o agravamento da dualidade no Ensino Médio, por meio de uma formação desigual e redução da oferta de cursos de formação profissional e técnica de forma integrada. Araújo (2019), observa que o conceito de dualidade seja insuficiente para explicar o Novo Ensino Médio. Segundo o autor, a reforma precisa ser examinada a partir do conceito de desigualdade, pois impõe hierarquizações e formações desiguais aos diferentes grupos sociais brasileiros, discriminando-os em termos de acesso e permanência na Escola.

Com base em pressupostos liberais e na demanda de uma sociedade mais competitiva, a reforma do Ensino Médio atende os interesses de instituições privadas, do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e dos dirigentes que têm integrado o Ministério da Educação (MEC), e desconstitui os princípios da anterior diretriz para o Ensino Médio, DCNEM (Kuenzer, 2017). Sendo assim, a reforma do Ensino Médio reforça o viés economicista da educação, a fim de atender as demandas do mercado.

Segundo Kuenzer (2017), essas mudanças estão alinhadas às relações de produção vigentes, caracterizadas pelo advento das tecnologias, da sociedade em rede e de uma sociedade em constantes transformações, provocadas pelo regime de acumulação flexível. Para a autora:

A análise acurada dessa proposta, para ser adequada, precisa buscar suas raízes nas bases materiais que a geraram, o que extrapola os limites da tecnologia, atingindo as relações de produção que configuram o regime de acumulação flexível, cimentado pela ideologia pós-moderna (Kuenzer, 2017, p. 339).

Com base nas possibilidades de oferta da educação profissional e técnica perante a nova lei, entendemos que a formação aligeirada e com possibilidade de ser constituída de

maneira informal, atende, de certa forma, às situações emergentes do mercado de trabalho, não constituindo perspectiva para maiores ocupações profissionais. Esse conjunto de impactos na formação do trabalhador atenuam o desenvolvimento desigual, estabelecendo um processo de redução ontológica dos trabalhadores, tendo em vista a necessidade de confirmar o capital enquanto princípio abrangente de síntese (Kuenzer, 2020).

Ou seja, na prática, o regime de acumulação flexível aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis que acompanhem as mudanças do mercado, requerendo qualificações desiguais e diferenciadas para atender diferentes formas de contratação com intuito de assegurar os níveis desejados de produtividade (Kuenzer, 2017). Para Laval (2004, p. 25), a flexibilidade na educação segue a doutrina do capital humano, traduzindo uma tendência do capitalismo contemporâneo: “mobilizar saberes cada vez mais numerosos, sob seu duplo aspecto de fatores de produção e mercadorias”. Consequentemente, por meio de uma organização flexível, esses saberes deverão responder os desejos variáveis das empresas e as necessidades diversas dos indivíduos.

Tais consequências, potencializadas pela Reforma do Ensino Médio e fundamentadas, pelo regime de acumulação flexível, evidenciam avanços de políticas neoliberais, as quais tiveram início a partir dos anos 1990. Nesse percurso, avanços e retrocessos quanto à superação da dualidade educacional são identificados na relação entre Ensino Médio e Educação Profissional. Cabe reafirmar a perspectiva de formação integral, buscando caminhos para que as identidades escolares sejam restabelecidas por meio de discussões que contemplem estratégias para que, apesar das disputas evidenciadas pela reforma, possamos desenvolver uma educação igualitária e integral.

2.2 Currículo integrado e ensino médio integrado

Discutir o currículo educacional é repensar os contextos sociais aos quais as escolas estão envolvidas, sendo necessário trazer para a discussão coletiva aspectos econômicos, culturais e humanos em favor da aprendizagem e da formação integral dos estudantes. Muito mais do que um programa de conteúdos com intencionalidades, o currículo envolve questões de conhecimento e identidade (Moreira; Silva, 2011).

Sacristán (2000) compreende o currículo escolar como um complexo processo social com múltiplas expressões, múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica. Segundo o autor, ações políticas e administrativas incidem na prática

pedagógica, pondo em evidência as realidades que condicionam o currículo. Dessa forma, “a teorização sobre o currículo deve ocupar-se necessariamente das condições de realização do mesmo, da reflexão sobre a ação educativa nas instituições escolares, em função da complexidade que se deriva do desenvolvimento e realização do mesmo” (Sacristán, 2000, p. 16).

Partindo da perspectiva crítica, o currículo integrado na EPT busca a indissociabilidade entre formação geral e técnica ao longo da formação no Ensino Médio, visando a ruptura tanto do academicismo, como do tecnicismo, assumindo um compromisso com a realidade concreta e com a formação integral dos estudantes. Dessa forma, essa perspectiva de currículo, intenciona superar a histórica dualidade entre formação geral e técnica, dialogando com a concreticidade da vida social, sendo que as “contradições são tidas como relevantes e trabalhadas mediante uma análise crítica do conhecimento e da sociedade” (Ramos, 2017, p. 37).

Nesse sentido, a simples sobreposição de disciplinas de formação geral e de formação específica não atende os princípios do currículo integrado, como, por exemplo, a adição de um ano de estudos profissionais a três de ensino médio (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Conforme estudos de Lopes (2002), a integração curricular exige a compreensão de quais princípios integradores estão sendo considerados e quais as finalidades educacionais a integração curricular está se submetendo.

A concepção considerada nesse estudo acerca do currículo integrado exige que a relação entre formação geral e técnica seja construída sob os eixos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (Moura, 2007). Segundo Ramos (2008), sob essa perspectiva entendemos a necessidade de o Ensino Médio se constituir sob uma base unitária que visa atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e culturais dos estudantes.

O trabalho como princípio educativo compreende o trabalho como constitutivo do ser humano, ou seja, é pela ação do trabalho que o homem gera meios para sua subsistência, produzindo conhecimento e cultura. Assim, ter o trabalho como princípio educativo “implica referir-se a uma formação baseada no processo histórico e ontológico de produção da existência humana” (Ramos, 2017, p. 776). A pesquisa como princípio pedagógico, considera os processos investigativos para a construção do conhecimento. Segundo Moura (2007), a pesquisa deve orientar o estudo e a busca de soluções para as questões do cotidiano, as quais

são potencializadas pela investigação a partir do trabalho.

Conforme Saviani (1989), compreender o trabalho em seu sentido ontológico é entendê-lo como princípio da existência e do desenvolvimento humano.

O que define a existência humana, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho. O homem se constitui como tal, à medida em que necessita produzir continuamente a sua própria existência. [...] Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que é feito através do trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la (Saviani, 1989, p. 8).

Segundo Ramos (2008), a partir do entendimento de trabalho como princípio educativo, a ciência se torna parte intrínseca do conhecimento, na medida que a ação humana gera métodos, conceitos e técnicas; a cultura se torna parte das representações simbólicas produzidas e expressadas durante este processo. Sendo assim, podemos dizer que o trabalho como princípio educativo, possibilita a construção de conhecimentos tanto científicos quanto culturais, necessários para o desenvolvimento humano.

Compreendendo o trabalho em seu sentido ontológico e como princípio educativo, segundo Machado (2010), os conhecimentos que constituem o cerne do Ensino Médio e do ensino técnico de nível médio estão em unidade, contudo, a fragmentação dos conteúdos no currículo escolar, os quais traduzem também a separação da formação geral e técnica, corrompe com a unidade dos conhecimentos.

Concordamos com Machado (2010, p. 81) ao observar que:

Se a realidade existente é uma totalidade integrada, não pode deixar de sê-lo o sistema de conhecimentos produzidos pelo homem a partir dela, para nela atuar e transformá-la. Tal visão de totalidade também se expressa na práxis do ensinar e aprender. Por razões didáticas, divide-se e se separa o que está unido. Por razões didáticas, também se pode buscar a recomposição do todo.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade potencializa a compreensão da realidade e permite ampliar o debate crítico sobre ela. Segundo Ramos (2011), a interdisciplinaridade possibilita a reconstituição da totalidade por meio da relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade, isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplina. Frigotto (2011) entende que a interdisciplinaridade se apresenta como uma necessidade, visto que a compreensão da produção da existência humana não exige a cisão das práticas sociais. Ou seja, nos processos de construção de conhecimento, apesar das delimitações de determinado problema, não significa que tenhamos que abandonar as

múltiplas determinações e mediações que o constituem. O autor também define a interdisciplinaridade como problema, sendo especificamente na prática pedagógica, determinado pela dominância de uma formação fragmentada e das condições de trabalho estabelecidas nas instituições de ensino.

Com isso, a construção da integração curricular exige o desenvolvimento de um trabalho coletivo entre todos os envolvidos no processo, permitindo aos sujeitos envolvidos avaliarem as práticas desencadeadas por essa organização. Segundo Ramos (2017, p. 37), espera-se que o currículo integrado “demonstre identidade e unidade teórico-metodológica, participação ativa dos sujeitos, construção coletiva do conhecimento, organização integrada e abordagem histórico-dialética de conteúdos integrando trabalho, ciência e cultura”.

Machado (2010) defende a integração curricular como sendo uma oportunidade de implementação de currículos de qualidade superior a partir de uma proposta comprometida e articulada como base da formação de personalidades críticas e transformadoras. A autora destaca propostas de ações didáticas integradas, tais como: trabalhar a unidade existente entre conhecimentos gerais e específicos, aproveitar as oportunidades tanto para superar o academicismo, como também viés técnico-operacional, recorrer aos desafios do desenvolvimento local, recorrer a contextualização, guardar a postura investigativa e explorar as práticas que ajudem a construir o trabalho interdisciplinar.

Ramos (2008) sugere um possível desenho do currículo integrado que indica os seguintes aspectos: a) problematizar fenômenos; b) explicitar teorias e conceitos para a compreensão do objeto estudado e localizá-los nos campos da ciência, identificando suas relações com outros conceitos; c) situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e apropriação tecnológica, social e cultural; e d) a partir dessa localização e das múltiplas relações, organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas visando corresponder ao pressuposto da totalidade histórica do real como síntese das múltiplas relações.

As reflexões anteriores nos remetem, portanto, à perspectiva de currículo com base na integração de todas as dimensões da vida. Nesse sentido, tem-se, por meio do currículo integrado, a concepção de formação humana integral e omnilateral, as quais possibilitam uma educação politécnica estruturada a partir da prática social. Ramos (2008) apresenta os pilares conceituais de uma educação integrada, quais sejam: uma escola que não seja dual, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho e à tecnologia, por meio de uma educação básica e

profissional.

Nesse sentido, o termo politécnia, designado por Saviani (1989), não corresponde ao emprego de múltiplas técnicas e sim à formação que visa superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral, sendo que este prioritariamente deveria ser desenvolvido no Ensino Médio. Ou seja, a partir de uma formação politécnica e omnilateral, teríamos uma escola unitária, onde todos os estudantes teriam acesso aos conhecimentos teóricos e práticos, base para uma formação plena e alicerçada na formação humana integral. Segundo Frigotto (2001, p. 82), a educação básica necessita ser alicerçada nesses princípios: “uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento ‘sustentável’”.

Segundo Machado (2010, p. 94), para que currículo integrado se efetive na realidade das escolas “há aspectos sociais, políticos e ideológicos no interior do conceito de currículo, que podem explicar a possibilidade ou não dessas mudanças, que não dependem simplesmente de alterações de conteúdos”. Dessa forma, podemos dizer que, além da construção coletiva, uma formação sólida e alicerçada na formação humana integral exige investimentos em condições estruturais.

A concepção aqui apresentada fundamenta a política dos cursos de Ensino Médio Integrado, oportunizada por meio do Decreto nº 5.154/2004. Segundo documento base da política em nível nacional, o Ensino Médio Integrado parte da construção de um projeto que “supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia” (Brasil, 2007, p. 6). Nesse sentido, a formação de trabalhadores, por meio do currículo integrado, não se restringe a uma formação voltada ao mercado, ao contrário, possibilita a formação plena e o entendimento dos processos produtivos de formação crítica.

Tendo em vista a realidade social e o compromisso político na educação dos jovens, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que não podemos adiar a profissionalização para depois da formação superior, quando muitos jovens nem sequer alcançam essa modalidade de estudos. Com relação a esta realidade, abordaremos a concepção de Ensino Médio Integrado a partir do conceito intitulado por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) de “travessia” em direção à educação unitária e a superação da dualidade existente na educação.

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia para uma nova realidade” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 43).

A concepção de escola unitária defendida por Gramsci (2004), é fruto de uma sociedade que não é regida pelos meios de produção, é uma escola de formação humanista para todos. Considerando a realidade contraditória, a proposta de escola unitária é uma possibilidade futura, no entanto “é possível e necessário plantar – e cuidar para que cresçam – as sementes da formação humana integral, politécnica, unitária, aproveitando-nos das contradições do sistema do capital” (MOURA *et al.*, 2015, p. 1070).

Considerando o contexto social, a política de integração entre Educação Básica e Educação Profissional ainda não atende a concepção de escola unitária defendida por Gramsci, no entanto, o Ensino Médio Integrado se configura na proposta mais adequada para a formação das juventudes, intencionando a construção dos conhecimentos a partir do trabalho tanto em seu sentido ontológico, como em seu sentido histórico (Ramos, 2008).

Partindo de outra perspectiva, a Resolução nº 3/2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), cita a formação humana integral e a promoção da integração curricular em seus Arts. 5º e 8º:

O ensino médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, além dos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional no Art. 206 da Constituição Federal e no Art. 3º da LDB, será orientado pelos seguintes princípios específicos: I - formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e [...] (Brasil, 2018, Art. 5º)

Art. 8º As propostas curriculares do ensino médio devem: I - garantir o desenvolvimento das competências gerais e específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); II - garantir ações que promovam: a) a integração curricular como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento que dialogue com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva da formação integral do estudante [...] (Brasil, 2018, Art. 8º).

Diante dessa perspectiva, que parte de uma visão liberal, os documentos oficiais deslocam a concepção de formação humana integral. Segundo Ramos e Paranhos (2022), as DCNEM tentam fazer um alinhamento de concepções da pedagogia das competências por

meio de alguns hibridismos na linguagem, tomando conceitos elaborados pelo pensamento educacional crítico, principalmente vinculados à defesa do Ensino Médio Integrado. Os hibridismos se caracterizam pela presença de concepções distintas, gerando inconsistências e incoerências na produção textual dos currículos, que, segundo Ball (1994), têm origem nos múltiplos interesses definidos no contexto de influência das políticas educacionais (Lopes; Macedo, 2011).

Diante disso, apesar de citar a formação humana integral no Ensino Médio prevista na LDB, a atualização das DCNEM, de acordo com a BNCC, propõem a organização do currículo por meio de competências e por áreas do conhecimento como estratégia para a integração curricular, portanto o princípio específico de formação humana integral das DCNEM, que deve orientar a organização e a oferta do NEM, se difere do que mencionamos ao longo deste tópico, visto que as propostas curriculares para o desenvolvimento do NEM preveem a garantia do desenvolvimento de competências e a integração curricular é caracterizada como sendo a organização das disciplinas por áreas do conhecimento (Brasil, 2018).

Segundo Laval (2004), o desenvolvimento de competências legitima um processo de avaliação fragmentado, ao mesmo tempo que estabelecem uma coerência com o mundo das empresas para definição dos perfis de cargos e de formação mão de obra, comportando um sério risco de desintelectualização e de desformalização do processo de aprendizagem.

A centralidade no desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes foram resgatadas de propostas curriculares anteriores, como Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) de 1999 e DCNEM de 1998, e retomadas na atual BNCC (Silva, 2018). Nesse sentido, Lopes (2002) e Costa e Lopes (2018) observam que os deslocamentos dos textos é caminho para a introdução das necessidades do mercado e da produção para a educação. Para a autora, “o texto é modificado por processos de simplificação, condensação e reelaboração, desenvolvidos em meio aos conflitos entre os diferentes interesses que estruturam o campo de recontextualização” (Lopes, 2002, p. 388).

No processo de produção do texto das políticas curriculares do Novo Ensino Médio, observa-se a utilização frequente dos termos “formação humana integral” e “currículo integrado”. Nas disputas relacionadas aos sentidos de tais termos, sobretudo no processo de recontextualização da política no contexto da prática, cabe continuar os tensionamentos e trabalhar nas brechas deixadas pela própria política, na busca de uma formação integral alicerçada na concepção de omnilateralidade. Assim, destaca Kuenzer (2020, p. 64), que “no

bojo das contradições, abre-se uma pequena brecha no Art. 7º da Resolução CNE/CEB nº 3/2018, parágrafos 1º e 2º, que permitem organizações curriculares alternativas pelas escolas, no exercício de sua autonomia [...]”.

Segundo Kuenzer (2020) as organizações curriculares que intencionam inserir os estudantes na prática social por meio de conhecimentos científicos e metodológicos, fundada na categoria práxis, podem sinalizar uma alternativa para a formação integral de jovens, no entanto essa organização possui lugar na concepção de currículo integrado presente na política de Ensino Médio Integrado, que encontra, na atual reforma do Ensino Médio, sua maior ameaça.

Nesse sentido, destacamos que a partir da compreensão de formação humana integral, entendemos que a Educação Profissional e Técnica necessita fazer parte da Educação Básica e que a formação de trabalhadores não se restringe ao desenvolvimento de técnicas para o atendimento às demandas do mercado de trabalho. Dessa forma, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), é preciso dar condições para a formação de trabalhadores capazes de compreender as bases técnicas da produção e lutar por sua emancipação. Tais condições são discutidas e elaboradas na perspectiva de currículo integrado que encontra sua forma concreta nos cursos de Ensino Médio Integrado. Para tanto, se faz necessário avançarmos cada vez mais nessas discussões que tencionam debates importantes acerca da formação da juventude brasileira, sobretudo da classe trabalhadora. Segundo Scheibe e Silva (2013), a implantação do Ensino Médio Integrado no país é uma construção difícil, porém necessária, que focaliza a melhoria da escolarização média da classe trabalhadora.

2.3 O ensino médio integrado à educação profissional na rede estadual catarinense

A construção da política de implantação dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Santa Catarina teve respaldo nas concepções e princípios da política nacional e contou com apoio financeiro, político e pedagógico do Ministério da Educação (MEC), por meio de convênio firmado em 2004 com o Governo Federal (Santa Catarina, 2014c).

O processo de implantação e implementação dos cursos de Ensino Médio Integrado se deu por meio de um movimento democrático e descentralizado, acompanhado de discussões teóricas e metodológicas, subsidiadas por consultores de Universidades e MEC, em parceria com SED/SC e GEREDs (Santa Catarina, 2014c). Assim entende-se, que a implantação da

política de EMIEP, proporcionou debates na rede, fazendo com que as questões teóricas do currículo chegassem até o cotidiano escolar.

A construção da política catarinense de EMIEP deu sequência aos pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram as discussões e elaborações coletivas no que se refere à construção da Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), iniciadas em 1988, a partir da perspectiva histórico-cultural. A discussão em relação a formação de trabalhadores, foi fortalecida em 2005 nos movimentos acerca da sistematização e socialização PCSC, mais especificamente pelas discussões sobre o tema “Educação e Trabalho” e “Educação de Trabalhadores”³. Estas e outras temáticas contemplam um conjunto de textos que resultaram na publicação do caderno da PCSC (Santa Catarina, 2005) intitulado “Estudos Temáticos”.

O capítulo do documento de 2005 sobre “Educação e Trabalho” reafirma a concepção histórico-cultural presente na PCSC de 1998 e aprofunda, a partir da perspectiva de um currículo crítico, os princípios de uma escola unitária e democrática. O texto também aponta os limites de uma educação voltada aos interesses do mercado, assumindo a metodologia por competências, que se constituía base legal na construção dos currículos de Ensino Médio e Educação Profissional, como parte destes limites. Com relação às competências, o documento reforça a perspectiva da PCSC, afirmando que as concepções que perpassam esta metodologia devem ser “objeto de estudo para os educadores que se propõem a uma educação democrática, com vistas a trabalhar com o enfoque das competências de maneira consciente, e não para as competências, na perspectiva hegemônica, conforme esta foi colocada no meio educacional brasileiro” (Santa Catarina, 2005, p. 154).

A relevância atribuída à prática pedagógica em relação aos encaminhamentos teórico-metodológicos da PCSC, legitimaram, entre os anos de 2004 e 2007, a produção de cadernos pedagógicos com ênfase no planejamento dos tempos e espaços curriculares voltados à educação integral dos adolescentes e jovens catarinenses do Ensino Médio (Santa Catarina, 2014c). Por meio de um trabalho articulado e colaborativo, esse movimento resultou na elaboração dos seguintes cadernos que posteriormente integrariam a PCSC: cadernos para os componentes curriculares do Ensino Médio, um caderno para aprendizagens interdisciplinares e outro para o currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

³ Essas temáticas em Santa Catarina tiveram como base de apoio discussões a nível nacional do GT Trabalho e Educação da ANPED.

Tendo como fundamento as discussões da política nacional e a concepção teórica-metodológica da PCSC, o caderno pedagógico “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” registra o processo de implantação e implementação dos cursos de EMIEP, abordando orientações acerca da organização dos currículos de modo a oportunizar a efetiva formação integral e omnilateral dos estudantes, como também experiências de Unidades Escolares em fase de implementação da proposta. Por motivos desconhecidos, os cadernos pedagógicos não foram publicados e não constituíram parte da Proposta Curricular, no entanto apresentam aspectos da política de EMIEP em Santa Catarina, importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Segundo o documento, o processo de construção dos cursos de EMIEP no estado de Santa Catarina necessita levar em conta a realidade local e regional de cada comunidade e escola, oportunizando a efetiva formação integral e omnilateral. Nesse sentido, o documento dá ênfase à metodologia de trabalho por projetos e à teoria da atividade como possibilidades para o desenvolvimento de uma ação pedagógica mediadora, dialógica e interdisciplinar (Santa Catarina, 2014c). O documento também aponta alguns aspectos para a organização do trabalho pedagógico do EMIEP em Santa Catarina, visando a implementação do currículo integrado, tais como: evitar a polarização entre conteúdos gerais e conteúdos profissionalizantes, buscar o trabalho coletivo no planejamento das atividades curriculares, dar ênfase ao trabalho dos alunos na escolha das estratégias de ensino-aprendizagem, buscar a interdisciplinaridade na organização do trabalho pedagógico, tomar a realidade local como objeto de atenção e estudo da escola (Santa Catarina, 2014c).

Durante o processo de implantação do EMIEP na rede estadual de ensino catarinense, foram elaboradas 29 (vinte e nove) propostas de curso entre os anos de 2004 e 2006⁴, sendo um curso por região. A definição das áreas dos cursos de EMIEP na rede ocorreram de modo a observar as demandas regionais, elaboradas coletivamente pelos Comitês Temáticos de Educação existentes nas Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina (Santa Catarina, 2014c).

Segundo Silva (2009), a meta da Secretaria de Estado da Educação era a de implantar um curso de EMIEP em cada uma das 30 GEREDs existentes, sendo que esses cursos deveriam ser oferecidos inicialmente em uma cidade onde não houvesse a oferta de Educação Profissional pública de nível médio, ampliando as oportunidades de acesso ao Ensino Médio e Profissional e promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dessas regiões.

⁴ Segundo informação divulgada no site da SED: <https://tinyurl.com/4kjfrnj>. Acesso em junho de 2022.

Ou seja, a política permitiu a descentralização dessa oferta também para Escolas de Educação Básica, além dos CEDUPs, que já se constituíam referência da modalidade de Educação Profissional de nível médio na oferta dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes.

Em 2006, 26 UEs, entre Escolas de Educação Básica (EEBs) e Centros de Educação Profissional (CEDUPs), iniciaram a oferta de EMIEP (Santa Catarina, 2014c), ampliando consideravelmente a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na rede pública catarinense, visto que no contexto anterior sob a vigência do Decreto nº 2.208/1997 as ofertas de cursos concomitantes e subsequentes se concentravam na rede privada. Entre os anos de 2007 e 2010 foram criados 70 novos Cursos de EMIEP, em 10 dos 12 Eixos Tecnológicos existentes no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, para a oferta anual de aproximadamente sete mil vagas (Santa Catarina, 2014c).

Visando subsidiar o processo de implementação, ações foram desenvolvidas para a compreensão da proposta metodológica. Dentre essas ações, destacam-se: seminários regionais promovidos pela SED, acompanhamento das GEREDs na elaboração do projeto pedagógico dos cursos de EMIEP e desenvolvimento de formações descentralizadas aos profissionais das Unidades Escolares (Silva, 2009). Quanto à formação docente, segundo Silva (2019), um dos aspectos mais significativos foi a oferta de um Curso de Complementação Pedagógica para os profissionais das disciplinas técnicas, tendo como subsídios a proposta metodológica do EMIEP e a prática docente destes profissionais.

No decorrer do processo de implementação da política, o currículo integrado, se constituía um desafio, pois, além do alinhamento teórico e metodológico, as discussões e os processos de formação continuada necessitavam de estreitamento entre a área técnica, antes ofertada somente em cursos concomitantes por meio dos CEDUPs, e a formação geral. Segundo o Caderno Pedagógico do EMIEP, tratava-se de direcionar esforços para que conhecimentos específicos e gerais, sendo que os últimos são condição para a compreensão dos primeiros (Santa Catarina, 2014c).

Segundo pesquisa de Silva (2009), o percurso de implementação do EMIEP foi atravessado por desafios, tanto em relação a investimentos na infraestrutura, quanto para a continuidade das ações desenvolvidas, devido à rotatividade dos profissionais responsáveis pela proposta na SED, demandando para as GEREDs o processo de formação continuada dos profissionais.

No entanto, segundo a autora, a partir da possibilidade de oferta dos cursos de EMIEP na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina,

[...] surgem acenos para uma mudança não só de concepção em torno dos cursos de ensino médio profissionalizante, mas inclusive de mentalidade dos gestores, educadores e intelectuais da área. Isso se deve especialmente à concepção metodológica proposta pelos cursos de EMIEP, cuja integração curricular das disciplinas de todas as áreas remete ao diálogo entre os saberes historicamente considerados exclusivos da educação geral com os saberes igualmente considerados exclusivos da educação profissional, permitindo e estimulando a superação da dualidade estrutural dos cursos de ensino médio e ensino técnico (Silva, 2009, p. 110).

Para a autora, é imprescindível a construção de um plano de formação continuada para professores e gestores a fim de fortalecer essa política no estado, pois, caso contrário, a rede poderá direcionar à reprodução de políticas públicas de nível médio historicamente marcadas pela dualidade estrutural (Silva, 2009).

Contudo, a última atualização da Proposta Curricular em 2014, anterior aos movimentos acerca da BNCC, não contemplou as discussões teórico-metodológicas sobre o EMIEP, porém inicia o movimento de organização do currículo por área do conhecimento e ratifica a concepção teórica e metodológica de formação integral dos sujeitos a partir abordagem histórico-cultural, entendendo-os como um sujeito de direitos:

Esse sujeito tem o direito a uma formação que tome como parâmetro todas as dimensões que constituem o ser humano. Uma formação que reconheça e ensine a reconhecer o direito à diferença, a diversidade cultural e identitária; que contemple as dimensões ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional (Santa Catarina, 2014b, p. 27).

Observa-se, no decorrer do período, um certo enfraquecimento dos debates acerca da política de EMIEP em nível estadual. Após a publicação da PCSC de 2014, localizamos apenas a seguinte informação referente à política, publicada no Caderno de Orientações das Unidades Escolares: “os cursos de EMIEP propõem uma metodologia diferenciada a fim de formar cidadãos críticos, abertos e capazes de mudanças, preparados para o mundo do trabalho” (Santa Catarina, 2014b, 2014, p. 29).

Apesar da oferta atual dos cursos de EMIEP e de todas as discussões referentes à construção desta política durante o processo de implementação, os cursos de EMIEP na rede estadual catarinense encontram-se em modo de terminalidade devido a articulação do órgão central, a partir de 2018, com a lógica da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, contudo, apesar das mudanças da Lei nº 13.715/2017, o Art. 36-A da LDBEN, que trata da Educação Profissional de nível médio, não foi alterado por esta legislação, sendo

legítima a oferta de forma integrada.

A orientação para a terminalidade dos cursos de EMIEP e implantação do NEM em todas as escolas a partir da 1ª série do Ensino Médio é explícita em documento que orienta as escolas sobre plano de ação para implantação dos itinerários formativos, que integra o conjunto de ações desencadeadas pelo MEC para a implantação do NEM⁵:

Desde setembro de 2021, a Coordenação da Educação Profissional, com apoio da Coordenação de Ensino Médio, vem realizando a harmonização dos cursos técnicos ao Novo Ensino Médio. Enfatiza-se que os cursos técnicos integrados ao Novo Ensino Médio serão Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional. Assim sendo, orienta-se que não sejam ofertadas matrículas para abertura de 1ª série de EMIEP e sim 1ª série do Novo Ensino Médio em todas as Escolas e CEDUPs. A depender do curso ofertado na Unidade Escolar será implantada uma matriz, 4233 (44 aulas semanais), 4249 (35 aulas semanais), 4246 (44 aulas semanais), 4232 (35 aulas semanais) ou 4234 (50 aulas semanais) (Santa Catarina, 2022a, p. 7).

Sob esse aspecto contraditório, buscamos compreender criticamente as mudanças promovidas pela Lei nº 1.415/2017 na oferta dos cursos de EMIEP na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina de modo a defender a concepção de currículo integrado apresentada durante este tópico.

2.4 Educação técnica e profissional de nível médio no currículo base do ensino médio do território catarinense

A Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina inicia em 2018, a partir da adesão ao Programa do Governo Federal de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), estabelecido pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, que tem como um de seus objetivos específicos apoiar as Secretarias Estaduais de Educação na adaptação de seus currículos (Santa Catarina, 2021).

Por meio da adesão ao ProNEM, a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina iniciou a implantação do NEM em 120 (cento e vinte) escolas da rede denominadas Escolas-Piloto. Cabe destacar, que segundo o Art. 9º da Portaria MEC nº 649/2018, a implantação das Escolas-Piloto em 2019 deveria atender o critério de escolas participantes do Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e dentre outros, escolas participantes do Projeto Ensino Médio Inovador (EMI) e Tempo Integral das redes de

⁵ Em específico, essa ação corresponde a apoio técnico e financeiro para implantação dos itinerários formativos (PAIF), instituído por meio da Portaria MEC nº 733/2018.

ensino. Assim, as Escolas-Piloto são instituições que, em sua trajetória, já participaram de programas desenvolvidos pelo Governo Federal que focalizam a permanência em tempo integral dos estudantes na escola.

Além de gradativamente implantar a nova matriz curricular nas Escolas-Piloto, uma série de movimentos deram início à discussão na rede acerca da nova legislação, tais como: webconferência com gestores e professores das escolas envolvidas, elaboração do plano de implementação, mapeamentos de possíveis demandas profissionais regionais, processo de elaboração do caderno de orientações para implementação do NEM, além do planejamento da SED acerca das principais ações a serem adotadas durante o ano, que envolviam monitoramento e avaliação (Silva; Martini; Possamai, 2019). De acordo com a Resolução CEE/SC nº 93/2020, também cabe ressaltar a publicação de normas complementares sobre a implementação do NEM e cronograma elaborado pelo estado de Santa Catarina, que dispõe o ano letivo de 2022 o último prazo para implementação dos novos currículos na 1ª série do Ensino Médio para todas as instituições de ensino autorizadas a ofertar o Ensino Médio do Sistema Estadual de Ensino (Santa Catarina, 2020).

Por meio destes movimentos, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, em regime de colaboração, inicia a construção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC), aprovado pelo Parecer nº 40 do Conselho Estadual de Educação, em 9 de março de 2021, o qual se constituía por meio de quatro cadernos.

Os primeiros cadernos do CBEMTC contemplam os seguintes aspectos: disposições gerais sobre o novo currículo, formação geral básica, portfólio das trilhas de aprofundamento e portfólio dos componentes curriculares eletivos, este último desenvolvido em conjunto com o Instituto Iungo⁶, que por meio de parceria público-privada também atua em formações quanto a implantação do Novo Ensino Médio.

Segundo Thiessen (2021), o processo de implementação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina desenvolveu-se sem maiores resistências por meio de uma base de apoio constituída por instituições importantes como CONSED, UNDIME, FECAM, FIESC, UNCME e o próprio CEE. O alinhamento entre o estado de Santa Catarina com a nova política educacional se fortalece quando Eduardo Deschamps, então Secretário de Estado da

⁶ O Instituto Iungo foi criado em 2020 em Belo Horizonte/MG. Segundo informações do site da Instituição, o Instituto Iungo possui como iniciativa apoiar e valorizar os professores e gestores escolares. Para trazer um impacto relevante para a educação do país, o Instituto Iungo trabalha em parceria com secretarias da educação, universidades e outras organizações do terceiro setor. Fonte: <https://tinyurl.com/yc5a8p68>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Educação, passou a presidir o CONSED em 2015 e o Conselho Nacional de Educação em 2018. O autor também destaca que:

[...] o protagonismo do CONSED tem sido marcante e mobilizado notadamente por três eixos de ação: pelo uso indiscriminado dos discursos internacionalizantes, especialmente os que difundem reformas curriculares recomendadas pelos organismos internacionais com o argumento da qualidade da educação por evidências, resultados e melhores práticas internacionais; pelas parcerias com setores privados assumidas institucionalmente, e ainda pela tarefa da coordenação do processo de implantação da BNCC nos estados, estimulado inclusive, pela ausência do MEC no processo (Thiessen, 2021, p. 5).

Segundo o CBEMTC, para as escolas da Rede Estadual de Santa Catarina, a parte flexível do currículo, ou seja os itinerários formativos, compreendem uma organização composta por: projeto de vida, segunda língua estrangeira, componentes curriculares eletivos e trilhas de aprofundamento. O documento determina que é por meio das trilhas de aprofundamento que se dará a oferta do Itinerário da Educação Profissional e Técnica, a partir da segunda série do Ensino Médio, considerando as escolhas dos estudantes à estrutura da escola, tendo como princípio a formação integral dos jovens (Santa Catarina, 2021). Segundo o CBEMTC, as escolhas dos estudantes terão como base as discussões iniciadas no primeiro ano letivo por meio da oferta dos Componentes Curriculares Eletivos e do Projeto de Vida (Santa Catarina, 2021).

Com relação aos interesses dos estudantes, o CBEMTC traz um diagnóstico referente à escuta dos jovens das Escolas-Piloto em relação aos itinerários formativos realizado em 2020, sendo que 39% dos estudantes indicaram ter interesse em cursar itinerários da EPT. Com isso, o CBEMTC indica que a educação formal e o trabalho são categorias que competem pela atenção do jovem em seus projetos de vida, no entanto tanto os jovens que permanecem na escola, quanto os que dela se evadem, têm o trabalho como uma categoria presente (Santa Catarina, 2021, p. 41).

Assim sendo, as disposições gerais acerca dos itinerários de formação técnica e profissional, buscam situar o trabalho como categoria constitutiva do ser humano, ou seja, como princípio educativo:

Esse mesmo trabalho, porém, que possui uma dimensão positiva diante das possibilidades vislumbradas nos projetos de vida, quando descolada da educação formal, é aquele que ainda naturaliza e aprofunda a desigualdade social, econômica, política e cultural. Daí a necessidade de se compreender o trabalho enquanto categoria constitutiva do ser humano, que deve ser compreendida enquanto princípio educativo, que traz em si todo um conjunto de potencialidades que pode auxiliar na

superação das desigualdades entre as diferentes juventudes (Santa Catarina, 2021, p. 40).

Também se pontua no texto do CBEMTC, a proposta de integração curricular por meio das áreas do conhecimento e da EPT, tendo como referência a PCSC 2014 e pressupostos teóricos-metodológicos que partem da necessidade de uma formação humana integral e omnilateral.

A reformulação curricular por área de conhecimento, apresentada na Base Nacional Comum Curricular, propõe uma melhor articulação entre os saberes de cada área e os saberes próprios de cada componente curricular, bem como da educação técnica e profissional, tendo como objetivo proporcionar aos estudantes do ensino médio uma melhor compreensão e apreensão do conhecimento historicamente acumulado, sem, com isso, descontextualizá-lo (Santa Catarina, 2021, p. 32).

Importante ressaltar que os itinerários formativos da educação técnica e profissional se articulam com a formação geral básica, pois a construção de um novo ensino médio passa, sobretudo, pela compreensão da formação integral dos jovens e da coesão com o percurso formativo a ser trilhado. Nessa perspectiva, a formação integrada propõe uma compreensão global do conhecimento, promovendo possibilidades para a efetivação da interdisciplinaridade[...] (Santa Catarina, 2021, p. 95).

Observa-se que o texto da política, no que se refere a EPT, busca trazer construções elaboradas da PCSC, a partir da perspectiva histórico-cultural, assegurando concepções que historicamente marcaram a construção curricular da rede de ensino, no entanto esses fundamentos se contradizem, tendo em vista o alinhamento do documento aos pressupostos das DCNEM e das DCNGEPT, as quais remetem centralidade à pedagogia das competências e anulam a proposta de Ensino Médio Integrado. Segundo Thiesen (2021), a substituição dos princípios e fundamentos construídos na PCSC pelo conjunto de habilidades e competências propostas pelo documento base da BNCC, representam também a perda de autonomia curricular da rede. Segundo o autor,

A difusão eficientemente articulada dessa construção discursiva nos eventos de implantação da Base, vem produzindo evidente confusão conceitual no interior dos coletivos das redes. Embora os textos de âmbito nacional carreguem a marca da filosofia liberal e de um corte pedagógico mais instrumental, os discursos dos difusores (diga-se consultores) são orientados para o acatamento de toda a construção conceitual feita historicamente em outras perspectivas teóricas. Essa estratégia fica evidente nos eventos de formulação do texto do Currículo Base do Território Catarinense. Observa-se que os conceitos nucleares que compõem a Proposta Curricular de Santa Catarina ancorados na teoria histórico-cultural, na psicologia social e nas pedagogias de filiação crítica, são recortados e trazidos para o texto Base sem maior consistência em termos de fundamento (Thiesen, 2021, p. 7).

Essa contradição possui maior evidência na materialização do itinerário de EPT do novo currículo, denominado em Santa Catarina de Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. De acordo com o Caderno 1 do CBEMTC, as Trilhas de Aprofundamento da EPT deverão estar especificamente relacionadas às atividades laborais dos arranjos produtivos locais e também vinculados aos eixos estruturantes conforme as DCNEM (Brasil, 2018). Também, as trilhas de aprofundamento em EPT “podem ser compostas de diferentes formas, seja por cursos de qualificação profissional, por curso técnico, ou pela combinação de ambos, com a certificação intermediária, pois todas as formas podem ser ofertadas com ou sem parceria” (Santa Catarina, 2021, p. 103). Desse modo, há uma ruptura com a proposta de integração curricular e a concepção de formação humana integral dos estudantes, sendo que a oferta de EPT, por meio de cursos de qualificação profissional, aponta para uma formação técnica aligeirada e restrita a atender o mercado de trabalho

A organização do itinerário formativo da EPT no CBEMTC alinha-se com as DCNGEPT, de 2021, visando a concretização das diferentes composições, as quais destacamos anteriormente. Sendo assim, no documento são mencionadas três formas de oferta das Trilhas de Aprofundamento em EPT: integrada, quando oferecida pela própria instituição; concomitante-intercomplementar, quando ofertada por outra instituição com projeto pedagógico unificado com a escola de referência do estudante; quando ofertada por outra instituição com projetos pedagógicos distintos (Santa Catarina, 2021).

Dessa forma, observa-se no CBEMTC a centralidade na oferta concomitante de EPT, atribuindo ainda maior evidência as contradições do texto da política no que se refere aos pressupostos de formação humana integral, politecnia e ao debate teórico com autores que discutem essa concepção, como Ramos (2005) e Saviani (2003). Segundo Ferreti e Silva (2019, p. 118) “a mudança aprovada por meio Lei nº 13.415/2017, decorrente da MP nº 746/16 recupera o formato anteriormente priorizado e presente no Decreto nº 2.208/1997, que tem na concomitância o modelo de articulação entre formação geral e formação profissional”.

Assim, por meio das formas de oferta das Trilhas de Aprofundamento da EPT, não há condições objetivas de se efetivar a articulação entre formação geral e técnica, a partir da concepção de formação humana integral. Tomamos como hipótese que talvez seja esse o motivo do CBEMTC não mencionar experiências já desenvolvidas acerca dos cursos de EMIEP, pois a forma de oferta da EPT no NEM não se coaduna com as concepções e os princípios da política educacional de Ensino Médio Integrado. Apesar do esforço em

apresentar concepções de um currículo crítico e integrado, a EPT no novo currículo abre caminhos para o resgate do tecnicismo, não permitindo condições para a integração curricular.

Em 2022, é publicado o Caderno 5 do CBEMTC, denominado Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica, aprovado pelo Parecer CEE/SC nº 6, em janeiro de 2022. Apesar da notoriedade em torno da EPT no Novo Ensino Médio, as discussões práticas e metodológicas acerca deste itinerário na rede iniciaram apenas em setembro de 2021, por meio de um trabalho colaborativo entre SED, CREs e Unidades Escolares com oferta de formação técnica e profissional. O objetivo principal deste trabalho foi discutir a arquitetura do NEM para a EPT, reorganizando os componentes curriculares de formação técnica para a transformação dos cursos técnicos em Trilhas de Aprofundamento, ou seja, o chamado processo de harmonização curricular.

No Caderno 5, são apresentadas, de maneira descritiva, as matrizes curriculares dos itinerários de formação técnica, compostas por 27 cursos, agrupados em 11 eixos tecnológicos, sendo que cada curso é subdividido em quatro trilhas formativas semestrais, distribuídas nos dois últimos anos do Ensino Médio. Para obtenção da habilitação técnica de nível médio, o estudante deverá cursar as quatro trilhas do curso, contudo, em alguns cursos, se identifica a possibilidade de certificações intermediárias de qualificação profissional, na conclusão de cada trilha.

Também, no Caderno 5, observamos presença da Fundação Telefônica Vivo e CIEB⁷ na autoria da trilha de formação técnica e profissional em Ciência de Dados⁸. Essa parceria, também se concretiza no desenvolvimento de formações continuadas aos professores da rede, como, por exemplo, na oferta de oficinas pedagógicas nos laboratórios “Makers”.

A execução de parceria público-privada na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina já aconteceu por meio de outras políticas educacionais, como, por exemplo, no programa Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI) em parceria firmada com o Instituto Ayrton Senna. Segundo Garcia e Voigt (2020), em estudo realizado sobre este programa, consideram que a parceria público-privada impõe limites na prática, na autonomia curricular docente e restringe o trabalho coletivo, deslocando as decisões curriculares da comunidade

⁷ CIEB – Centro de Inovação para a Educação. O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2016, com o intuito de promover a cultura de inovação na educação pública brasileira. Atuamos em apoio à formulação de políticas públicas, desenvolvemos conceitos, prototipamos ferramentas e articulamos os atores do ecossistema do ensino básico. Fonte: <https://cieb.net.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

⁸ Para maiores informações sobre o curso técnico em Ciência de Dados: <https://tinyurl.com/53baty4p>_Acesso em: 10 ago. 2023.

escolar.

As parcerias entre o Governo do Estado de SC com o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Jungo no processo de implementação do NEM é o outro fator eminente de uma perspectiva neoliberal que permite, segundo estudos de Lima e Peterle (2021), o esvaziamento das atribuições do estado, nesse caso específico na gestão e na formação docente. Segundo os mesmos autores, o esforço dos governos estaduais para seguir os ditames do Banco Mundial, acabam focando em uma melhora artificial da educação ao mesmo tempo em que reduzem investimentos estruturantes do direito, aprofundando características mercantis e antidemocráticas da educação (Lima; Peterle, 2021).

Além das parcerias público-privada evidenciadas no processo de implementação da atual Reforma do Ensino Médio, cabe destacar que a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina vem se aproximando cada vez mais dessa e de outras possibilidades previstas na nova legislação para o desenvolvimento do Itinerário de Formação Profissional e Técnica. Em 2022, por meio da Portaria nº 2.302, de 12 de setembro, o Governo do Estado dispõe normas e procedimentos para o aproveitamento de carga horária de Trilhas de Aprofundamento de Educação Profissional desenvolvidas em outras instituições. Em abril de 2023, o Governo do Estado formalizou convênio com a FIESC para ampliação do acesso à formação técnica e profissional, denominado programa “Educação Empreendedora”. Segundo informação divulgada no site da SED⁹, a parceria permitirá a execução de cursos técnicos oferecidos pelo sistema como parte do eixo profissionalizante do NEM e a validação da carga horária dos cursos de aprendizagem profissional dos estudantes do Ensino Médio, cujo investimento será de mais de 120 milhões anuais. Assim, a centralidade da formação restrita para as demandas do mercado, passa a compor não apenas a concepção que orienta os processos formativos escolares, mas também o financiamento público para a oferta privada da educação (Silva; Scheibe, 2017).

Esses fatores, reforçam o processo de desinstitucionalização da formação, a qual é legitimada por meio do apelo ao protagonismo juvenil que prevê que os estudantes construam seus próprios percursos formativos por outras instituições (Possamai; Silva, 2022), ou seja observa-se uma certa relativização da EPT. “A ampliação dessa desinstitucionalização da formação de nível médio, também tem, com efeito, produzido um filão de mercado e empresas privadas que buscam parcerias com redes públicas para a oferta de cursos a serem ‘encaixados’ no itinerário de formação profissional e técnica” (Possamai; Silva, 2022, p. 62).

⁹A notícia está disponível em: <https://tinyurl.com/38ndf3ud>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Conforme abordado em capítulo anterior, compreendemos que a oferta de EPT em Santa Catarina, necessita ter como base discussões presentes na PCSC, sob a luz da perspectiva histórico-cultural, articulando de forma prioritária a base científico-tecnológica para a compreensão dos fundamentos que alicerçam os processos de trabalho (Santa Catarina, 2014c). Sendo assim, o currículo integrado, necessita considerar a organização do processo de aprendizagem por meio da vivência do estudante e na atuação docente que promova a articulação entre teoria e prática.

Tal organização se torna frágil em um contexto atual da oferta de EPT na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, que se caracteriza pela disputa entre a oferta integrada de EPT, por meio dos cursos de EMIEP e a oferta concomitante, relativa à organização da EPT no NEM por meio dos itinerários formativos.

Diante de tais disputas, entre distintas concepções para formação de trabalhadores, é necessário, conforme afirma Ciavatta (2018), reafirmar as escolas como espaços de discussão e formação coletiva, resgatando, no caso de Santa Catarina, discussões sobre educação e trabalho.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada pode ser caracterizada como de abordagem qualitativa, ou seja, compreende a análise e produção do conhecimento relativo a um determinado grupo ou realidade. Por meio de fundamentos teóricos e instrumentos delimitados para a investigação, “os estudos qualitativos são excelentes para analisar as formas reais e existentes que as pessoas ou organizações estão usando para funcionar” (Stake, 2011, p. 12), podendo contribuir para gerar novas pesquisas.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é exploratória, no sentido de compreender e ampliar os conhecimentos acerca do tema, por meio do problema proposto. Parte-se do entendimento que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002, p. 41).

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, trata-se de uma pesquisa de campo que buscou identificar as implicações da Reforma do Ensino Médio na oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional a partir do contexto de duas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Todavia, primeiramente, visando uma maior aproximação com o objeto de pesquisa, além da revisão de literatura, selecionamos para o estudo documentos curriculares que tratam sobre a oferta de EPT na rede estadual catarinense, em cotejamento com documentos exarados no âmbito nacional. Também, foram selecionados dados do Censo Escolar da Educação Básica/INEP que em conjunto com o estudo das políticas curriculares contribuíram para a compreensão da oferta de EPT nesta rede de ensino.

No que se refere a pesquisa de campo, considerou-se na delimitação das escolas a oferta de Educação Profissional em unidades específicas (CEDUPs) e em Escolas de Educação Básica, bem como a proximidade geográfica à localização da pesquisadora. Assim, foram selecionadas para participar da pesquisa escolas com oferta de Ensino Médio Integrado e que fazem parte do projeto de Escolas Piloto do Novo Ensino Médio, a saber, CEDUP

Hermann Hering, localizado no município de Blumenau e EEB Maria Rita Flor, localizada no município de Bombinhas.

Também foi selecionada para participar da pesquisa a EEB Olavo Cecco Riggon, localizada no município de Concórdia, que se caracteriza como Unidade Escolar ofertante de Ensino Médio Integrado, participante do Projeto Piloto do Novo Ensino Médio e que, a partir de 2022, desenvolveria o itinerário de formação técnica e profissional por meio da matriz curricular do Novo Ensino Médio, segundo informações prévias de gestores da SED a esta pesquisadora no início do ano letivo de 2022, no entanto a gestão da EEB Olavo Cecco Riggon não consentiu a participação na pesquisa.

As Unidades Escolares que participaram da pesquisa, EEB Maria Rita Flor e CEDUP Hermann Hering, iniciaram a oferta de EMIEP em 2006 e 2009, respectivamente. A EEB Maria Rita Flor, localizada no município de Bombinhas, pertencente à 17ª Coordenadoria Regional de Educação - Itajaí, oferece o curso Técnico em Hospedagem desde a implantação do EMIEP em Santa Catarina. O referido curso vem ao encontro das necessidades econômicas do município relacionadas ao turismo. De acordo com os dados do INEP/Censo, o EMIEP na referida UE contabilizou 286 matrículas em 2021, correspondendo a 39% do total da Unidade Escolar. Já em 2022, totalizou 154 matrículas (21% do total das matrículas).

O CEDUP Hermann Hering, localizado no município de Blumenau e pertencente à 15ª Coordenadoria Regional de Educação - Blumenau, iniciou a oferta de Ensino Médio Integrado com o curso Técnico em Administração no ano de 2009, de acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica/INEP. No ano seguinte, deu-se início à oferta do curso Técnico em Informática e, a partir de 2011, o curso Técnico em Mecânica. É importante destacar que os cursos de EMIEP ofertados pelo CEDUP Hermann Hering correspondem a áreas de formação profissional oferecidas nos formatos concomitante e subsequente por esta Instituição, portanto, entendemos que se trata de eixos tecnológicos que já vinham atendendo à demanda da comunidade escolar sob outra perspectiva. De acordo com os dados do Censo 2021, os três cursos de EMIEP do CEDUP Hermann Hering totalizaram 871 matrículas, correspondentes a 69,8% do total de matrículas da Unidade Escolar. Em 2022, as matrículas dos cursos de EMIEP totalizaram 639, correspondentes a 52% do total de matrículas.

A técnica de coleta de dados da pesquisa de campo ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas presenciais para gestores (Apêndice B) e questionário on-line, por meio do aplicativo Google Forms, para professores dos cursos de EMIEP (Apêndice D). Também, com base na pesquisa de campo, utilizamos documentos escolares, por meio da autorização da

Unidade Escolar, tais como planos dos cursos e projetos políticos pedagógicos para identificar as mudanças da Reforma do Ensino Médio na matriz curricular dos cursos de EMIEP.

Quadro 1 - Etapas do Desenvolvimento da Pesquisa

1. Estudo de documentos curriculares e dados do Censo Escolar que tratam sobre a oferta de EPT.
2. Pesquisa de Campo por meio de questionário e entrevista.
3. Aplicação e Avaliação do Produto Educacional.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A coleta de dados foi autorizada pela Secretaria de Estado da Educação (Anexo A), observando os dispostos na Portaria nº 2034, de 10 de novembro de 2020, publicada no DOE nº 21.393 de 12 de novembro de 2020. Esta pesquisa também foi aprovada pelo Comitê de Ética (CEPSC) do IFC, por meio do Parecer nº 5.530.710/2022 (Anexo B).

Após autorização prévia das Coordenadorias Regionais de Educação de Itajaí e Blumenau, de abrangências das Unidades Escolares investigadas, iniciamos contato com os respectivos gestores com objetivo de apresentar a pesquisa e envio dos Termos de Consentimento. Mediante a formalização do consentimento, iniciamos os agendamentos com os gestores escolares, sendo que as entrevistas foram realizadas no mês de agosto de 2022, de forma presencial, nas Unidades Escolares CEDUP Hermann Hering e EEB Maria Rita Flor. Para aprofundar algumas questões relacionadas ao EMIEP do CEDUP, também entrevistamos a Assistente Técnica Pedagógica da Escola no mês de novembro de 2022.

A entrevista semiestruturada possuía um roteiro prévio com os seguintes tópicos: Identificação, Ensino Médio Integrado, Novo Ensino Médio, Currículo Integrado na EPT. Consideramos que a entrevista possibilitou à pesquisadora maior aproximação com o contexto da escola, sendo que buscou-se coletar dados referentes aos movimentos de adaptação curricular para atendimento da oferta de EPT no Novo Ensino Médio e às perspectivas sobre essa oferta. Segundo Stake (2011), as perguntas investigativas presentes em uma entrevista objetivam o esclarecimento do problema da pesquisa e refinam as informações e as interpretações.

Além da entrevista com gestores das UEs selecionadas, realizou-se a coleta de dados com os docentes por meio de um questionário, com questões organizadas em três seções: Apresentação/Termo de Consentimento, Identificação e Educação Profissional/Novo Ensino Médio. Além das perguntas relacionadas à seção Identificação, que visavam levantar

informações do perfil acadêmico e profissional dos professores, o questionário possuía cinco perguntas específicas acerca da percepção dos professores sobre Educação Profissional e Técnica e sobre a atual Reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional, sendo duas delas abertas. Após realização de um pré-teste, o questionário on-line foi enviado para 188 professores que atuam no EMIEP das Unidades Escolares investigadas no mês de setembro de 2022, tendo-se 62 respondentes, aproximadamente 32,97% de retorno.

As respostas do questionário compuseram o corpus da pesquisa, juntamente com os demais dados coletados nas entrevistas, os quais foram analisados por meio de análise textual discursiva (Moraes, 2003). Considerando as vozes dos gestores e docentes, foram constituídas as seguintes categorias emergentes: a) a oferta de EMIEP na Rede Estadual de SC; b) das concepções de EPT às percepções sobre a Reforma do Ensino Médio; c) os impactos na organização curricular e na formação dos estudantes; e d) impactos na identidade escolar e no trabalho docente. Nas perguntas fechadas do questionário, buscou-se descrever o que foi respondido pelos professores, relacionando com as categorias anteriores. Nos resultados e discussões, apresentam-se passagens de respostas de gestores e professores, identificados pela letra G (Gestor) seguida da numeração e P (professor) seguida da numeração, conforme o número de participantes da pesquisa de cada segmento.

Durante a coleta de dados, identificamos concepções sobre Educação Profissional e Tecnológica, que em conjunto com os impactos da Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017, trouxeram subsídios para a construção do Produto Educacional, que se constituiu em um Infográfico denominado “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado”¹⁰. Optou-se pelo infográfico por ser uma ferramenta com potencial informativo, possibilitando a difusão e ampliação acerca da temática de forma clara e objetiva. Assim, elaborou-se o infográfico com o intuito de dar visibilidade à proposta de EMIEP na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, aprofundando a compreensão de currículo integrado a partir da concepção de formação humana integral.

As informações e conteúdo do infográfico começaram a ser desenvolvidos em março de 2023. Considerando que o produto educacional se constitui em uma experiência mediada

¹⁰ O infográfico pode ser acessado por meio do seguinte link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742317>.

para o aprendizado (Kaplún, 2003), compreende-se a importância do envolvimento do público alvo com estes materiais. Desse modo, após revisão do conteúdo do infográfico, foi realizada a aplicação do produto educacional com os professores das duas UEs participantes da pesquisa. A fim de mobilizar a participação dos professores, foi organizado um curso de formação continuada de 15h, dividido em 3h presencial, por meio de uma roda de conversa, e 12h on-line, destinadas a leitura e avaliação do infográfico, via extensão do IFC – Campus Blumenau.

Participaram da roda de conversa 61 (sessenta e um) docentes, sendo 37 (trinta e sete) da EEB Maria Rita Flor e 24 (vinte e quatro) do CEDUP Hermann Hering. Os materiais mobilizados na roda de conversa compuseram o infográfico, sendo a pesquisadora, responsável em desenvolver o conteúdo e um profissional da área de design, a parte de elaboração gráfica do material.

A versão aperfeiçoada do infográfico passou pela avaliação dos professores e gestores, realizada durante o mês de julho e agosto de 2023, por meio de questionário em formulário on-line (Apêndice I) enviado aos participantes da roda de conversa, tendo 28 respondentes. As questões para avaliação do infográfico foram elaboradas com base em Ruiz *et al.* (2014) e Leite (2018), contendo 11 perguntas fechadas em Escala Likert e duas perguntas abertas. Nos resultados e discussões, apresentam-se o processo de desenvolvimento e os resultados da avaliação do PE.

Todos os termos de consentimento e assentimento da pesquisa estão disponíveis nos apêndices (Apêndices C, E, H e J).

4 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, apresenta-se a oferta de EMIEP na rede estadual catarinense e as percepções de gestores e docentes acerca da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio. A partir deste contexto, são apresentados, nas sessões seguintes, as implicações da atual reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 nos cursos de Ensino Médio Integrado. Por fim, aborda-se o processo de desenvolvimento e avaliação do produto educacional, o infográfico “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado” .

4.1 A oferta de EMIEP na rede estadual de Santa Catarina

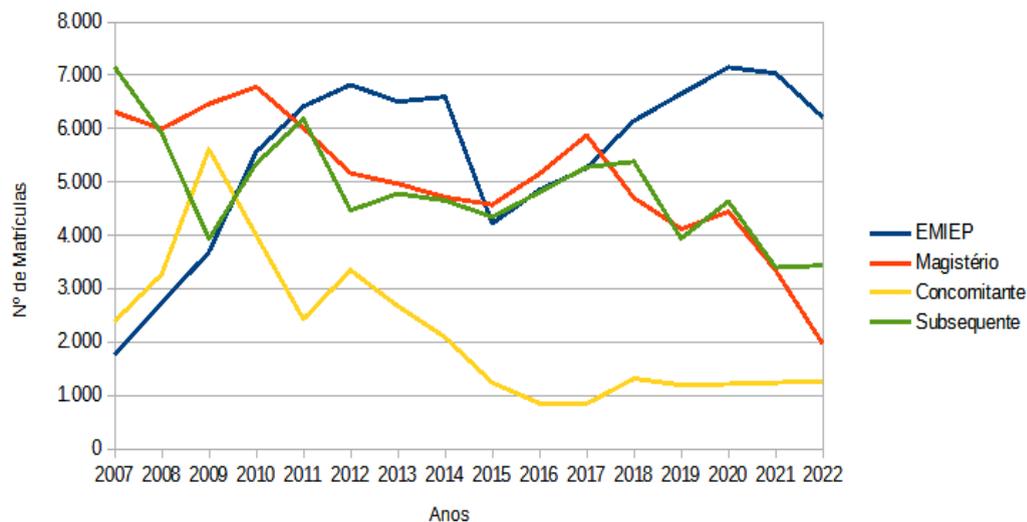
Com intuito de mapear a oferta de EMIEP na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, apresentamos neste tópico dados coletados a partir do Censo Escolar da Educação Básica/INEP em conjunto com dados coletados por meio do questionário e entrevista durante a pesquisa de campo.

Os cursos de EMIEP da rede estadual catarinense são ofertados em diferentes regiões do estado, por meio de dez eixos tecnológicos¹¹ que se caracterizam de acordo com arranjos produtivos da região de abrangência da UE. Dentre os 27 cursos ofertados pela rede, destacam-se pelo maior número de matrículas os cursos relacionados aos eixos tecnológicos Gestão e Negócios (35%) e Informática e Comunicação (25%) e Recursos Naturais (10%).

No Gráfico 1, elaborado por meio dos dados de matrículas, pode-se observar a evolução da oferta de cursos de Educação Profissional da Rede Estadual de Santa Catarina, a partir da implantação dos cursos de EMIEP. Tendo em vista, a implantação gradativa dos cursos de EMIEP entre os anos de 2004 e 2006, tomamos como base o ano de 2007.

¹¹ Os eixos tecnológicos dos cursos técnicos de nível médio são definidos por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - MEC. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Gráfico 1 – Matrículas de educação profissional e tecnológica de nível médio na rede estadual de ensino de SC (2007-2022)



Fonte: elaborado pela autora a partir de INEP (2022).

A partir da evolução das matrículas de Educação Profissional e Técnica de nível médio, podemos observar que, a partir do ano de 2011, os cursos de EMIEP se constituem como sendo a principal oferta, ultrapassando o número de matrículas em cursos concomitantes e subsequentes. Mesmo com uma queda considerável nas matrículas no ano de 2015, observa-se o crescimento na maioria dos anos letivos, configurando em 2020 e 2021, os maiores índices de matrículas.

Tendo em vista o maior número de matrículas de EMIEP no ano de 2020, cabe observar, que este número corresponde a apenas 3,6% do total de matrículas de Ensino Médio do mesmo ano da rede estadual catarinense. Por meio de comparativo com os estados da região sul do país, em conjunto com o Estado do Espírito Santo¹², destaca-se a inferioridade deste percentual. De acordo com a Tabela 1, em 2022, as matrículas de EMIEP da rede catarinense correspondem a 2,85% do total de matrículas de Ensino Médio, sendo o menor percentual dentre os estados analisados.

¹² Considerou-se para esta análise os dados do estado do Espírito Santo, devido ser um dos primeiros estados, juntamente com Santa Catarina e Paraná, que formalizou convênio com o governo federal para a implantação dos cursos de EMIEP.

Tabela 1 – Matrículas de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado nas redes estaduais

Estados	Matrículas EM (Total)	Matrículas EMIEP	Percentual de matrículas EMIEP
Paraná	364.546	49.685	13,62%
Santa Catarina	217.129	6.207	2,85%
Rio Grande do Sul	300.024	12.367	4,12%
Espírito Santo	103.307	19.616	18,98%

Fonte: elaborado pela autora a partir de INEP (2022).

É importante destacar, que no ano de 2022, a redução do número de matrículas nos cursos de EMIEP na rede estadual catarinense, deve-se à implantação do NEM em todas as UEs a partir da 1ª série do Ensino Médio, suprimindo novas matrículas de EMIEP, contudo, tendo como base o percentual de matrículas das demais redes estaduais da Tabela 1, é possível observar que, mesmo com o crescimento entre os anos letivos, essa oferta, em Santa Catarina, não chegou a ampliar-se de maneira considerável durante a trajetória da política no estado.

A título de ilustração, comparamos a oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado com as demais dependências administrativas dos estados analisados na Tabela 1. Conforme os dados da Tabela 2, é possível observar que, em Santa Catarina, as matrículas da rede federal são quase 50% maiores que na rede estadual. Essa informação não se assemelha às outras redes estaduais, tendo em vista que a oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado nas redes estaduais é maior ou próxima da oferta da rede federal.

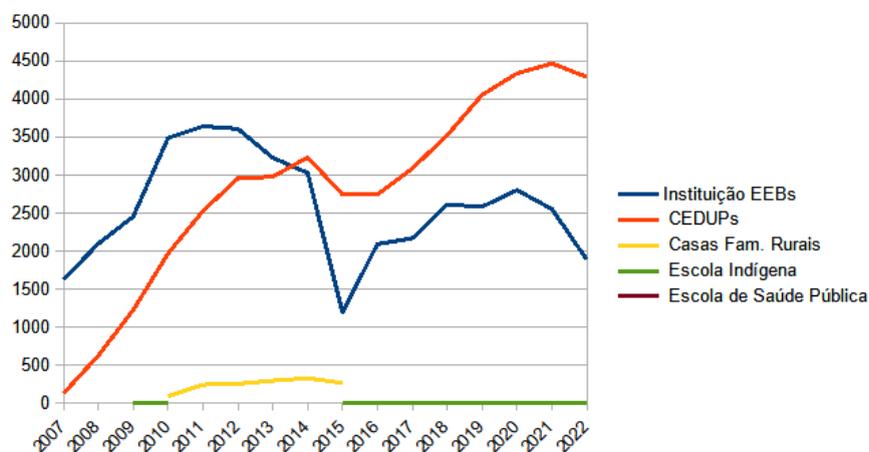
Tabela 2 – Matrículas de Ensino Médio Integrado por dependência administrativa

Dependência administrativa	Estados			
	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Espírito Santo
Estadual	49.685	6.207	12.367	19.616
Federal	7.435	11.680	15.353	9.076
Privada	1.023	312	3.285	2.007
Municipal	—	—	260	—

Fonte: elaborado pela autora a partir de INEP (2022).

Para melhor situar a oferta de cursos de EMIEP na rede estadual catarinense, apresentamos a evolução das matrículas por instituição de ensino. De acordo com o Gráfico 2, a evolução das matrículas entre os anos de 2007 e 2022 direcionam a oferta de EMIEP para os CEDUPs, sendo que, no ano de 2022, 30,4% do total de matrículas de EMIEP foram ofertadas nas Escolas de Educação Básica e 69,1% em CEDUPs. Como hipótese, podemos observar que o crescimento da oferta de EMIEP na rede estadual catarinense, está relacionado, principalmente, à concentração desta oferta nos CEDUPs.

Gráfico 2 – Matrículas EMIEP na Rede Estadual de Ensino de SC (2007-2022) por Instituição de Ensino

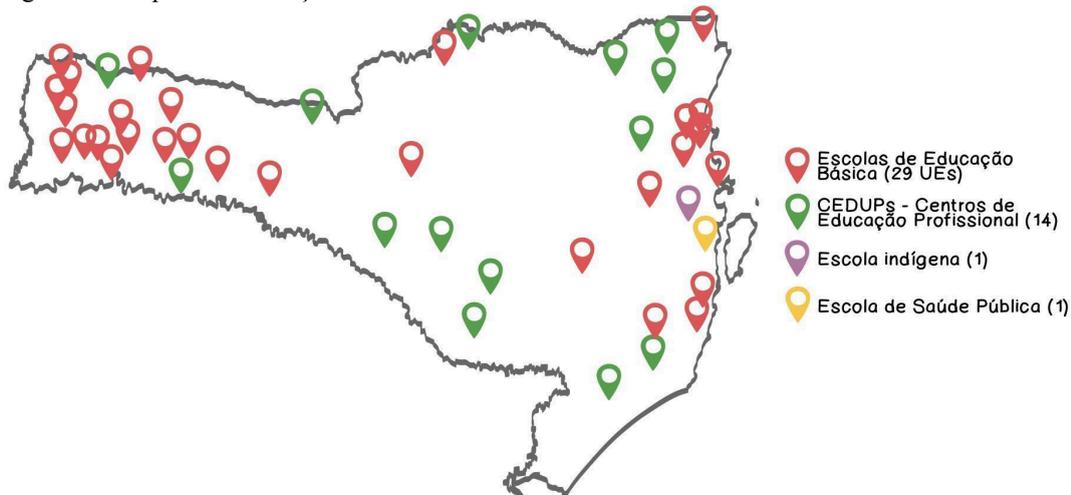


Fonte: elaborado pela autora a partir de INEP (2022).

Observa-se, também, por meio do Gráfico 2, que até 2013 a oferta dos cursos de EMIEP se concentrou com maior intensidade nas Escolas de Educação Básica, todavia, a partir de 2014, observamos a inversão dessa oferta para os CEDUPs, o que coincide com enfraquecimento dos debates em nível estadual sobre a política de Ensino Médio Integrado.

Conforme mapa de localização das UEs ofertantes de EMIEP (Figura 1), os CEDUPs constituem número menor dentre estas instituições, sendo que não estão localizados em todas as regionais do estado, inviabilizando o acesso à EPT na forma integrada nestas regiões. Observa-se que a atual centralidade na oferta dos cursos de EMIEP nos CEDUPs desconstitui o que foi apresentado no processo de implantação no que se refere a descentralização da oferta, tendo em vista a ausência de CEDUPs em todas as regiões do estado e o atendimento aos critérios quanto ao desenvolvimento da região (Santa Catarina, 2014c).

Figura 1 – Mapa de localização Unidades Escolares ofertantes de EMIEP



Fonte: elaborado pela autora a partir de INEP (2022).

Apesar das EEBs constituírem o maior número de instituições ofertantes de EMIEP, contribuindo para a descentralização desta oferta, o decréscimo no número de matrículas nessas UEs e a concentração da oferta dos CEDUPs se deve à terminalidade desta oferta em muitas escolas no decorrer do período analisado. De acordo com os dados do Censo Escolar/INEP, em 2011, os cursos de EMIEP eram ofertados em 53 EEBs, sendo que, em 2021, esse número é reduzido a 32 EEBs, considerando a abertura de oferta em 15 novas escolas. Ou seja, comparando a oferta de EMIEP em EEBs, nos anos de 2011 e 2021 houve a terminalidade destes cursos em 67% das Escolas de Educação Básica.

Observa-se que as experiências na oferta de EMIEP em EEBs, muitas vezes de maneira isolada e sem a continuidade de uma política de incentivo, podem impactar na redução do número de matrículas. Também, as disputas em torno de novas políticas para o Ensino Médio, como o Programa Ensino Médio Inovador (EMI) e Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI), impactaram na política de EMIEP nas EEBs, no que se refere ao direcionamento de docentes e incentivos financeiros para a nova proposta. A fala do Professor 1 (P1) em roda de conversa exemplifica essa lógica: “Esse caminhar do EMIEP é diretamente ligado ao apoio ou não do governo do Estado [...] Então, assim, em anos que o governo do estado não incentiva, corta recursos, ou aponta que o caminho não vai mais ser esse, os diretores automaticamente se desincentivam”.

No entanto, na EEB investigada durante a pesquisa de campo, a oferta de EMIEP se manteve, mesmo em meio às dificuldades de incentivo, se caracterizando como a principal demanda da UE:

EMIEP é o nosso sonho que se tornou realidade, que começou a dezesseis anos atrás, onde nós estudávamos sábado e domingo, a gente parava a escola para estudar, onde a gente começou sem nenhuma verba [...], e hoje esse curso é reconhecido. [...] Nós já tivemos EMI, já tivemos EMITI e eles foram fracassaram, fracassaram não, mudaram para outro nome, mudou a história e o EMIEP não, o EMIEP as mudanças que houveram foi uma coisinha e outra na grade, mas é um curso muito bom, a gente vê assim, o perfil do aluno é outro sabe (G1).

A partir dos dados coletados na EEB, tem-se como hipótese que as parcerias desenvolvidas com a comunidade local e o envolvimento dos professores, tendo em vista o comprometimento com a proposta e com o perfil do aluno, fortaleceram os cursos de EMIEP nesta instituição. Segundo a Gestora 1:

[...] Nós não tínhamos bibliografia, não tínhamos laboratório, então a gente foi criando o quê, parceria com a rede hoteleira, com a Secretaria de Turismo, com agência de viagem. [...] Então a gente foi procurando esse espaço e isso não foi obstáculo para decair, a gente nunca teve declínio de matrícula, pelo contrário hoje, por exemplo, estamos formando três terceiros anos (G1).

Ao analisar os números referentes às matrículas de EMIEP, percebe-se uma descontinuidade de incentivo quanto à oferta em EEBs, conforme priorizado no início do processo de implantação. Ou seja, não houve continuidade nos investimentos, debates e discussões sobre a oferta de EMIEP, contudo, nas Unidades Escolares investigadas, observa-se a importância desta oferta na formação dos estudantes de Ensino Médio, sinalizado pela legitimidade destas instituições na comunidade escolar, conforme destacado na fala da Gestora 2: “[...] nós temos, agora, o período de matrículas, né, e nós temos ex-alunos, que foram ex-professores e que estão desesperados para colocar seus filhos aqui para estudar[...]”.

O reconhecimento da comunidade em relação à formação nos cursos de EMIEP faz parte do processo de construção da política nestas UEs, sobretudo nas EEBs em que o EMIEP resiste frente a outras políticas de incentivo ao Ensino Médio. Assim, supõem-se, que a reduzida oferta dos cursos de EMIEP na rede estadual catarinense não se refere a falta de demanda, mas a falta de incentivos para esta forma de oferta, conforme destacado por um docente durante apresentação dos dados anteriores em roda de conversa: “Esses 3% de Ensino Integrado é por causa da oferta, né. Tem pouca oferta. A demanda existe, no entanto não existe a oferta” (P2).

Considerando que 84% do total de alunos matriculados no Ensino Médio em escolas

brasileiras pertence às redes estaduais da educação¹³, percebe-se a potencialidade para a ampliação da oferta de cursos de Ensino Médio Integrado nesta rede ensino no Brasil. Diante do exposto, faz-se necessário o fortalecimento desta oferta nas redes estaduais, bem como nas EEBs de Santa Catarina, as quais possibilitam a descentralização desta oferta a todas as regiões do estado.

4.2 Das concepções de EPT às percepções sobre a reforma do ensino médio nos cursos de EMIEP

Neste tópico, apresentaremos os dados coletados em relação às percepções sobre a oferta de EPT, as quais muitas vezes, são relacionadas ao atendimento das demandas do mercado de trabalho. Também são apresentadas percepções de docentes em relação às mudanças do EMIEP a partir do NEM, identificadas no questionário aplicado.

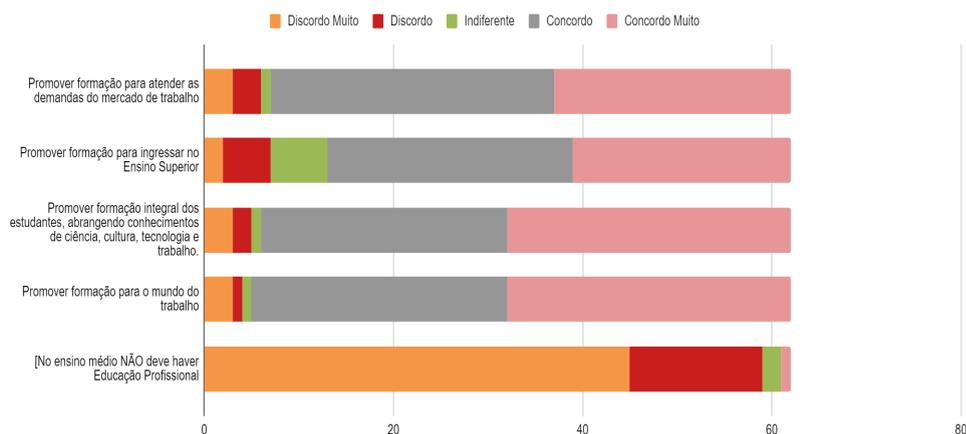
No que se refere à categoria identificação do questionário, observou-se que dos 62 respondentes, 26 (42%) possui menos de 2 anos de experiência docente em cursos de EPT de nível médio, seguidos de 18 (29%) entre 6 e 10 anos e 8 (13%) entre 3 e 5 anos. A maior parte dos respondentes (69%) são contratados temporariamente (ACTs), como também atuam nos componentes curriculares de formação geral (66%), dentre esses professores, 36% atuam também com componentes curriculares flexíveis do NEM. Com relação à formação acadêmica, 55 docentes (88%) possuem curso de Licenciatura, e 11 (17%) possuem além da Licenciatura, algum curso de Bacharel. Somente 5 respondentes (8%) possuem apenas o Bacharelado e 2 (3%) não possuem formação superior. Quanto aos cursos de Pós-Graduação, do total de respondentes, 40 (64%) possuem curso de Especialização, 8 (12%) possuem Mestrado e 14 (22%) não possuem curso de Pós-Graduação. Quanto à formação específica em EPT, somente 14 % do total de respondentes possui tal formação.

Na questão apresentada em Escala Likert acerca da função da Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio, observa-se que todas as proposições quanto à função da EPT no Ensino Médio, são relevantes devido à centralidade nas respostas dos docentes entre as alternativas “Concordo” e “Concordo Muito”. Desse modo observamos, a compreensão entre os docentes que a EPT precisa contribuir tanto para a inserção no mercado de trabalho, como para a continuidade dos estudos no ensino superior, ou seja, a formação da juventude no Ensino Médio não pode se restringir a um ou outro papel. De acordo com o Gráfico 3, do total

¹³ Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica 2022/INEP.

de respondentes, 55 (88%) informaram que concordam ou concordam muito que é função da EPT promover formação para atender as demandas do mercado de trabalho, como também 57 (91%) respondentes indicaram que concordam ou concordam muito que é função da EPT promover formação para o mundo do trabalho.

Gráfico 3 – Percepções sobre Educação Profissional e Tecnológica



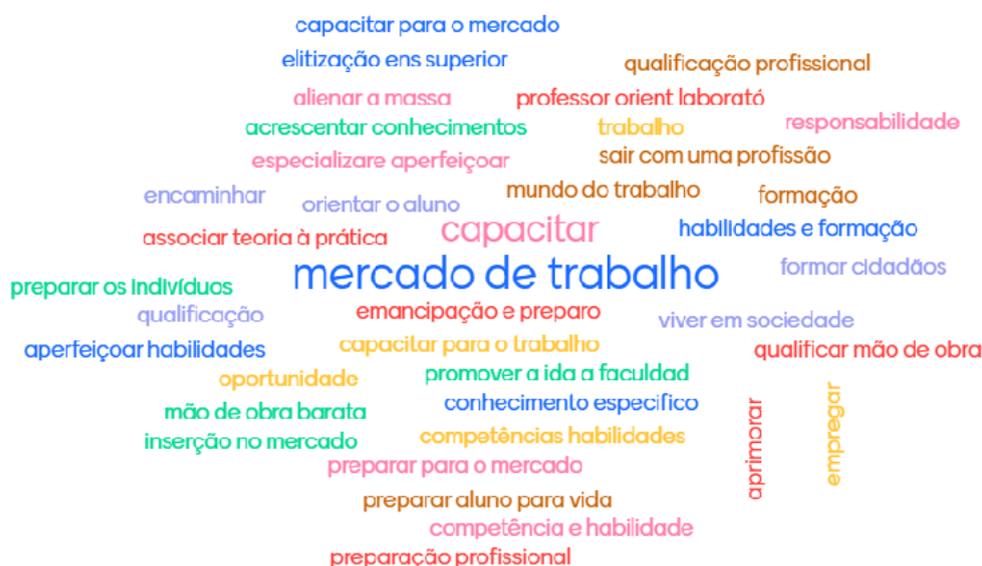
Fonte: elaborado pela autora a partir de questionário aplicado com docentes/2022.

Também, do total de respondentes, 49 (79%) respondentes responderam que concordam ou concordam muito que é função da EPT promover formação para ingresso no ensino superior e 56 (90%) respondentes concordam ou concordam muito que é função da EPT promover formação integral aos estudantes. Quanto à proposição sobre o Ensino Médio não abranger Educação Profissional, 59 (95%) dos respondentes discordaram muito ou discordaram, apontando a importância da EPT na formação dos estudantes de Ensino Médio.

Observa-se que as equivalências conceituais destacadas na questão anterior, também demonstram a falta de compreensão dos participantes em relação a essa diferenciação, decorrente da ausência de discussões acumuladas nesse sentido, bem como da falta de experiência profissional como docentes da EPT, observada no perfil dos participantes da pesquisa.

Durante a aplicação do Produto Educacional também foi possível identificar as percepções sobre EPT dentre os participantes. Para motivar o diálogo durante a roda de conversa, sugerimos a seguinte pergunta: qual a função da Educação Profissional e Tecnológica? As respostas foram apresentadas em forma de “nuvem de palavras”, conforme Figura 2.

Figura 2 – Nuvem de palavras sobre Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: elaborado pela autora a partir da aplicação do PE (2023).

É possível observar na nuvem de palavras, concepções que remetem à Educação Profissional ao atendimento das demandas do mercado de trabalho e da empregabilidade. Nesse sentido, caberia um aprofundamento da pesquisa, enfatizando novos estudos com os docentes acerca da representação da concepção de mercado de trabalho, palavra com maior destaque na atividade.

Contudo, tendo em vista que o questionamento não mencionou a função dos cursos de EMIEP, é possível observar, por meio das palavras: “associar teoria à prática”, “acrescentar conhecimentos”, “mundo do trabalho”, que a concepção desta proposta tenta atravessar o reducionismo concebido historicamente à formação técnica e profissional. Ou seja, considerando os limites da pesquisa, é possível observar a importância da articulação entre formação geral e técnica no Ensino Médio. Nesse sentido, há que se considerar o relato do seguinte docente:

Eu vejo essa relação do Ensino Médio com o ensino profissionalizante, o ensino técnico, como uma grande oportunidade para eles (estudantes). Eu também atuo no ensino superior e eu percebo que os alunos que chegam, essa é a minha experiência, do ensino técnico (EMIEP), chegam muito à frente dos demais, tecnicamente falando. As oportunidades para eles vêm muito mais rápido. Acho que tem uma relação muito importante, a ciência e a técnica (P3).

Nas entrevistas, podemos observar a presença de tentativas de articulação entre a formação geral e técnica, que resultam em interferências isoladas da formação geral no desenvolvimento de projetos nos cursos de EMIEP, como também tentativas de superar os desafios da integração entre formação geral e técnica:

O pessoal da área técnica é muito unido, no sentido que para todos os cursos, eles fazem projetos articulados integradores, onde ao final eles apresentam [...]. Nas disciplinas regulares acaba sendo uma coisa mais individualizada nessa matriz do EMIEP. [...] Assim, por exemplo, os professores de Língua Portuguesa auxiliam na formatação de um TCC, né... nessas questões todas sim, mas não são todos que se envolvem não [...] (G2).

Para a Gestora 1, a articulação entre formação geral e técnica foi sendo desenvolvida no decorrer do curso, por meio do diálogo entre os docentes, oportunizado principalmente pelo planejamento coletivo:

Então a gente tinha muito diálogo com professores das áreas técnicas [...]. e fomos aprendendo [...] Daqui a pouco eu já vi que a matemática era super tranquilo porque no turismo tem muito, principalmente funções [...], a questão de margem de lucro, [...] o corretor de imóveis que utiliza, então a gente foi adaptando, e a Biologia também, no começo eu tinha dificuldade, daqui a pouco eu comecei a ver que era super fácil relacionar com o espaço que a gente tinha né, do Turismo, então existe diferença sim, mas é a questão é o estudo né e o diálogo entre as áreas, né... daí a gente pegar a base comum com a área técnica para estar trocando figurinha ou às vezes até a própria área técnica nos procurava. [...] O planejamento coletivo né, o encontro deles semanais isso aí é a chave para todo curso (G1).

É importante destacar que além do esforço coletivo, o exercício de articulação entre formação geral e técnica mencionado pela G1, também caracteriza uma certa submissão das áreas do conhecimento aos interesses da formação técnica e profissional. Esse movimento, que busca a superação da dualidade, precisa ter como base a formação omnilateral, considerando o acesso à totalidade dos conhecimentos historicamente produzidos no âmbito de todas as áreas do conhecimento.

Cabe ressaltar que a política de EMIEP proporcionou horário para planejamento integrado entre professores. Na fala dos gestores, observa-se a importância deste espaço para o desenvolvimento de projetos integrados. Segundo texto do PPP de uma das Unidades Escolares investigadas, o planejamento como parte da política do EMIEP também é considerado como momentos de formação:

O planejamento do EMIEP é realizado nas reuniões semanais de segunda-feira, com a participação de todos os professores e da Coordenação Pedagógica. No primeiro momento são discutidos assuntos relacionados ao curso, metodologia de trabalho dos professores, dúvidas sobre avaliação da aprendizagem e demais temas relacionados ao fazer pedagógico. Nos encontros de Planejamento, também é realizada a formação em serviço, que é um momento de estudo, aprofundamento de conhecimento e troca de saberes (PPP, 2021, p. 18).

Com relação às percepções sobre EPT, apesar das construções desenvolvidas durante o planejamento integrado, observa-se que a falta de debates e formações em nível estadual para esta política nos últimos anos, pode interferir na compreensão quanto à concepção dos cursos de EMIEP e na efetivação do currículo integrado. Este fato já fora identificado por Silva (2009) em sua pesquisa como fator preocupante durante o processo de implantação dos cursos de EMIEP.

Assim, a descontinuidade nas formações e debates podem ter gerado algumas fragilidades em relação às concepções teórico-metodológicas dos cursos de EMIEP, ficando mais suscetíveis às influências e às mudanças impostas pela atual reforma do Ensino Médio. A resistência frente a estas mudanças busca assegurar a continuidade da oferta de EMIEP por meio de outra perspectiva, que, no entanto, não se assemelha com a concepção construída. Sendo assim a construção da identidade escolar por meio da oferta dos cursos de EMIEP, possibilita a consciente divergência entre as políticas, principalmente por docentes que fizeram parte deste processo desde a sua implantação, como identificado entre as discussões na Roda de Conversa: “Currículo integrado era o que acontecia antes do NEM. O que acontece com o NEM não é isso, né [...]” (P4).

Com relação a essas observações, as respostas dos docentes da pergunta aberta do questionário sobre mudanças ocasionadas pelo Novo Ensino Médio na oferta de cursos de EMIEP nos trouxeram aspectos importantes. Do total de respondentes do questionário, 46,7% consideram essas mudanças como negativas, 38,7% como positivas e 14,5% se mostraram indiferentes em suas respostas. Vale ressaltar que, do total de professores que responderam como positivas as mudanças ocasionadas pelo NEM, 58% não apresentaram justificativa para essa afirmação, sendo que das justificativas positivas analisadas, duas demonstraram certa insegurança com a mudança, descrevendo: “[...] tenho receio de que na prática não sejam realizadas conforme foram planejadas. O formato atual de EMIEP funciona muito bem e é desenvolvido com muito sucesso” (P5).

Apesar do questionário ser aplicado em Escolas Piloto, percebe-se a incompreensão em relação a oferta do Itinerário de Formação Profissional e Técnica na implementação do

NEM, sobretudo, porque esse processo nessas Unidades Escolares não teve início no momento da coleta de dados. Destacamos, a seguir, algumas respostas de docentes que se mostraram indiferentes na avaliação quanto às mudanças provocadas pelo Novo Ensino Médio nos cursos de EMIEP: “Aguardando primeira turma no ano que vem seguindo as trilhas para poder avaliar corretamente” (P6). “O ‘novo’ ensino médio ainda está em fase de implantação, portanto é prematuro dar um parecer, entretanto, na teoria está tudo muito bonito, mas na prática a realidade não está sendo a mesma. Então creio pensar que está mais para negativo do que positivo” (P7). “Acho que tudo tem seu lado bom e ruim, acredito que as disciplinas do EMIEP são importantes, mas ao mesmo tempo questiono se não irá fazer falta às aulas das disciplinas que foram substituídas por estas. Positivas, mas toda mudança precisa de um tempo para a adaptação!” (P8).

Nesse sentido há que se considerar também o relato da gestora durante entrevista:

Eu acho que vai dar uma liberdade maior de escolha pro aluno. Se vai ser bom isso aí o tempo é que vai nos dizer sabe, o tempo que vai nos dizer [...]. Muita coisa incerta ainda né. Incerta que eu digo, no sentido que tudo é novidade agora [...]. Nossos alunos que vão começar com as trilhas de aprofundamento no novo ensino médio vão iniciar ano que vem...a gente nem sabe como é que vai funcionar isso (G3).

Das poucas justificativas apresentadas nas respostas positivas, as que se destacam referem-se à inserção para o mercado de trabalho e ao empreendedorismo, como na resposta a seguir: “conseguem ter acesso a variadas disciplinas voltadas para a área que eles preferem se aperfeiçoar e também outras áreas que expandem seu intelectual” (P9).

Dos professores que responderam como negativas as mudanças ocasionadas pelo Novo Ensino Médio, 17% não apresentaram justificativa para sua resposta. As respostas com justificativas consideraram os seguintes elementos, os quais serão aprofundados nas seções seguintes: desconsideração do EMIEP, fragmentação do estudo, redução de aulas de formação geral, aumento do tempo de permanência do estudante na escola, falta de formação técnica na 1ª série do Ensino Médio. Dentre as respostas negativas, 17% justificaram enfatizando a terminalidade do EMIEP, conforme relato dos docentes: “Negativas, pois, na escola em qual atuo, já havia uma formação sólida do curso técnico, vejo com isso uma perda para educação profissional” (P10).

Negativas. O curso deveria continuar no mesmo formato. Aliás, todas as escolas de ensino médio deveriam ofertar pelo menos um curso técnico, que fosse de encontro

com a necessidade da cidade ou região, é isso que realmente os jovens e o mercado de trabalho precisam. O modelo de novo ensino médio não corresponde com uma formação efetiva, muito menos técnica que prepare o jovem para o mercado de trabalho (P11).

Negativa. O modelo do EMIEP só agrega ao aluno e não tem a perda de conteúdo referente aos outros componentes da base geral. O novo modelo do ensino médio, irá criar um déficit no que diz a respeito da base geral, dificultando o acesso do jovem no ensino superior e na aprovação em concursos (P12).

Desse modo, observamos que os cursos de EMIEP constituíram uma base sólida nas Unidades Escolares investigadas, sendo que a nova proposta traz à comunidade escolar rupturas em relação à essa construção e incertezas sobre a oferta do Itinerário de EPT do NEM.

Tal contexto, converge com as observações durante a pesquisa no que se refere a falta de debates sobre a oferta de EPT no processo de implantação do NEM na rede estadual catarinense. Nesse sentido, um primeiro aspecto observado corresponde a não oferta do Itinerário Formativo em EPT durante a implantação da política, ou seja, para as turmas piloto do NEM das escolas investigadas, não foi oportunizado aos estudantes as Trilhas de Aprofundamento em EPT. De modo contraditório, esse fato modifica o projeto dos estudantes pertencentes às turmas piloto do NEM em uma Instituição específica de EPT, que ofereceu aos seus estudantes apenas trilhas de aprofundamento nas áreas do conhecimento gerais.

Outro aspecto refere-se a inconsistências em relação a número de aulas das Trilhas de Aprofundamento de EPT, publicadas em 2022 no Caderno 5 do CBEMTC, em relação ao número de aulas das Trilhas de Aprofundamento das matrizes curriculares do NEM (A, B, C) do Caderno 1, publicadas em 2021. Com isso, conforme Documento Orientador acerca da implantação dos itinerários formativos (PAIF), publicado em 2022, novas matrizes curriculares do NEM foram implementadas (E, G, H), diminuindo o número de aulas dos componentes eletivos para atendimento à carga horária das trilhas de aprofundamento em EPT (Santa Catarina, 2022b). Contudo, observa-se que os diálogos em nível estadual, no processo de implantação do NEM, se concentravam nos componentes eletivos e no projeto de vida, potencializados por meio de formações com o Instituto Iungo, sem considerar debates efetivos acerca da oferta de EPT.

A falta de informações e discussões sobre a implementação do Itinerário Formativo de EPT é identificada também em pesquisa desenvolvida pelo SINTE/SC¹⁴ sobre os impactos da

¹⁴ A presente pesquisa ouviu gestores escolares e professores que atuam diretamente com o NEM na rede estadual e identificou impactos na educação pública catarinense. Disponível em <https://tinyurl.com/3eyc4uab>.

Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina realizada em maio/2023, a qual destaca que cerca de 47% dos participantes não conhecem a forma como este itinerário formativo será ofertado pela Rede Estadual.

No que se refere às formações e/ou discussões promovidas pela UE sobre a oferta do Itinerário de Formação Técnica e Profissional, observou-se, por meio do questionário, que a maior parte dos respondentes (51%) participaram de discussões promovidas pela Unidade Escolar. Com relação a formações continuadas, 6% dos respondentes participaram de formação continuada por meio da SED ou CRE, 11% dos respondentes participaram da elaboração das Trilhas de Aprofundamento em EPT e 31% afirmaram que não estavam trabalhando na escola nesse período ou não participaram de formação.

Nesse sentido, é importante destacar que, apesar do número reduzido de participantes em formações continuadas da SED sobre o Itinerário de EPT, discussões foram desenvolvidas nas Unidades Escolares e que a participação no processo de harmonização curricular foi restrita a alguns docentes (gestores, coordenadores etc.) (Santa Catarina, 2022a). Assim destaca a Gestora 1:

A gente teve algumas formações, não tivemos formações técnicas ainda, só para montar a matriz, parece que agora é para ter uma para a área técnica. Então quando o NEM surgiu a gente também teve, teve formação com o Instituto Ayrton Senna, aí depois veio a pandemia...daí muita formação on-line.

Com relação às formações continuadas referente à implantação do NEM, dentre o total de professores respondentes, 46% participaram dos cursos promovidos pela SED e 27% participaram de cursos promovidos pela escola. Também destacamos que 16 professores (25%) responderam que não participaram de nenhuma formação sobre o NEM.

Cabe ressaltar que tanto as formações continuadas sobre o NEM, como o processo de elaboração das trilhas de aprofundamento de EPT foram realizados de forma on-line pela SED, devido ao contexto pandêmico da Covid-19. É importante pontuar que, no processo de implantação do NEM, as formações continuadas foram direcionadas aos professores efetivos das Unidades Escolares, como garantia de implementação da política, como observado na fala do docente de formação geral sobre solicitação da gestão escolar: “[...] nós vamos abraçar o NEM, mas vocês não poderão ficar na matriz do técnico[...]. Toda formação continuada só vai ter para quem ficar no NEM e você não pode ficar para trás” (P13).

Partindo do contexto da oferta dos cursos de EMIEP, cabe lembrar que a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina não possui professores efetivos da área de formação técnica, portanto esses professores não participaram das formações relativas ao processo de implantação do NEM, sendo destinado a esses professores, mais tarde, a participação na elaboração das Trilhas de Aprofundamento em EPT em setembro de 2021.

A falta de informações quanto a oferta do Itinerário Formativo de EPT é possível de ser observada no texto do Projeto Político Pedagógico de uma das Unidades Escolares investigadas:

A organização curricular do EMIEP assegura, simultaneamente, o cumprimento das finalidades para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissão técnica. [...] Em 2022 será garantido a terminalidade aos estudantes de segundo e terceiro anos da matriz 2772. A partir de 2023 as disciplinas técnicas farão parte do currículo flexível do Novo Ensino Médio (PPP, 2021, p. 18).

Nesse contexto, a seguir, apresentaremos os principais impactos observados durante a pesquisa por meio das categorias: a) impactos na organização curricular e na formação dos estudantes; e b) impactos na identidade das escolas ofertantes de EMIEP e no trabalho docente.

4.3 Impactos na organização curricular e na formação dos estudantes

As discussões promovidas na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina em torno do itinerário de EPT, intencionavam formatar o que se tinha dentro de uma nova proposta pré-estabelecida em consonância com as DCNGEPT, de 2021, resultando na prescrição de componentes curriculares da formação técnica, habilidades e competências, denominado Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.

Essas discussões evidenciam a preservação da ideia de currículo como instrumento técnico e prescritivo, que segundo Thiessen (2013), deriva da própria cultura que marca a escola liberal moderna e das concepções presentes nos professores sobre currículo como proposta e prescrição. Segundo Sacristán (2000), políticas com tomadas de decisão centralizadas geram práticas que melhor podem cumprir com as finalidades do gestor.

Com base na análise das matrizes curriculares dos cursos ofertados pelas UEs investigadas, destacamos, a seguir, alguns aspectos relacionados à organização curricular dos cursos de EMIEP a partir da Reforma do Ensino Médio.

Um primeiro aspecto refere-se ao aumento da carga horária no currículo do Ensino Médio¹⁵ e ao limite determinado para o cumprimento da formação geral básica de 1.800 horas, que na Rede Estadual de Santa Catarina corresponde a 1.760 horas, direcionando as atenções do currículo para a parte flexível. Esse distanciamento se torna ainda mais evidente na matriz curricular de maior carga horária do CBEMTC¹⁶, na qual 58,4% da carga horária do curso corresponde a componentes da parte flexível.

Assim, entende-se que a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola, e o déficit no número de aulas dos componentes da formação geral, visam o atendimento da parte flexível do currículo, quais sejam: componentes eletivos, projetos de vida, segunda língua-estrangeira e trilhas de aprofundamento. Durante a pesquisa, esse fato é observado pelos docentes como preocupante: “O modo como está sendo implantado tem tirado horas do conhecimento básico para atribuir novos conhecimentos e isso se refletirá em profissionais muito limitados e cada vez mais com dificuldade de compreender e interpretar o mundo em que estão inseridos” (P14).

O Quadro 2 explicita a carga horária referente à formação geral e aos Itinerários Formativos do NEM, que se referem à parte flexível, das novas matrizes curriculares dos cursos pertencentes às UEs investigadas.

Quadro 2 – Carga horária das matrizes curriculares do NEM referente ao Itinerário Formativo de EPT

Curso	Formação Geral	Parte Flexível
Técnico em Hospedagem	1.760 horas	2.464 horas
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	1.760 horas	2.464 horas
Técnico em Administração	1.760 horas	1.600 horas
Técnico em Mecânica	1.760 horas	2.464 horas

Fonte: elaborado pela autora (2023).

¹⁵ As alterações provocadas pela Lei 13.415/2017 na LDB, definem nova carga horária para o Ensino Médio. De acordo com § 1º do art. 24 da LDB 9.394/96, a carga horária mínima passará de 800h para 1.000 horas anuais, com perspectiva de ampliação para 1.400 horas de acordo com a definição dos sistemas de ensino, sendo que, conforme § 5º do art. 35, a carga horária destinada ao cumprimento da formação geral por meio da BNCC não poderá ser superior a 1.800h do total da carga horária do Ensino Médio.

¹⁶ A matriz C, disponibilizada no caderno 1 do CBEMTC corresponde maior carga horária, totalizando 4.224 horas.

O déficit no número de aulas da formação geral se torna maior para os estudantes das Trilhas de Aprofundamento da EPT, pois ao optarem por este itinerário se furtam da formação em uma área do conhecimento, disponibilizada por meio das demais trilhas da parte flexível do novo currículo. Esse aspecto também é mencionado pelos docentes em roda de conversa: “[...] chega na parte da trilha, quem vai para a EPT, a trilha é totalmente diferente da trilha do NEM, eles não têm aprofundamento de área. E nós não temos o planejamento integrado, daí é literalmente cada um por si” (P15). Além da desigualdade na formação que contribui para o acirramento da dualidade, observa-se na fala do docente a preocupação em relação ao planejamento integrado, atribuído por meio da política de EMIEP. Esse aspecto também é observado na fala da gestora durante entrevista:

Eu acho que a gente tava num elo e esse elo foi rompido... e vai virar cada um no seu quadrado. Esse é o meu receio... Talvez a Base Comum consiga integrar eles, mas é entre si... entre áreas, mas os técnicos não. Os técnicos não vão estar integrados com a base comum, com as áreas (G1).

O reducionismo da formação geral e as diversas opções de matrizes curriculares que compõem a oferta do NEM, impactam também na visão do estudante em relação às escolhas das trilhas, conforme observado na roda de conversa: “Hoje, no EPT, quem escolhe o EPT do técnico, é porque tem menos aula do que as trilhas comuns, entendeu? Então nós mudamos um pouco o perfil do aluno que frequentava o EMIEP” (P16).

Com intuito de conferir materialidade para as implicações anteriores, realizamos um comparativo entre as matrizes curriculares do EMIEP, em terminalidade, e da matriz curricular do NEM, referente ao curso Técnico em Hospedagem do eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer”.¹⁷

Quadro 3 – Carga horária das matrizes curriculares EMIEP e NEM Técnico em Hospedagem

Cursos		EMIEP - Técnico em Hospedagem			NEM - Técnico em Hospedagem (Matriz G)		
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
Séries		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
Formação geral	Língua Port. e Literatura	3	3	3	2	2	2
	Arte	3	2		2	1	1
	Inglês	2	2	2	2	2	2

¹⁷ No Apêndice F também é possível visualizar esse comparativo do curso Técnico em Informática.

	Educação Física	3	2	1	2	1	1
	Matemática	3	4	2	3	2	2
	Química	2	2	2	2	1	1
	Física	2	2	2	2	1	1
	Biologia	2	2	2	2	1	1
	História	2	2	2	2	1	1
	Geografia	2	2	2	2	1	1
	Filosofia	2	2	1	2	1	1
	Sociologia	2	2	1	2	1	1
	2ª Língua (optativa – não c.)	2	2	2			
Total aulas semanais		30	29	22	25	15	15
Total CH Formação geral		2592h			1760h		
Itinerário Formativo	Língua Estr.: Espanhol				2	2	2
	Projeto de Vida				2	2	2
	Comp. C. E. 1				4	3	3
	Comp. C. E. 2				4	2	2
	Comp. C. E. 3				4		
	Comp. C. E. 4				3		
Total aulas semanais					19	9	9
Total CH Parte Flexível					1184h		
Formação Técnica	Componentes EMIEP	1ª	2ª	3ª	Componentes NEM	2ª	3ª
	Introdução ao Turismo	2			Introdução ao Turismo e Hospitalidade	4	
	Recepção e Reservas	2	2		Recepção	4	
	Noções de Administração	1	1		Gestão Hoteleira	4	
					Sistemas de Reservas	4	

				Laboratório de Turismo	4	
				Trilha 1 – Conhecendo o Turismo e a arte de bem receber		
Gestão dos meios de hospedagem	2	2		Noções de Administração	4	
				Manutenção e Governança	4	
Estágio Supervisionado	1	2	5	Marketing	4	
				Turismo e Meio Ambiente	4	
				Estágio Supervisionado	4	
Eventos e lazer		2		Trilha 2 –Passaporte para o mundo do trabalho		
				Alimentos e bebidas		4
Marketing Hoteleiro		2		Eventos e Lazer		4
				Sistema Estrutural do Turismo		4
Governança		2		Planejamento e organização do Turismo		4
				Estágio Supervisionado		4
				Trilha 3 – Operações do Trade Turístico		
Sistema estrutural do Turismo		2	3	Ética e Legislação do Turismo		4
				Tendências do Turismo		4
Legislação Hoteleira			2	Gestão de Pessoas em empresas turísticas		4
				Estágio Supervisionado		8
				Trilha 4 – Turismo suas tendências e o mundo do trabalho		
Total aulas semanais	8	15	10	Total de aulas semanais	20	20
Total CH Formação Técnica	1.056h			1.280h		
Total CH Geral do Curso:	3.552h			4.224h		

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Por meio do Quadro 3, além do aumento da carga horária total na matriz curricular do NEM, observa-se que a formação geral básica nos cursos de EMIEP, compreendiam uma

carga horária maior que os componentes de formação técnica. Assim, a matriz curricular do NEM, além de atribuir evidência à parte flexível, traz outras implicações ao contexto da oferta do Itinerário de Formação Profissional e Técnica, as quais observamos durante a pesquisa de campo.

Primeiramente, o aumento de aulas semanais fomenta a permanência em tempo integral dos estudantes na escola, impactando nos cursos de EMIEP que, antes da reforma, já haviam sofrido adequações para o atendimento das demandas da juventude¹⁸, reduzindo as aulas presenciais semanais.

Assim, os alunos que optarem pela Trilha em EPT de Hospedagem terão o total de 4.224 horas no Ensino Médio, sendo que no EMIEP esse curso contabilizava 3.552 horas. Com a possível permanência em tempo integral na escola, os estudantes são impedidos de ingressarem no mercado de trabalho, conforme percepção dos docentes acerca do novo currículo: “carga horária excessiva aos alunos, impossibilitando tempo para o mercado de trabalho” (P17). “Para os alunos é complicado estudar no período integral, já que muitos nessa idade começam a trabalhar meio período” (P18).

Outro aspecto se refere à concentração da formação técnica a partir da 2ª série do Ensino Médio e à redução da formação geral nos cursos do NEM. Além de descaracterizar a matriz anterior, na qual as disciplinas de formação técnica são ofertadas desde o início do curso de forma anual, a nova organização intensifica a fragmentação desses componentes, os quais são distribuídos de forma semestral. De acordo com o Quadro 2, na matriz curricular do EMIEP, o Curso Técnico em Hospedagem compreendia dez componentes curriculares de formação técnica, os quais eram desenvolvidos no decorrer dos três anos de Ensino Médio, totalizando 1.056 horas. Na matriz curricular do NEM, o mesmo curso, compreenderá 17 componentes de formação técnica, os quais serão desenvolvidos de forma semestral nos últimos dois anos do Ensino Médio, sendo o componente Estágio Supervisionado, o único que terá continuidade.

Essa organização atende a flexibilidade das novas diretrizes, sendo que o aluno após o término de cada trilha pode ingressar em outra trilha, ou seja, em outro Itinerário Formativo, como também pode receber certificação intermediária de qualificação profissional

¹⁸ Segundo o Parecer CEDP/CEE/SC n° 116/2017, as adequações curriculares consideraram o atendimento das demandas da juventude na contemporaneidade, a elevada evasão existente no curso técnico de nível médio, o não atendimento aos anseios e perspectivas de futuro dos estudantes, o número de transferências deste curso para o ensino médio regular para trabalhar como jovem aprendiz nas empresas (Santa Catarina, 2017).

possibilitada em alguns cursos do CBEMTC. Esse aspecto é evidenciado na resposta de um professor ao comentar sobre a EPT do NEM: “permite a fragmentação do estudo, pois o aluno poderá fazer algumas trilhas durante o segundo ano e abandonar no meio do caminho. Não haverá mais integração entre disciplinas” (P19).

Dessa forma, tem-se um contexto que possibilita a acomodação tanto de interesses do mercado que abre espaço para o trabalho simples em detrimento do trabalho complexo, como de jovens das classes populares que necessitam do emprego para sustento. Com isso, o estudante conclui o Ensino Médio com algumas mínimas experiências que não contemplam nem a EPT de nível médio e nem a formação geral básica, apenas fragmentos que nada se compara à formação humana integral, remetendo a uma generalização da Educação Profissional (Silva; Possamai, 2022), tendo como fundamento o regime de acumulação flexível (Kuenzer, 2017).

Tanto o aumento da carga horária, como a concentração da formação técnica nos dois últimos anos do Ensino Médio, também impacta no desenvolvimento da prática supervisionada já prevista nas matrizes curriculares dos cursos de EMIEP. Esse aspecto foi observado durante a pesquisa de campo, por meio das seguintes falas dos professores: “No segundo e terceiro ano, como tem tempo integral, inviabiliza do nosso aluno fazer estágio, que é um desejo do nosso público e que era contemplado na matriz anterior para o EMIEP” (P20). Nessas condições, em um dos cursos analisados, a prática supervisionada é suprimida do currículo, sendo substituída por aulas de laboratório. Em outro curso, a prática supervisionada, segundo a gestão da escola, ficará comprometida, devido à concentração dos componentes de formação técnica nos dois últimos anos do Ensino Médio. Este fato, pode ser observado na afirmação da seguinte professora no questionário:

[...] houve mudanças nos componentes curriculares, onde havia maior número de conteúdos técnicos no primeiro ano do ensino médio, e agora concentrou-se no segundo e terceiro ano, ao partir para parte prática, o aluno não terá toda teoria necessária para ingressar num estágio prático. Em 15 anos de existência do EMIEP, sempre deu certo, mesmo com as dificuldades, e simplesmente engessam os componentes curriculares com as novas modalidades (P21).

No contexto das mudanças anteriormente apresentadas, a nova organização curricular impacta a concepção e a organização de um currículo integrado. Ou seja, a relação entre formação geral e formação técnica será impossibilitada, visto a organização reducionista da formação geral e a intensa fragmentação dos componentes. Assim, a forma integrada de oferta

do Itinerário de Educação Profissional e Técnica que a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina assume na transformação dos cursos de Ensino Médio Integrado em Trilhas de Aprofundamento em EPT, distancia-se da concepção de currículo integrado que fundamenta a proposta dos cursos de EMIEP.

Por meio da análise dos elementos que compuseram a coleta de dados desta pesquisa, a integração curricular não é prioridade na política da formação técnica e profissional no Novo Ensino Médio, pois direciona a formação dos estudantes aos componentes flexíveis, privando-os de estabelecer relações com o conhecimento construído historicamente. A forma integrada de oferta das Trilhas de Aprofundamento em EPT aproxima-se de uma concepção tecnicista, conferindo um retrocesso quanto aos avanços nas discussões sobre trabalho como princípio educativo, tensionadas durante a implantação dos cursos de EMIEP.

Aos estudantes do itinerário de formação técnica e profissional fica a formação aligeirada e alinhada aos pressupostos do mercado de trabalho. Observa-se um currículo que legitima a desintegração, que segundo Laval (2004), é impulsionada pela concepção consumidora da autonomia individual que reproduz desigualdades sociais a serviço de interesses muito diversos e de uma ampla clientela.

4.4 Impactos na identidade das escolas ofertantes de EMIEP e no trabalho docente

A possibilidade de oferta de EPT de nível médio, por meio de um Itinerário Formativo, desencadeou movimentos de harmonização curricular, os quais não consideraram discussões de organização curricular já experienciadas nos cursos de EMIEP. Ao considerar esse contexto e as discussões tardias dessa organização, observa-se um comprometimento na oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado consolidados nas UEs pesquisadas, impactando na identidade da escola e na concepção sobre a oferta de EPT de nível médio.

A identidade de cada Unidade Escolar, segundo Ciavatta (2005) é um processo dinâmico e sujeito a reformulação relativa por meio de novas vivências, contudo o processo de reformas educacionais, a partir de uma abordagem estadocêntrica, tende a tensionar esta realidade. Ciavatta (2005, p. 98) exemplifica esse processo por meio das reformas educacionais na Educação Profissional nos anos de 1990:

A reforma do ensino médio e profissional dos últimos anos certamente trouxe implicações para a identidade das escolas. Por ter sido um processo no qual as escolas tiveram que se inserir, sem a opção do contrário, suas identidades foram

afrontadas por um projeto não construído por ela própria, mas por sujeitos externos. A contradição vivida esteve na obrigação de apropriarem-se desse projeto como seu. Nisto, novas identidades foram também se tecendo. Cabe saber até que ponto as comunidades escolares têm consciência disso, qual a memória que preservam e qual a história que constroem sobre si próprias.

Sendo assim, cabe destacar que, apesar do Ensino Médio Integrado ainda ser considerado na LDBEN, por meio do Art. 36, a rede estadual catarinense não proporciona às Unidades Escolares ofertantes de EMIEP a continuidade dessa forma de oferta de Educação Profissional e utiliza para essas turmas de estudantes o termo “terminalidade”, conforme trecho da entrevista: “[...]Não vão mais ter. Tanto que a gente perguntou, se a gente poderia ofertar o Novo Ensino Médio e o EMIEP para a matrícula, e não, só o Novo Ensino Médio. Não posso mais ofertar o EMIEP...” (G3). “[...] Então, o que que eles nos disseram... que nós vamos ter a terminalidade do EMIEP naquele formato e vamos entrar na EPT... que tudo será o Novo Ensino Médio” (G1).

A inserção da EPT como um dos Itinerários Formativos do NEM, bem como suas possibilidades de ofertas, abre caminhos aos governos estaduais cumprirem com as demandas relacionadas às metas de matrículas dos Planos Estaduais de Educação, desconfigurando a construção histórica quanto a oferta dos cursos de EMIEP. Os incentivos do novo FUNDEB, instituído pela Lei nº 14.113/2020, regulamenta o itinerário formativo técnico profissional do “Novo” Ensino Médio como possibilidade de acesso ao fundo por meio de convênios firmados com instituições ofertantes de EPT. Segundo Silva e Scheibe (2017), o novo FUNDEB constitui uma grave ameaça à ampliação da oferta e da qualidade de todas as etapas da Educação Básica. Segundo Sala (2021), tanto o Ensino Médio Integrado como o Itinerário Formativo de Educação Profissional terão o mesmo repasse financeiro, portanto, levando em conta os investimentos para implementação do EMIEP, torna-se mais viável a implementação do itinerário via intercomplementaridade por meio de parcerias, eximindo novos investimentos do governo na infraestrutura das Unidades Escolares (Sala, 2021).

Na visão docente, as Unidades Escolares ofertantes de cursos de EMIEP apresentam dificuldades antes mesmo da Reforma do Ensino Médio, que, além da infraestrutura, reverberam em sua prática pedagógica, tais como a escassez de formação continuada e o desinteresse do aluno: “Falta de interesse dos jovens, falta de formação específica, para os professores, falta de uma melhor estrutura na escola” (P22). Com relação aos desafios da prática docente na EPT, destacamos a seguinte fala:

Falta de laboratório para as aulas práticas; falta de livros da área para uso dos alunos na construção dos trabalhos de conclusão de curso; falta de cursos de formação para habilitar e reconhecer os professores que têm a formação universitária e já atuam na educação profissional e não são considerados habilitados pelo Estado (P23).

A falta de estrutura nas UEs também não atende a flexibilização curricular que pressupõe o NEM, ou seja, para que um aluno troque de trilha, é preciso que a escola tenha disponibilidade de vaga. Sendo assim, destacamos a preocupação da gestora durante a entrevista quanto a ruptura na organização das ofertas, pressuposta pela flexibilização: “e de outras escolas, como eles falam, podem vir aqui fazer a trilha. Pode, mas eu vou ter que ter essa vaga. Se as minhas turmas hoje estão formadas, como é que eu vou conseguir ofertar essas vagas?” (G3).

Desse modo, os impactos de uma política educacional centralizadora, tende a enfraquecer a identidade da escola, podendo gerar, a longo prazo, o que Lima e Peterle (2021) chamam de esvaziamento do sentido público da gestão, isto é, a perda de autonomia por meio do discurso que estabelece o setor privado como modelo de qualidade na tentativa de minimizar as atribuições do Estado. Com isso, políticas neoliberais atravessam de forma progressiva atribuindo o paradigma relacionado à gestão de mercadorias (Lima; Peterle, 2021).

As disputas se evidenciam em um contexto atravessado por interesses impulsionados pela reforma que ferem as concepções de currículo integrado, não avaliando políticas já desenvolvidas pela rede. Os desdobramentos advindos dessas mudanças nos cursos de EMIEP, aumentam a lacuna entre formação geral e formação específica e reforçam a dualidade educacional, conforme comentário do professor: “O NEM desconsidera completamente todo o caminhar que havia no EMIEP e faz uma volta aos anos 1980/1990, com a separação entre quem vai diretamente ao mercado de trabalho e quem poderá ir ao Ensino Superior” (P24).

As mudanças também impactam o trabalho docente, principalmente no que se refere à diminuição das aulas de formação geral e da semestralidade dos componentes da formação técnica. Por um lado, professores da formação geral sentem-se prejudicados em “perder” aulas do componente de sua formação, conforme fala da gestora: “porque, para não ficar sem aula, o que a gente vai ter que fazer? [...] Vai ter que trabalhar com eletiva” (G3). Nessa direção, professores cumprem sua carga horária no atendimento de componentes curriculares que não correspondem com sua formação acadêmica, precarizando de certa forma o trabalho

docente. Por outro lado, professores da formação técnica sentem-se inseguros em relação à semestralidade de seus componentes curriculares, desestabilizando seu vínculo com a Unidade Escolar em cada semestre, conforme os gestores destacaram durante as entrevistas:

Tá, e ainda a gente tem a resistência nesse sentido dos professores da base comum tá[...] porque por eles a gente não ofertaria a trilha de aprofundamento no EPT, porque eles alegam que vão perder muitas aulas...porque teve uma reestruturação nesse sentido, entendeu... por que, para não ficar sem aula, o que que a gente vai ter que fazer? [...] Vai ter que trabalhar com eletiva (G3).

“A gente já tem aquela preocupação que as trilhas são semestrais, né. Eu não sei, assim, não é todo professor... porque a gente vai perder profissional, vai ter que buscar outros, às vezes uns que não tem o perfil [...] né” (G1).

Segundo Gestora 1, o contexto desafiador se refere aos professores da formação técnica, os quais possuem um percurso significativo na história do curso do EMIEP:

a gente já teve tanto sucesso com o Técnico na escola que a gente já chorou com essa nova mudança, [...] no começo falava-se que não existiria mais o técnico, daí quando abriu as trilhas...deu uma luz para a gente, mas ainda a gente tem o sentimento triste assim de perder porque... porque o EMIEP deu certo na nossa Escola. A gente não tem o que reclamar e a gente vê assim os professores perdendo... eu sempre tive bom professor técnico, que abraçaram o curso (G1)

Segundo Thiessen (2021), esses e outros fatos são consequência do fortalecimento de estratégias de regulação curricular, expressa nos textos do CBEMTC, os quais provocam a perda de autonomia escolar e do protagonismo docente. Sendo assim, comprometem a identidade escolar construída, neste caso específico de oferta de EPT integrada ao Ensino Médio. Com relação à reorganização docente para atendimento do novo currículo, tem-se indício daquilo que Ball (2005) caracteriza como gerencialismo do desempenho, isto é, “quando o compromisso e a experiência da prática precisam ser sacrificados e substituídos pela impressão que deve causar e pelo desempenho” (Ball, 2005, p. 551).

Além disso, a identidade da escola construída a partir da oferta de EMIEP, esvazia-se por meio da oferta compulsória da matriz curricular do NEM a partir do ano de 2022, gerando um certo apagamento da Educação Profissional, pois as matrículas dos ingressantes para o Ensino Médio não são direcionadas à Educação Profissional, pois, segundo o CBEMTC, o itinerário de EPT será ofertado por meios das trilhas de aprofundamento a partir da 2ª série do EM. Para tanto, houve por parte das Escolas ofertantes de EPT, uma certa mobilização em relação à divulgação da não oferta de Educação Profissional na 1ª série do Ensino Médio.

Conforme entrevista com a diretora do CEDUP:

Porque como a gente tem essa nova proposta dos cursos elaborados para o NEM, que, a partir do segundo ano, o aluno começa a ter as trilhas do conhecimento, então não perde a sua identidade, perde a forma de trabalho é, que a gente vinha numa linha de trabalho, mas é o que a gente vai ter agora de se adaptar e trabalhar isso com a comunidade escolar, que a gente continua sendo uma escola, mas que, a partir do segundo ano, não mais o primeiro ano, que ele vai ter a parte técnica, no caso, que ele vai optar pela trilha. [...] Só uma forma de novamente fazer um trabalho de mostrar o que é o NEM e que o CEDUP continua formando sim né, mas de uma maneira diferenciada, que a proposta do NEM ela é diferenciada [...] (G 3).

Também tem, assim, muito pai que vem... por exemplo, no começo desse ano... porque que no primeiro ano não pode escolher... porque eu quero matricular ele no técnico... daí a gente fez toda uma explanação né... nós visitamos escolas do nono ano contando, fizemos cartas aos pais (G 2).

Mediante o cenário contraditório, nas escolas investigadas a oferta de EMIEP é referência para a formação dos jovens no Ensino Médio, sendo os debates sobre a articulação entre formação geral e técnica construtores de uma identidade coletiva acerca da concepção de currículo integrado. Também, cabe salientar que à proposta dos cursos de EMIEP implementada há 18 anos, conseguiu ampliar e descentralizar a oferta de EPT de nível médio para as Escolas de Educação Básica e CEDUPs.

Contudo, a Reforma do Ensino Médio não apresenta soluções para o fortalecimento da política de EMIEP. Do contrário, abre portas para a parceria público-privada que, segundo Lima e Peterle (2021), reduzem investimentos estruturantes do direito, focando numa melhora artificial da educação. Nesse sentido, concordamos com Ciavatta (2005) no que se refere à apropriação da identidade escolar, ou seja, é preciso que as redes de ensino e suas escolas conheçam e compreendam sua história, para então decidir coletivamente para onde se quer ir. Na oferta de EPT de nível médio é necessário o fortalecimento da concepção de currículo integrado, por meio da perspectiva de formação humana integral já construída nos debates referentes a PCSC, ou seja, buscar caminhos para que as identidades escolares sejam restabelecidas por meio de discussões que contemplem estratégias para que, apesar das disputas reformistas, possamos desenvolver uma educação igualitária e integral.

4.5 Processo de desenvolvimento e avaliação do produto educacional: infográfico

A análise dos dados, além de reverberar os impactos da reforma do Ensino Médio nos cursos de Ensino Médio Integrado, considerou percepções no contexto dos sujeitos da

pesquisa sobre concepções de EPT, revelando certos distanciamentos em relação ao referencial teórico desta pesquisa e da PCSC. Também, no que se refere à Reforma do Ensino Médio, observou-se, durante a pesquisa, incertezas em relação ao novo currículo no que se refere à formação técnica e profissional.

Assim sendo, partindo dos dados coletados durante a pesquisa, foi desenvolvido o Infográfico “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado”. O infográfico possui como objetivo proporcionar visibilidade à proposta de Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, auxiliando em discussões formativas, visando maior pertencimento dos educadores no campo das questões teóricas e práticas do currículo, sobretudo na concepção de currículo integrado a partir da perspectiva de formação humana integral.

A escolha pelo material textual em forma de infográfico deu-se pela possibilidade de reunir texto e imagem, proporcionando ao leitor um roteiro preciso e problematizador acerca do tema. Segundo Souza (2016), a divulgação científica midiática e o recurso à infografia possibilitam uma nova configuração das relações da ciência com a sociedade, sendo que um saber fazer otimizado pela imagem, em simbiose com a palavra, pode motivar um fazer agir para mudar.

Primeiramente, nossa intenção com o infográfico seria trazer elementos sobre a proposta dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) da Rede Estadual de Santa Catarina, proporcionando visibilidade a esta política educacional, contudo, durante o planejamento do produto, identificamos que, além das informações e concepções acerca dos cursos de EMIEP da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, o infográfico teria potencial para abordar aspectos da atual Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, possibilitando aproximações em relação às atuais políticas educacionais acerca da EPT de nível médio.

Para tanto, no desenvolvimento do Infográfico, além dos dados bibliográficos e estatísticos, seu conteúdo também abrangeu a voz dos docentes por meio da análise descritiva das perguntas abertas do questionário aplicado com docentes acerca da Reforma do Ensino Médio e produções desenvolvidas durante a Roda de Conversa.

Dessa forma, de modo a provocar reflexões sobre as o Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, a organização do infográfico possui como eixo conceitual o currículo integrado na EPT a partir da perspectiva de formação humana integral,

abordando os seguintes conteúdos: a) o Ensino Médio e a Educação Profissional; b) o EMIEP da Rede Estadual de Santa Catarina; c) Currículo Integrado: princípios e concepções; d) Novo Ensino Médio; e) Mercado de Trabalho e Mundo do Trabalho. Para desenvolvimento do conteúdo, como referencial teórico, partimos dos estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); Moura (2007), Ramos (2008, 2011), Silva (2009) e Thiesen (2021).

Com intuito de contribuir com discussões formativas e no desenvolvimento de uma experiência de aprendizado (Kaplún, 2013), o Produto Educacional foi aplicado por meio de uma formação continuada de 15h, dividido em 3h presencial por meio de uma roda de conversa e 12h on-line destinado a leitura e avaliação do infográfico, via extensão do IFC – Campus Blumenau. A formação continuada teve como objetivo dialogar com os participantes sobre a oferta de cursos de Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Santa Catarina e os impactos causados pela Reforma do Ensino Médio nesses cursos, buscando fortalecer a concepção de currículo integrado na EPT. Dessa forma, no dia 23 de maio de 2023, foi realizada a Roda de Conversa na EEB Maria Rita Flor, em momento específico para planejamento integrado entre os professores de Ensino Médio, contabilizando 37 participantes. No dia 26 de maio de 2023, foi realizada a Roda de Conversa no CEDUP Hermann Hering, em momento de parada pedagógica, prevista no calendário escolar da rede de abrangência à CRE de Blumenau, contando com a presença de 24 professores.

Na ocasião, foi apresentado aos participantes, conteúdos que integrariam o Infográfico (Apêndice G). Também foram realizadas provocações por meio da produção de “nuvem de palavras”, utilizando-se o aplicativo Mentimeter. De fato, a Roda de Conversa se efetivou, proporcionando interações significativas entre os participantes, gerando novos dados para a pesquisa e aprofundando o ponto de partida do itinerário pedagógico do material. Segundo Kaplún (2013), o ponto de partida é determinante na construção dos materiais educativos, pois considera o contexto do destinatário em relação ao eixo conceitual proposto.

O infográfico apresenta-se como digital e interativo, sendo que em seu processo de desenvolvimento, após a roda de conversa, foram adicionados links com a finalidade de complementar os conceitos e divulgar materiais com práticas educativas que materializam o currículo integrado na EPT.

Após a edição final, o infográfico foi avaliado pelos professores e gestores das duas UEs, por meio de questionário on-line no Google Forms (Apêndice I). O questionário foi baseado nos eixos propostos por Ruiz *et al.* (2014) e Leite (2018): atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. Desse modo, foram elaboradas 13 questões,

sendo 11 fechadas em Escala Likert, oferecendo as alternativas: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente. As duas últimas questões foram abertas para sugestões e comentários a respeito do PE. Realizaram a leitura do infográfico e responderam o formulário de avaliação 25 docentes e três gestores escolares/especialista/ATP, totalizando 28 respondentes, sendo dez participantes do CEDUP e 18 participantes da Escola de Educação Básica.

De maneira geral, o infográfico foi bem avaliado na maioria dos critérios elencados. O resultado da avaliação, a partir das questões fechadas, pode ser observado no Quadro 4 a seguir¹⁹:

Quadro 4 – Distribuição das respostas por questão do formulário de avaliação do Produto Educacional

Questões	Alternativas				
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. O Infográfico apresenta uma organização estética visualmente atrativa e de fácil compreensão.			11,11%	33,33%	55,55%
2. O Infográfico apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão.			11,11%	33,33%	55,55%
3. O Infográfico apresenta temas interligados e coerentes			14,81%	37,03%	48,14%
4. O Infográfico apresenta conceitos, argumentos e dados estatísticos claros.			14,81%	37,03%	48,14%
5. O conteúdo do Infográfico propõe reflexões acerca das ofertas de Educação Profissional de nível médio, levando-o a questionar a	3,7%		7,4%	37,03%	51,85%

¹⁹ Exclui-se dos percentuais apresentados no Quadro uma das respostas, pois observou-se que o respondente não conseguiu interpretar as questões, devido incoerências entre as respostas das questões fechadas e abertas.

proposta de currículo e sua prática educativa.					
6. O conteúdo do Infográfico aprofunda sua compreensão da concepção dos cursos de Ensino Médio Integrado.			18,51%	29,62%	51,85%
7. Você considera que foram apresentadas as principais informações a respeito dos cursos de Ensino Médio Integrado em SC.	3,7%	3,7%	11,11%	29,62%	51,85%
8. Os materiais disponibilizados nos links do Infográfico complementam as informações apresentadas e contribuem no aprofundamento da temática.			7,4%	44,44%	48,14%
9. Na sua opinião, é possível por meio do conteúdo do Infográfico estabelecer diferença entre as concepções dos cursos de EMIEP e a proposta do Novo Ensino Médio por meio das trilhas de aprofundamento em EPT.			29,62%	22,22%	48,14%
10. Você considera que o Infográfico apresenta informações importantes a respeito da Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio e pode ser utilizado como ferramenta de divulgação da proposta.			14,81%	33,33%	51,85%
11. O Infográfico apresenta			22,22%	25,92%	51,85%

potencial para auxiliar como material de suporte em formações pedagógicas.					
--	--	--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2023).

De acordo com os dados do quadro, constata-se que a maior quantidade de respostas se delimitou ao nível de concordância “concordo totalmente”, havendo incidências significativas no nível “concordo parcialmente”. Nas duas questões abertas, não houve sugestões de melhorias para o infográfico, apenas comentários sobre o material. Os participantes destacaram nos comentários a qualidade do conteúdo, no que se refere à clareza e relevância da temática. Cabe também ressaltar que os comentários destacaram a contribuição do material em relação à compreensão da oferta de EMIEP, dos avanços e desafios das políticas educacionais sobre a Educação Profissional, como também a aplicação do PE na Unidade Escolar, conforme excertos a seguir:

1. Fácil compreensão e o tema é muito relevante, diante de tantas indagações a respeito do NEM. 2. A apresentação do infográfico contribuiu significativamente para minha formação enquanto docente dos cursos EMIEP e EPT, seu processo de transição, avanços e desafios. 3. Muito legal o campo tecnológico ter Recursos Naturais. Deveria ser aprofundado essa temática também na área urbana, com mais incentivo na área. 4. As informações são de forma clara e objetiva que nos auxilia a repensar o quão podemos aprender em relação ao novo ensino médio. 5. Quero parabenizar todo o trabalho realizado, desde a pesquisa, até a apresentação na escola e o debate com os professores. Material riquíssimo que respeita os 18 anos de história do EMIEP em SC. Leitura fundamental para qualquer pessoa séria da SED e principalmente para quem esteja ocupando posições de decisão quanto ao futuro da Educação Profissional do estado. Se houver um comando sério na SED esse material certamente pode auxiliar na correção do rumo dado nos últimos anos, estabelecendo o retorno do EMIEP e permitindo uma educação efetivamente de qualidade.

A avaliação do PE, ressaltadas as considerações dos sujeitos, indicou que os objetivos do infográfico foram alcançados, sobretudo em sua dimensão formativa, considerada a efetiva participação dos professores nas discussões proporcionadas na Roda de Conversa, momento de aplicação do PE. O objetivo sobre a visibilidade em relação à proposta de Ensino Médio Integrado, também foi atendido, visto que o material proporcionou a ampliação de aspectos em relação a estes cursos, como, por exemplo, a abrangência dos eixos tecnológicos, como destacado em um dos comentários. A visibilidade da política de Ensino Médio Integrado também proporcionou discussões em relação a formação dos estudantes de EPT, ampliando e conferindo maior densidade aos impactos da atual reforma do Ensino Médio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma do Ensino Médio instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, provocou mudanças expressivas na última etapa da Educação Básica, trazendo implicações diretas na oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, principalmente na forma integrada. Pesquisas sobre essas mudanças indicam que o NEM, ao conferir a EPT como um dos Itinerários Formativos, intensifica as desigualdades na formação de jovens (Araújo, 2018), oportunizando interesses oriundos à lógica do mercado (Kuenzer, 2020), aligeirando e precarizando a formação profissional (Piolli; Sala, 2021).

Nesta pesquisa, procurou-se analisar as implicações da Reforma do Ensino Médio nos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, a partir de um contexto de discussões na rede sobre as adaptações curriculares para a oferta do Itinerário Formativo de EPT, o qual culminou, em 2022, com a publicação do Caderno 5 do CBEMTC, que afirma, em sua introdução, que a Lei nº 13.415/2017 “trouxe grandes mudanças na oferta desta última etapa da Educação Básica, de modo que a Educação Profissional e Tecnológica ganhou espaço e notoriedade neste contexto” (Santa Catarina, 2022, p. 3).

Pressupomos que tal espaço e notoriedade se deve ao fato da Reforma do Ensino Médio fazer da EPT um percurso possível na Educação Básica por meio de um itinerário formativo, conforme destaca Piolli e Sala (2021), no entanto, esse percurso já é de fato possibilitado por meio dos cursos de Ensino Médio Integrado, ainda legitimados no Art. 36-B da LDBEN e por meio do Decreto nº 5.154/2004.

Com efeito, cabe destacar o pioneirismo do estado de Santa Catarina na implementação dos cursos de Ensino Médio Integrado nas redes estaduais, ao qual desencadeou discussões acerca de uma formação politécnica e integral, fundamentadas na concepção histórico-cultural da PCSC. Atualmente, os cursos de EMIEP na rede constituem a principal forma de oferta de EPT e sua expressividade, quanto ao número de matrículas, centraliza-se junto aos CEDUPs. O esvaziamento dos debates e dos incentivos financeiros acerca da política dos cursos de EMIEP convergem com a diminuição da oferta nas Escolas de Educação Básica, fragilizando a democratização do acesso à modalidade de EPT e a concepção de currículo integrado.

Com base na análise dos dados da pesquisa, o espaço e notoriedade referente à EPT, durante o processo de implantação do NEM, não foram atribuídos pela rede estadual

catarinense, tendo em vista os seguintes aspectos: a terminalidade dos cursos de EMIEP, a desconsideração dos debates construídos nesta política, a substituição por uma organização curricular que possibilita a oferta de Trilhas de Aprofundamento em EPT, a discussão tardia da oferta do Itinerário em EPT no processo de implantação do NEM, visto ser o último caderno publicado no CBEMTC.

Ao considerar esse contexto, a notoriedade destacada no texto introdutório do CBEMTC, pode ser atribuída pelo fomento de parcerias público-privada, as quais diversificam a oferta do Itinerário de EPT e encontram uma possível porta de entrada para investimentos empresariais. Nesse sentido, na rede estadual catarinense, podemos observar, durante a pesquisa, as parcerias com FIESC, CEIB e Fundação Telefônica Vivo no desenvolvimento das Trilhas de Aprofundamento em EPT e no Programa Educação Empreendedora. Assim, tem-se um alinhamento da educação pública aos interesses do empresariado, os quais compreendem a formação restrita ao mercado de trabalho, ignorando a formação integral e emancipatória. Com isso, reforça-se a concepção aligeirada e pragmatista de formação profissional, ao qual desloca recursos públicos, que poderiam fortalecer uma formação plena dentro dos marcos do EMIEP, para a iniciativa privada e para uma formação de baixo custo.

Nesse contexto, os resultados obtidos nos revelam desafios ainda maiores na construção de uma política alinhada aos enfrentamento da dualidade educacional, tendo como perspectiva a formação humana integral, princípio estruturante da política dos cursos de EMIEP. As mudanças na organização curricular nos cursos de EMIEP, impactam na formação dos estudantes, pois não garantem uma sólida formação, articulada ao mundo do trabalho, da ciência e da cultura, tendo em vista os seguintes aspectos identificados na pesquisa: significativa redução de componentes de formação geral básica, aumento dos componentes de formação técnica, fragmentação do estudo, aumento da carga horária, ausência de componentes da formação técnica na primeira série do Ensino Médio.

Entende-se com a pesquisa que, apesar da oferta integrada do itinerário de EPT, as mudanças afetam a organização da UE, a perspectiva do trabalho docente, fragilizando a perspectiva de currículo integrado. Ou seja, a EPT, na Reforma do Ensino Médio, aprofunda o atendimento ao mercado de trabalho por meio do esvaziamento da formação geral, acirrando a dualidade histórica presente na formação de nível médio das juventudes.

Com isso, a Reforma do Ensino Médio corrompe as identidades escolares e coloca em risco o seguinte aspecto identificado em estudo de Thiessen (2021): conquistas coletivas e a

construção de políticas curriculares de bases democráticas comprometidas com o sentido amplo da formação humana. Também, ao atribuir centralidade aos aspectos da organização curricular, a reforma do Ensino Médio não traz soluções aos problemas já apresentados na oferta de EPT, tais como: infraestrutura e formação continuada.

Faz-se necessário, reafirmar e lutar pela permanência da oferta de cursos de Ensino Médio Integrado na rede estadual catarinense, que tenha como princípio a formação omnilateral, proporcionando aos estudantes acesso aos conhecimentos produzidos historicamente e condições para que estes sejam relacionados de forma crítica aos modos de produção da sociedade (Ramos, 2008).

Nesse sentido, o produto educacional da pesquisa foi criado com o intuito de possibilitar visibilidade à proposta de EMIEP da rede estadual catarinense, trazendo informações relativas à concepção e à oferta de forma objetiva por meio da infografia. Ao apresentar, também, informações sobre as mudanças ocasionadas pela Lei nº 13.415/2017 na oferta de EPT, o produto educacional busca desenvolver discussões formativas em relação ao currículo na EPT.

Cabe destacar que o contexto atual em âmbito nacional apresenta discussões e manifestações acerca da revogação da Lei nº 13.415/2017. O atual governo, após consulta pública sobre o papel do Ensino Médio no contexto da educação básica brasileira, se posiciona a favor de ajustes da Lei, apresentando como principais propostas: a recomposição da carga horária de formação geral básica e a prioridade na ampliação de jornada por meio do Programa Escola em Tempo Integral, principalmente para alunos da EPT (Brasil, 2023). Com relação à EPT, o documento destaca que há “relevante apelo da modalidade entre os estudantes, a demanda por mais investimentos na articulação da EPT com o ensino médio e a necessidade de melhor definição da utilização do reconhecimento de notório saber como critério de alocação para docência” (Brasil, 2023, p. 17). Considerando a oferta de EPT de nível médio, tem-se um contexto de avanço quanto à retomada da carga horária de formação geral básica, porém, faz-se necessário avanços que incluam discussões tendo como ponto de partida políticas educacionais já implementadas como o Ensino Médio Integrado.

Em Santa Catarina, a SED inicia modificações nas matrizes curriculares do Ensino Médio, tendo em vista processo diagnóstico desenvolvido com a rede sobre o NEM. Em documento apresentado às UEs em outubro de 2023, observamos como principais mudanças: a inclusão de aulas não presenciais para viabilizar matriz curricular sem permanência de tempo integral dos estudantes, o retorno de componentes de formação técnica na 1ª série do

Ensino Médio, a diminuição dos componentes eletivos e a distribuição para todas as matrizes curriculares de aprofundamentos das áreas do conhecimento. Para a formação profissional e técnica, são disponibilizadas três matrizes curriculares, representadas pelo termo “Ensino Médio Técnico – EMIEP”, sendo que observa-se, nesta organização, limites menores de carga horária para os componentes da formação técnica e profissional os quais não correspondem com a organização curricular dos cursos publicado no Caderno 5 do CBEMTC, contudo, apesar da inclusão dos aprofundamentos por área do conhecimento, a formação geral básica das matrizes curriculares para a EPT ainda encontra-se em déficit, sendo que para as matrizes com carga horária EaD houve aumento de 32h e para as demais matrizes houve redução de 64h.

Tem-se um contexto com novas mudanças determinadas por novas organizações curriculares fragmentadas na tentativa de recuperar a formação geral básica e oportunizar a redução do tempo de permanência na escola para os jovens que necessitam se inserir no mercado de trabalho, sendo que, para os alunos da EPT, esse tempo pode diminuir ainda mais tendo em vista a possibilidade de validação de experiências laborais por meio da nova legislação. Antigos desafios da realidade brasileira, os quais necessitam, acima da organização curricular, discussões acerca de políticas públicas que garantam acesso e permanência do estudante na última etapa da educação básica.

Considerando a construção da PCSC, torna-se essencial resgatar e ampliar o debate acerca da política dos cursos de EMIEP na rede estadual catarinense como oferta de EPT de nível médio que considere as dimensões da formação humana integral, tendo como referência experiências já desenvolvidas nas UEs da rede. Em um contexto de novas mudanças, sugere-se a continuidade da discussão e das pesquisas, a fim de contribuir para a educação unitária dos estudantes da formação profissional e técnica.

REFERÊNCIAS

ANPED – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Ensino médio**: o que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a consulta pública: relatório final. Rio de Janeiro: ANPED, 2023.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos Lima. A reforma do ensino médio do governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **HOLOS**, Natal, v. 8, p. 219–232, 2018. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.7065>. Acesso em 20 abr. 2022.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro**: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p.539-564, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 40 nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sumário executivo do relatório da consulta pública do ensino médio**. Brasília, DF: MEC, 2023.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. A reforma do ensino médio: uma leitura crítica da Lei nº 13.415/2017 – adaptação ou resistência? **HOLoS**, Natal, v. 4, p. 207–222, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.7152>. Acesso em 20 abr. 2022.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O Ensino Médio em Santa Catarina: desafios para uma universalização com qualidade. **Roteiro**, Joaçaba, v. 39, n. 1, p. 103-122, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/2216>. Acesso em: 19 jun. 2023.

COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Casimiro. A contextualização do conhecimento no ensino médio: tentativas de controle do outro. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 301-320, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/W4MMBN4nfbVN7gn9xM5GcfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2022.

DANTAS, Jéferson S.; PEREIRA, Thalia G. Novo Ensino Médio de Santa Catarina: organização curricular, implicações e sentidos formativos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 53, 2022, p. 290 - 319. DOI: 10.5965/1984724623532022290. Acesso em: 20 ago. 2023.

DAVANÇO, Sandra Regina. **A implantação do Ensino Médio Integrado no estado do Paraná: a difícil superação da cultura da dualidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Paraná, p. 127, 2008.

FERNANDES, S; SALA, M. Como a regulamentação do Fundeb impacta o ensino médio integrado à educação profissional? (Entrevista concedida a André Antunes). **Revista Poli - Saúde, Educação e Trabalho**, Rio de Janeiro, n. 77, maio/jun. 2021, p. 18-21. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli_77_web.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

FERRETI, Celso João. A reforma do ensino médio: desafios à educação profissional. **Holos**, Natal, v. 4, n. 34, p. 261-271, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6975>. Acesso em: 6 nov. 2021.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Dos embates por hegemonia e resistência no contexto da reforma do ensino médio. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, n. 17(32), p. 114-131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28305>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipatória. **Perspectiva**, Florianópolis. v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em: 3 out. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio no Brasil: (im)possibilidades político históricas. *In*: MOLL, Jaqueline; GARCIA, Sandra Regina de O. (org.). **Ensino Médio para todos no Brasil: Que Ensino Médio?** Porto Alegre: CirKula, 2020. p. 45-67.

GAMELEIRA, Emmanuel F. de Andrade; MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: notas críticas sobre os rumos da travessia (2007-2016). **Educação em Análise**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 7–26, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/33480>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **A educação profissional integrada ao ensino médio do Paraná: avanços e desafios**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Paraná, p. 148, 2009.

GARCIA, Berenice Rocha Zabbot.; VOIGT, Jane Mery Richter. O lugar das práticas curriculares diante do avanço da lógica privada sobre o setor público: o EMITI em Santa Catarina. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 1, p. 131-146, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10578>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GERHARDT, Tatiana Hengel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 13 abr. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 29 jun. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida; GARCIA, Sandra Regina de O. O ensino médio integrado à educação profissional no estado do Paraná: desafios na implementação de uma política pública. *In*: SILVA, Monica Ribeiro da. **Ensino médio integrado: travessias**. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 13-38.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.331-354, abr-jun 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em jul. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do ensino médio flexível. **Ciência e Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 25, n. 1, p. 57-66, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?lang=pt>. Acesso em 20 abr. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA – CIAIQ, 7., 2018, Fortaleza. **Atas [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2018. p. 330-339. Disponível em: encurtador.com.br/cqF25. Acesso em: 5 jun. 2023.

LIMA, Marcelo; PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. Políticas desintegradoras da educação profissional no Espírito Santo. **Holos**, Natal, v. 1, 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4114>. Acesso em: 3 nov. 2021.

LIMA, Marcelo; PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. Mercantilização da educação: do gerencialismo ao empresariamento da oferta escolar. **Revista Educação UFSM**, Santa Maria, v. 46, n. 1, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/37100>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LOPES, Alice Casimiro. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 386-400, 2002. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/02/OS-PCN-PARA-O-ENSINO-MEDIO.pdf>. Acesso em: 3 de mar. 2022.

LOPES, Alice Casimiro. PCN para o Ensino Médio: quando a integração perde seu potencial crítico. *In*: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. *In*: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Lucília. Ensino Médio e Técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma reação não fantasiosa. *In*: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARTINI, Tatiane Aparecida. **Percepções docentes acerca da implementação da contrarreforma do ensino médio em Santa Catarina**: um estudo a partir da formação continuada dos professores. 2021. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense. Camboriú, 2021.

- MOLL, Jaqueline; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. Ensino Médio para todos no Brasil: que Ensino Médio? *In*: MOLL, Jaqueline; GARCIA, Sandra Regina de O. (org.). **Ensino médio para todos no Brasil**: que ensino médio? Porto Alegre: CirKula, 2020. p. 17-43.
- MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em 26 jun. 2023.
- MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite.; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p.1057-1080, out/dez 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- PPP – Projeto Político Pedagógico. Bombinhas: EEB Maria Rita Flor, 2021.
- PADOIN, Egred; AMORIM, Mário Lopes. O percurso da educação profissional no Brasil e a criação dos institutos federais nesse contexto. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15, 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2016. p. 14. Disponível em: https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473984255_ARQUIVO_ARTIGOS_NHCTENVIADO.pdf. Acesso em: 3 abr. 2023.
- POSSAMAI, Tamiris.; SILVA, Filomena Lucia Glosser Rodrigues da. O Ensino Médio Integrado diante da contrarreforma do ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 16, n. 34, p. 53-69, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1461>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- PIOLLI, Evaldo. SALA, Mauri. A Reforma do ensino médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 11, p. 01-25, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602021000100211. Acesso em: 20 set. 2023.
- RAMOS, Marise Nogueira Ramos. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 545-556, nov. 2007. /fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/13.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

RAMOS, Nogueira Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. In: FÓRUM EJA, 8., 2008, Belém. **Apresentação** [...]. Belém: Secretaria de Educação do Estado do Pará, 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrad_o5.pdf. Acesso: 20 set. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NrgqwnZ4vG6DP8p5ZYGn4Sm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempo de Regressão**. In: Ensino Médio Integrado no Brasil: Fundamentos, Práticas e Desafios. Brasília: Ed IFB, 2017.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 16, n. 34, p. 71-88, 2022. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 12 maio 2023.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria**. Campinas: Autores Associados, 1998.

RUIZ, L.; MOTTA, L.; BRUNO, D.; DEMONTE, F.; TUFRÓ, L. **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de orientações: organização e funcionamento das unidades escolares de Educação Básica e Profissional da rede pública estadual, para os anos 2015/2016**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação, 2014a. Disponível em: https://issuu.com/sedsc/docs/caderno_-_orienta____es_dieb_anos_1_4becb7d26a02b9. Acesso em: 20 set. 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação, 2014b.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno pedagógico – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação, 2014c.

SANTA CATARINA. **Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Florianópolis: Governo do Estado, 2015. Disponível em:

https://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015_-_LEI_ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEDP/CEE/SC nº 116, de 11 de dezembro de 2017**. Atualização do Plano de Curso do Curso Técnico de Nível Médio em Informática, Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, na forma integrada ao Ensino Médio. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação, 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 93, de 14 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre o cronograma e as normas complementares para a implementação das alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, referentes ao Ensino Médio, estabelecidas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, para o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e dá outras providências. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 40, de 9 de março de 2021**. Análise e Parecer do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina sobre o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação, 2021

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base do ensino médio do território catarinense**. Caderno 1: disposições gerais. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação, 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base do ensino médio do território catarinenses**. Caderno 5: trilhas de aprofundamento da educação profissional e tecnológica. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação, 2022a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Novo ensino médio - programa itinerários formativos: plano de ação para orientação às escolas e acompanhamento da implantação de itinerários formativos (PAIF)**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação, 2022b. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/PAIFSC.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003.

SCHEIBE, Leda; SILVA, Filomena Lucia Glosser Rodrigues da. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e sua potencialidade para a formação dos estudantes de nível médio: considerações sobre a experiência em Santa Catarina. *In*: SILVA, Monica Ribeiro da. **Ensino médio integrado: travessias**. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 13-38.

SILVA, Filomena Lucia Glosser Rodrigues da. **Ensino médio integrado à educação profissional em Santa Catarina**: desafios para sua implementação. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Humanas e Letras, Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, p. 127, 2009.

SILVA, Juliano Gomes da; ARANTES, Francisco. F. Pelinson. A qualidade do Ensino Médio Integrado frente à reforma pela Lei nº 13.415/2017. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 24, n. 1, p. 156–167, 2022. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16283>. Acesso em: 12 out. 2022.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, 2017, p. 19-31. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.769>. Acesso em 31 ago. 2023.

SILVA, Filomena Lucia Glosser Rodrigues da; POSSAMAI, Tamiris; MARTINI, Tatiane Aparecida. A reforma do ensino médio em Santa Catarina: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 58-81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47398>. Acesso em: 5 maio 2023.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo horizonte, v. 34, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SINTE/SC – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Impactos da reforma do ensino médio na rede estadual de ensino de Santa Catarina. Florianópolis: SINTE/SC, 2023.

SOUZA, Solange Flores de. **O ensino médio integrado à educação profissional em Mato Grosso**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, p. 112, 2015.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Gestão ambiental**: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13630>. Acesso em 22 out. 2021.

SILVA, Juliano Gomes da; ARANTES, Francisco Frederico Pelinson. A qualidade do ensino médio integrado frente à reforma pela Lei nº 13.415/2017. **Vértices**, Campos Goitacazes, v. 24, n. 1, p. 156-167, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16283>. Acesso em: 5 maio 2022.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TEIXEIRA, Carol. O que é o sistema S? Entenda o que é, como funciona e como surgiu. **Rádio Senado**, Brasília, DF, maio 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/05/11/o-que-e-o-sistema-s-entenda-o-que-e-como-funciona-e-como-surgiu#:~:text=O%20SISTEMA%20S%2C%20FAMOSO%20PELA%20S,ATENDIMENTO%20DE%20DE%20INTERESSE%20P%3%9ABLICO>. Acesso em: 26 out. 2023.

THIESEN, Juares da Silva. **Política curricular**: discursos, contextos e práticas. Curitiba: Editora CRV, 2013.

THIESEN, Juares da Silva. Políticas curriculares de educação básica: recontextualização da BNCC no território de Santa Catarina. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/56496>. Acesso em 12 dez. 2022.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Descrição Técnica do Produto

Origem do produto: pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Área do conhecimento: ensino.

Público-alvo: professores, especialistas em educação, gestores e demais interessados em estudos sobre o Ensino Médio Integrado, sobretudo na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

Categoria deste produto: infográfico (material didático/instrucional).

Finalidade: proporcionar visibilidade à proposta de Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, auxiliando em discussões formativas, visando maior pertencimento dos educadores no campo das questões teóricas e práticas do currículo, sobretudo na concepção de currículo integrado.

Registro do produto: Biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Blumenau.

Avaliação do produto: o produto foi aplicado durante “Roda de Conversa” com professores e gestores de duas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina ofertantes de cursos de Ensino Médio Integrado. A avaliação do produto ocorreu por meio de formulário eletrônico enviado aos professores e gestores participantes da Roda de Conversa. O produto também foi validado pelos professores que compuseram a banca de defesa.

Disponibilidade: irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: em formato digital.

Instituição envolvida: Instituto Federal Catarinense (IFC)

URL: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742317>

Idioma: português

Cidade: Blumenau

País: Brasil

Figura – Capa do Infográfico “Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Santa Catarina”



APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES ESCOLARES

1. IDENTIFICAÇÃO

Cargo, função, tempo de atuação na Unidade Escolar.

Formação (Graduação e Pós-Graduação). Identificar se participou de formação sobre Educação Profissional e Tecnológica.

Experiência Profissional. Identificar em quais modalidades de ensino já atuou, detalhando experiências profissionais com a Educação Profissional e Tecnológica.

2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA - ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Com relação à oferta de EPT. Identificar há quanto tempo a Unidade Escolar oferta EPT. Identificar a função dos cursos de EPT de nível médio e sua relevância à comunidade local.

Com relação ao EMIEP. Participação no processo de implantação e compreensão da proposta metodológica dos cursos de EMIEP na Unidade Escolar. Identificar limites, potencialidades e desafios desta proposta. Identificar documentos orientadores em relação à proposta de EMIEP.

3. CURRÍCULO INTEGRADO E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Identificar como é desenvolvido na Unidade Escolar a articulação entre formação geral e técnica, tendo em vista a perspectiva de currículo integrado e formação integral. Identificar qual a importância atribuída ao planejamento integrado.

Identificar material e estratégia que pudesse contribuir com a perspectiva de currículo integrado na Unidade Escolar.

Identificar se a mudança no currículo, tendo em vista a implantação do NEM, irá atender a perspectiva de currículo integrado desenvolvida nos cursos de EMIEP

4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Identificar como será a oferta de EPT no NEM e quais as mudanças ocorrerão na oferta dos cursos de EMIEP.

Participação em discussões sobre o processo de implantação do NEM com a SED, formação continuada e na elaboração do CBEMTC.

Identificar como está sendo organizado o processo de implementação do NEM em relação às adaptações curriculares nos cursos de EMIEP.

Identificar o processo de escolha dos estudantes dos itinerários formativos do NEM.

Identificar os limites e potencialidades da oferta de EPT no MEM e a percepção acerca das mudanças nos cursos de EMIEP.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ENTREVISTA GESTORES

Prezado(a) Gestor(a) Escolar,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO NOVO ENSINO MÉDIO”, desenvolvida por Fernanda Bizarri de Oliveira, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – Polo Blumenau, do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Blumenau. A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, no Macroprojeto 3 – “Práticas Educativas no Currículo Integrado” com orientação da Professora Dra. Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IFC (CEPSH).

A pesquisa tem como objetivo compreender a oferta da educação profissional e técnica a partir do contexto de mudanças por meio da implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado nesta rede de ensino, bem como na oferta do itinerário formativo em educação profissional e tecnológica. O motivo que nos leva a realizar essa pesquisa deve-se aos poucos estudos referentes ao ensino médio integrado nas redes estaduais de educação e mais especificamente em Santa Catarina, sendo que essa pesquisa, busca também contextualizar esta modalidade na rede, fornecendo subsídios às equipes gestoras e aos professores, para a discussão, andamento e a continuidade da oferta por meio do itinerário de educação profissional e tecnológica no Novo Ensino Médio.

Você foi selecionado(a) por ser membro da equipe gestora da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina que possui a oferta de Ensino Médio Integrado e/ou Novo Ensino Médio. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada a ser aplicada de modo presencial e on-line pela pesquisadora responsável, respeitando os protocolos sanitários atuais da pandemia da Covid-19. A entrevista presencial será aplicada em escolas selecionadas pertencentes aos municípios de Blumenau e Bombinhas. A pesquisa on-line será desenvolvida na Escola do município de Concórdia, utilizando-se da ferramenta virtual Google Meet.

A entrevista terá como base um roteiro elaborado, por meio de quatro grandes temas, quais sejam: Identificação, Formação, Experiência Profissional e Educação Profissional e Tecnológica. Caso concorde em fazer parte desta pesquisa, sua participação consistirá em responder algumas perguntas à pesquisadora do projeto, a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado. A entrevista será realizada, mediante agendamento prévio, de forma presencial (nas dependências da escola) ou on-line e será gravada, tendo duração aproximada de uma hora. Todas as entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivo digital, qual seja, um HD externo pertencente à pesquisadora, sendo acessado exclusivamente pela pesquisadora e sua orientadora. O material será armazenado no arquivo digital pelo tempo máximo de 5 anos, sendo completamente destruído após o término deste período.

Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro, garantindo assim a confidencialidade e privacidade das informações por você prestadas. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, de modo que sua colaboração não incluirá qualquer ônus ou retribuição financeira, tendo resguardado seu direito em não responder qualquer questão da entrevista, sem necessidade de justificativa ou explicação para tal, de maneira que isso não configura um impeditivo para seguir respondendo a entrevista. Além do que, você pode abandonar o grupo a qualquer momento, sem prejuízos acadêmicos ou financeiros e sem apresentar qualquer justificativa, sendo necessária apenas a comunicação da desistência à pesquisadora. A qualquer momento, você poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre o estudo, o que poderá ser feito por meio dos endereços de contato explicitados neste Termo.

Como em toda ação humana, esta pesquisa, considerando sua participação na entrevista, também conta com alguns possíveis riscos, quais sejam: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; se sentir constrangido em responder a questões sensíveis; cansaço ou aborrecimento ao responder as perguntas da entrevista; tomar o tempo do sujeito ao responder o questionário; desconforto, sentimento de coação, constrangimento ou alterações de comportamento ao realizar a gravação de áudio ou áudio e vídeo; alterações de visão de mundo em razão de reflexões acerca de seu papel profissional; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias; quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional.

Na tentativa de diminuir as chances desses riscos, serão tomadas as seguintes providências: buscarei minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder

questões constrangedoras; estarei atenta como pesquisadora aos sinais verbais e não verbais de desconforto e incômodo, respeitando sua dignidade e sua liberdade; e seguridade de acesso aos resultados individuais e coletivos. Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a não estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio econômico e/ou financeiro, como também a manutenção do sigilo dos participantes. Serão tomadas todas as providências para a manutenção do sigilo e, caso mesmo assim ocorra a quebra involuntária e não intencional da confidencialidade, as consequências serão tratadas nos termos da lei. A pesquisadora inteirou-se acerca da política de privacidade da ferramenta para realização da entrevista on-line, a qual garante a proteção de privacidade e cumprimento às leis de proteção de dados. Além do que, a pesquisadora se compromete a adotar, em todas as etapas da pesquisa, os cuidados necessários para mitigar os riscos anteriormente elencados, em conformidade com os termos da Resolução CNS nº 510/2016 e com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IFC (CEPSH-IFC).

A legislação brasileira não permite que o participante tenha qualquer compensação financeira pela participação em uma pesquisa, entretanto, você será ressarcido caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer. De maneira que, caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência desta pesquisa, você também poderá solicitar indenização, em conformidade com a legislação vigente.

Os benefícios da pesquisa se apresentam de maneira direta e indireta aos participantes, sendo que, de maneira indireta, considera-se positivo o acesso ao panorama geral acerca da compreensão sobre a oferta de Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual de Santa Catarina, por meio do contexto de implantação do Novo Ensino Médio. Além disso, os resultados do estudo podem contribuir para demais equipes gestoras da rede estadual de Santa Catarina, quanto a continuidade e a discussão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica. Com relação aos benefícios diretos, é possível que você perceba alterações em sua visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos, a partir de reflexões acerca de sua trajetória profissional e do papel da Educação Profissional e Tecnológica em sua escola, bem como possibilidade de elevação de autoestima, em consequência da importância do seu relato para a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos e/ou revistas científicas, por meio de artigos científicos, contemplando apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, formação ou qualquer outra informação relacionada à sua

privacidade.

Em concordância com a participação nesta pesquisa, as pesquisadoras entrarão em contato com você para agendar uma data e horário para entrevista. Guarde cuidadosamente em seus arquivos uma cópia desse documento eletrônico, pois trata-se de um material que contém importantes informações de contato e que garante os seus direitos enquanto participante da pesquisa.

Você terá todas as informações que quiser acerca desta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Os resultados da pesquisa darão origem a um artigo e a um produto educacional que será apresentado no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional (ProfEPT), do Instituto Federal Catarinense como requisito para conclusão deste e ficarão à disposição da Instituição.

Ressalto que sua participação é de suma importância para o andamento deste estudo e gostaria de poder contar com a sua valorosa colaboração.

Esclareço que a instituição em que atua está ciente da pesquisa, tendo autorizado sua realização, e este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade.

Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104- 0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já agradecemos sua participação.

Pesquisadora Responsável:

Fernanda Bizarri de Oliveira

Fone: (47) 99946-8606

E-mail: febiza@gmail.com

fernanda@sed.sc.gov.br

Orientadora/Pesquisadora Responsável:

Prof.^a Dra. Viviane Grimm

E-mail: viviane.grimm@ifc.edu.br

Instituto Federal Catarinense – IFC Campus Blumenau - CEP: 89070-270

Fone: (47) 37021700

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa CEPESH:

Instituto Federal Catarinense - IFC Fone: (47) 2104-0882

e-mail: cepsh@ifc.edu.br

Consentimento após esclarecimento:

Eu li o esclarecimento anterior e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido(a). A explicação que recebi esclarece os riscos e os benefícios da pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem que seja necessário justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e que não receberei dinheiro para participar do estudo. Diante do exposto, declaro que concordo em participar da pesquisa "Educação Técnica e Profissional da rede estadual de Santa Catarina: do Ensino Médio Integrado ao Novo Ensino Médio" e que receberei uma via desse documento assinada.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO COM DOCENTES DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Seção 1 de 3

Prezado(a) Professor(a),

Meu nome é Fernanda Bizarri de Oliveira, sou Assistente Técnica Pedagógica da Coordenadoria Regional de Educação de Brusque e discente no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – ofertado pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau.

Estou desenvolvendo a pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO NOVO ENSINO MÉDIO", sob orientação da Profa. Dra. Viviane Grimm.

Convido você a participar da pesquisa, respondendo a este questionário, cujo tempo de resposta é de aproximadamente 10 minutos.

Comprometo-me, como pesquisadora, a manter confidencialidade das informações concedidas e o anonimato dos(as) participantes. Dessa forma é importante que leia e guarde cópia do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), disponível no link:
https://drive.google.com/file/d/10AtCmRhQtR_5MwBbSBpgurehKJS7wyQw/view?usp=sharing.

Sua participação é muito importante para a realização da pesquisa. Com as explicações que constam no TCLE, espero que você esteja suficientemente informado(a) e concorde em participar.

O questionário ficará aberto para respostas até o dia 28 de setembro de 2022.

Caso tenha alguma dúvida ou necessite de mais informações, entre em contato comigo. Estarei a sua disposição.

Desde já agradeço sua colaboração.

Um abraço,

Fernanda Bizarri de Oliveira

Fone: (47) 99946-8606

E-mail: profeftebiza@gmail.com

1. E-mail: _____

2. Consentimento após o esclarecimento:

Eu li o esclarecimento no TCLE disponível no link anterior e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido(a). A explicação que recebi esclarece os riscos e os benefícios da pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem que seja necessário justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e que não receberei dinheiro para participar do estudo. Diante do exposto, declaro que concordo em participar da pesquisa "Educação Profissional na rede estadual de Santa Catarina: do Ensino Médio Integrado ao Novo Ensino Médio".

Concordo em participar (é direcionado para as perguntas)

Não concordo em participar (é direcionado para o final do questionário)

Seção 2 de 3

Identificação

1. Nome:

2. E-mail:

3. Formação acadêmica: Licenciatura concluída Licenciatura em andamento - cursando Bacharelado concluído Bacharelado em andamento - cursando Formação a nível médio

4. Qual curso de Licenciatura/Bacharel que você concluiu ou está cursando?

5. Possui Pós-Graduação concluída? Assinale sua maior titulação Especialização Mestrado Doutorado não tenho Pós-Graduação

6. Você tem formação na área de Educação Profissional e Tecnológica (curso, especialização etc.)? Se sim, especifique o curso.

7. Contratação na rede estadual de ensino: Efetivo ACT Efetivo e ACT Outro

8. Local de Trabalho: EEB Maria Rita Flor CEDUP Hermann Hering

9. Atuação como docente na escola assinalada na questão anterior: Disciplinas

técnicas () Disciplinas de formação geral () Em ambas as áreas (técnica e formação geral) () Componentes curriculares eletivos - Projeto de Vida () Trilhas de Aprofundamento das áreas do conhecimento.

10. Tempo de experiência como professor(a): () menos de 2 anos () entre 3 e 5 anos () entre 6 e 10 anos () entre 11 a 15 anos () entre 16 e 20 anos () mais de 21 anos
11. Tempo de experiência como professor(a) em cursos de Educação Profissional e Técnica no Ensino Médio: () menos de 2 anos () entre 3 e 5 anos () entre 6 e 10 anos () entre 11 a 15 anos () entre 16 e 20 anos () mais de 21 anos

Seção 3 de 3

Educação Profissional e Novo Ensino Médio

12. Você participou de formação continuada referente ao Novo Ensino Médio? () Sim, promovida pela escola em que atuo () Sim, promovida pela SED - Secretaria Estadual de Educação () Sim, por iniciativa própria em outras instituições () Não () Outro
13. Você participou de formação, reuniões ou na elaboração das trilhas referente ao itinerário da Educação Profissional no Novo Ensino Médio? () Participei de discussões em minha escola e foram abordadas questões sobre educação profissional () Participei de discussões em minha escola e NÃO foram abordadas questões sobre educação profissional. () Participei de formação sobre o itinerário de educação profissional promovido pela CRE - Coordenadoria Regional de Educação. () Participei de formação sobre o itinerário de educação profissional promovido pela SED - Secretaria Estadual de Educação. () Participei da elaboração das trilhas do itinerário de educação profissional coordenado pela SED. () Não estava trabalhando na escola nesse período. () Outro.
14. Na sua opinião, é função da Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio, assinale nas sentença a seguir: () Discordo Muito, () Discordo, () Indiferente, () Concordo, () Concordo Muito.
1. Promover formação para atender as demandas do mercado de trabalho.
 2. Promover formação para ingressar no Ensino Superior
 3. Promover formação integral dos estudantes, abrangendo conhecimentos de trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

4. Promover formação para o mundo do trabalho.
5. No Ensino Médio não deve haver Educação Profissional.
15. Na sua opinião, as mudanças ocasionadas pelo Novo Ensino Médio na oferta de cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), que já eram ofertados na escola em que você atua, foram positivas ou negativas? Justifique sua resposta.
16. Cite 3 (três) principais desafios que você enfrenta em sua prática docente na Educação Profissional Técnica no Ensino Médio.

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) QUESTIONÁRIO DOCENTES

Prezado(a) professor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO NOVO ENSINO MÉDIO”, desenvolvida por Fernanda Bizarri de Oliveira, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – Polo Blumenau, do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Blumenau. A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, no Macroprojeto 3 – “Práticas Educativas no Currículo Integrado” com orientação da Professora Dra. Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IFC (CEPSH).

A pesquisa tem como objetivo compreender a oferta da educação profissional e técnica a partir do contexto de mudanças por meio da implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado nesta rede de ensino, bem como na oferta do itinerário formativo em educação profissional e tecnológica. O motivo que nos leva a realizar essa pesquisa deve-se aos poucos estudos referentes ao ensino médio integrado nas redes estaduais de educação e mais especificamente em Santa Catarina, sendo que essa pesquisa, busca também contextualizar esta modalidade na rede, fornecendo subsídios às equipes gestoras e aos professores, para a discussão, andamento e a continuidade da oferta desta modalidade por meio do itinerário de educação profissional e tecnológica no Novo Ensino Médio.

Você foi selecionado(a) por ser professor de Ensino Médio de Unidades Escolares da rede estadual de Santa Catarina, que possuem a oferta de Ensino Médio Integrado e/ou Novo Ensino Médio. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário semiestruturado on-line pela plataforma Google Forms, sendo que este será apresentado após seu consentimento a este termo e configurados para que sempre recebam cópia de suas próprias respostas. A escolha do instrumento questionário deve-se ao fato da possibilidade de abranger um maior número de docentes das escolas participantes da pesquisa, considerando distanciamento geográfico. Para esta pesquisa foram selecionadas Unidades Escolares com

matrizes curriculares de Ensino Médio Integrado e Novo Ensino Médio da rede estadual de Santa Catarina dos municípios de Brusque, Blumenau, Bombinhas e Concórdia.

O questionário terá como base perguntas abertas e fechadas, considerando os seguintes temas: Identificação/Formação, Experiência Profissional e Educação Profissional e Tecnológica/Novo Ensino Médio. As respostas dos questionários serão armazenadas em arquivo digital, qual seja, um HD externo pertencente à pesquisadora, sendo acessado exclusivamente pela pesquisadora e sua orientadora. O material será armazenado no arquivo digital pelo tempo máximo de 5 anos, sendo completamente destruído após o término deste período.

Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro, garantindo assim a confidencialidade e privacidade das informações por você prestadas. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, de modo que sua colaboração não incluirá qualquer ônus ou retribuição financeira, tendo resguardado seu direito em não responder qualquer questão da entrevista, sem necessidade de justificativa ou explicação para tal, de maneira que isso não configura um impeditivo para seguir respondendo a entrevista. Além do que, você pode abandonar o grupo a qualquer momento, sem prejuízos acadêmicos ou financeiros e sem apresentar qualquer justificativa, sendo necessária apenas a comunicação da desistência à pesquisadora. A qualquer momento, você poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre o estudo, o que poderá ser feito por meio dos endereços de contato explicitados neste Termo.

Como em toda ação humana, esta pesquisa, considerando sua participação no questionário, também conta com alguns possíveis riscos, quais sejam: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; se sentir constrangido em responder a questões sensíveis; cansaço ou aborrecimento ao responder as perguntas do questionário; tomar o tempo do sujeito ao responder o questionário; desconforto, sentimento de coação; alterações de visão de mundo em razão de reflexões acerca de seu papel profissional; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias; quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional.

Na tentativa de diminuir as chances desses riscos, serão tomadas as seguintes providências: buscarei minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras, por meio de perguntas não obrigatórias; estarei atenta como pesquisadora às possíveis sinalizações recebidas dos professores, respeitando sua dignidade e

sua liberdade; e seguridade de acesso aos resultados individuais e coletivos. Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a não estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio econômico e/ou financeiro, como também a manutenção do sigilo dos participantes. Serão tomadas todas as providências para a manutenção do sigilo e, caso mesmo assim ocorra a quebra involuntária e não intencional da confidencialidade, as consequências serão tratadas nos termos da lei. Além do que, a pesquisadora se compromete a adotar, em todas as etapas da pesquisa, os cuidados necessários para mitigar os riscos anteriormente elencados, em conformidade com os termos da Resolução CNS nº 510/2016 e com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IFC (CEPSH-IFC). Será enviada cópia do questionário, sendo que este será armazenado em sigilo, garantindo que não sofrerão invasões indevidas.

A legislação brasileira não permite que o participante tenha qualquer compensação financeira pela participação em uma pesquisa, entretanto, você será ressarcido caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer. De maneira que, caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência desta pesquisa, você também poderá solicitar indenização, em conformidade com a legislação vigente.

Os benefícios da pesquisa se apresentam de maneira direta e indireta aos participantes, sendo que, de maneira indireta, considera-se positivo o acesso ao panorama geral acerca da compreensão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual de Santa Catarina, por meio do contexto de implantação do Novo Ensino Médio. Além disso, os resultados do estudo podem contribuir para equipes gestoras da rede estadual de Santa Catarina, quanto a continuidade e a discussão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica. Com relação aos benefícios diretos, é possível que você perceba alterações em sua visão de mundo, a partir de reflexões acerca de sua trajetória profissional e do papel da Educação Profissional e Tecnológica em sua escola, bem como possibilidade de elevação de autoestima, em consequência da importância do seu relato para a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos e/ou revistas científicas, por meio de artigos científicos, contemplando apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, formação ou qualquer outra informação relacionada à sua privacidade.

Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o

fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você também não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa, sendo garantido o sigilo de sua participação.

Os resultados da pesquisa darão origem a um artigo e a um produto educacional que será apresentado no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional (ProfEPT), do Instituto Federal Catarinense como requisito para conclusão deste e ficarão à disposição da Instituição.

Ressalto que sua participação é de suma importância para o andamento deste estudo e gostaria de poder contar com a sua valorosa colaboração. Guarde cuidadosamente em seus arquivos uma cópia desse documento eletrônico, pois trata-se de um material que contém importantes informações de contato e que garante os seus direitos enquanto participante da pesquisa.

Esclareço que a instituição em que atua está ciente da pesquisa, tendo autorizado sua realização, e este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já agradecemos sua participação.

Pesquisadora Responsável:

Fernanda Bizarri de Oliveira

Fone: (47) 99946-8606

E-mail: febiza@gmail.com

fernanda@sed.sc.gov.br

Orientadora/Pesquisadora Responsável:

Prof.^a Dra. Viviane Grimm

E-mail: viviane.grimm@ifc.edu.br

Instituto Federal Catarinense – IFC Campus Blumenau - CEP: 89070-270

Fone: (47) 37021700

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa CEPESH Instituto Federal Catarinense - IFC Fone: (47) 2104-0882, e-mail: cepsh@ifc.edu.br.

APÊNDICE F - MATRIZ CURRICULAR EMIEP X NEM EIXO TECNOLÓGICO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO

Cursos		EMIEP – Início 2006				NEM – Início 2022		
		Técnico em Informática Ensino Médio Profissionalizante				Técnico em Desenvolvimento de Sistemas		
Séries		1 ^a	2 ^a	3 ^a	EAD	1 ^a	2 ^a	3 ^a
For maç ão gera l	Língua Port. e Literatura	3	3	3		2	2	2
	Arte	2	---	---		2	1	1
	Inglês	2	2	2		2	2	2
	Educação Física	2	2	2		2	1	1
	Matemática	3	3	3		3	2	2
	Química	2	2	2		2	1	1
	Física	2	2	2		2	1	1
	Biologia	2	2	2		2	1	1
	História	2	2	1		2	1	1
	Geografia	2	2	1		2	1	1
	Filosofia	1	1	---		2	1	1
	Sociologia	1	1	---		2	1	1
2 ^a Língua (optativa – não c.)	2	2	2		---	----	-- -	
Total Aulas semanais		24	22	18		25	15	1 5
Total CH Formação geral		2048h				1760h		
Itin erár	Língua Estr.: Espanhol	---	----	----	---	2	2	2

io For mat ivo	Projeto de Vida	---	----	----	---	2	2	2
	Comp. C. E. 1	---	----	----	---	4	2	2
	Comp. C. E. 2	---	----	----	---	4	----	-- -
	Comp. C. E. 3	---	----	----	---	4	----	-- -
	Comp. C. E. 4	---	----	----	---	3	----	-- -
Total Aulas Semanais		---	----	----	---	19	6	6
Total CH Parte Flexível		---	----	----	---	992h		
For maç ão Téc nica	Componentes EMIEP	1 ^a	2 ^a	3 ^a	EAD	Componentes NEM	2 ^a	3 ^a
	Introdução a Computação	2			2	Lógica para Desenvolvimento de Sistemas	6	
						Introdução a Linguagem de programação	10	
	Lógica de Programação	4			1	Fundamentos e operação de Computação	4	
						Empreendedorismo	3	
						Trilha 1 – Operador de Microcomputador		
	Gestão de Pessoas				2	Infraestrutura Computacional	6	
						Práticas em Desenvolvimento de Sistemas 1	6	
	Programação de Aplicativos		3	2	1	Práticas em Desenvolvimento de	6	

						Sistemas 2			
						Introdução à Banco de Dados	5		
	Banco de Dados		3		1	Trilha 2 – Programador Web			
						Modelagem de Dados		5	
	Modelagem de Sistemas		2	2	1	Linguagem SQL		6	
						Práticas em Desenvolvimento de Sistemas 3		6	
	Implantação e manutenção de Sistemas			2	1	Prototipagem em UX Design		6	
						Trilha 3 - Administrador de Banco de Dados			
	Desenvolvimento de Sistemas			4	2	Projeto de Software		7	
						Práticas em Desenvolvimento de Sistemas 4		7	
	Teste de Software			2	1	Modelagem de Sistemas/Uml		5	
						Relacionamento interpessoal		4	
						Trilha 4 - Programador de Sistemas			
	Total Aulas semanais	6	8	12	12	0	23	2 3	
	Total CH Formação Técnica	1216h				1472h			
	Total CH Geral do Curso:	3264h				4224h			
	Distribuição das aulas	5 dias de 6 aulas				4 dias de 10 aulas diárias + 1 dia de 4 aulas diárias			

APÊNDICE G - SLIDES RODA DE CONVERSA

EMIEP na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo Integrado



Roda de Conversa

Apresentação

Discente
Fernanda Bizarri de Oliveira

Orientadora
Prof. Dra. Viviane Grimm

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT
Campus Blumenau/SC

Pesquisa com anuência da SED e aprovada pelo Comitê de Ética.



Objetivos da Roda de Conversa

- ✓ Socializar dados preliminares da pesquisa desenvolvida com as escolas que participaram da etapa de coleta de dados por meio de questionário e entrevista, a saber:
EEB Maria Rita Flor (Bombinhas)
CEDUP Hermann Hering (Blumenau);
- ✓ Dialogar com os participantes sobre a oferta de cursos de Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Santa Catarina e os impactos causados pela Reforma do Ensino Médio nesses cursos, buscando fortalecer a concepção de currículo integrado na EPT.

A Pesquisa

Título Pesquisa
Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: Do Ensino Médio Integrado ao Novo Ensino Médio

Objetivo Geral
Analisar as implicações da Reforma do Ensino Médio nos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino de SC, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado nesta rede de ensino.

Produto Educacional

Os materiais mobilizados na roda de conversa irão compor um **PRODUTO EDUCACIONAL**, no formato de **infográfico**.

Essa momento formativo está dividido em duas etapas:

1ª - Roda de Conversa
2ª - Leitura e Avaliação do Infográfico (atividade à distância)

Dessa forma, o curso se dará em dois momentos: roda de conversa presencial (3h) e atividade à distância (7h).

Na conclusão das duas etapas os participantes receberão certificado.

Programação Roda de Conversa

1. Discussão sobre Ensino Médio
2. Educação Profissional e a Dualidade Estrutural na Educação
3. O Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de SC
4. Concepção de Ensino Médio Integrado/Currículo Integrado
5. Novo Ensino Médio

1. Ensino Médio

Qual o objetivo do Ensino Médio?



LINK: <https://www.menti.com/al5wu71pjj2x>

Ensino Médio



- Última etapa obrigatória da Educação Básica.
- Aprofundamento da relação educação e trabalho.
- Território de Disputas com influências multilaterais
- Etapa definitiva de escolhas profissionais dos estudantes.

2. Educação Profissional

Qual a função da Educação Profissional?

LINK: <https://www.menti.com/alpocdf3ofc9>



A Educação Profissional se configura ao longo dos marcos legais do Ensino Médio como separada de uma formação propedêutica, ou seja, de uma formação de base geral.

- Criada como forma assistencialista de atender a população desfavorecida;
- Atendimento das necessidades econômicas vigentes;
- Reveste-se de um caráter operacional e utilitarista e reservada à classe de baixa renda.

Marcas deixadas pela herança colonial escravista, pois foram estes os primeiros aprendizes de um ofício

(SCHENKEL, 2012)

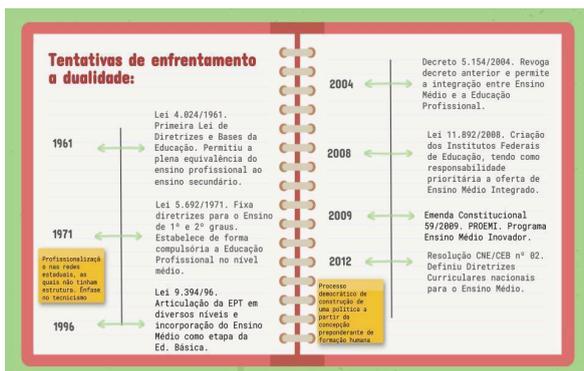
Dualidade estrutural na educação, o que é?

Consiste na oferta de oportunidades escolares diferenciadas a partir da classe social.

Ensino Propedêutico, destinado às elites

Formação Técnica, destinada aos trabalhadores

Para saber mais acesse o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=3m6Mtd>



3. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) na Rede Estadual de Santa Catarina

Esse Decreto possibilitou a oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado.

O Decreto 5.154/2004 em seu artigo 4º, § 1º: A articulação entre a educação profissional e técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- Integrada
- Concomitante
- Subsequente

Percentual de matrículas de Ensino Médio das Redes Estaduais do Brasil

Estado	Matrículas EMIEP	Porcentagem
PR	49.685	13,6%
SC	6.287	2,8%
RS	12.367	4,1%
ES	19.618	18,9%

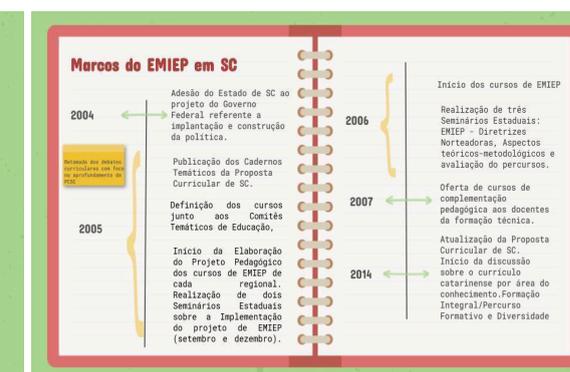
84%

Fonte: Censo/INEP 2012

A construção da política de implantação dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Santa Catarina possui respaldo na política nacional de construção de um projeto que "supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana (...)" (MEC/SEMTEC, 2007)

Escola Unitária

TRAVESSIA (CIAVATTA, FRIGOTTO, RAMOS, 2005)



Marcos do EMIEP em SC

Adesão do Estado de SC ao Programa do Governo Federal de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), Portaria 649/2018

2018

2019

2020

2021

2022

2023

Webconferências e Reuniões Técnicas com professores e gestores para implementação do Novo Ensino Médio nas 120 Escolas-Piloto.

Novas reuniões com professores e gestores para a construção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - CBEMTC. Com parceria contendo do Instituto Iungo

Parecer 046/2021. Aprovação pelo CEE/SC do CBEMTC. Publicação dos quatro cadernos que compõem o currículo.

Início de movimentos com UEs que oferecem cursos de formação técnica e profissional para transformação dos cursos técnicos em trilhas de aprofundamento.

Implantação do Novo Ensino Médio em todas as Unidades Escolares da Rede Estadual. Parecer CEE/SC 86/2022 e publicação do caderno 5 do CBEMTC, denominado Trilhas de Aprofundamento da EPT.

Resolução CEE/SC nº 081/222 estabelece normas para a oferta de EPI

Convênio com FIESC - Programa Educação Empreendedora

Entre disputas e mudanças, qual a representação atual do EMIEP da Rede Estadual de SC?

Matrículas de EMIEP por esfera administrativa em SC

64%	Rede Federal
2%	Rede Privada
34%	Rede Estadual

Fonte: Censo Escolar/INEP 2022

Matrículas Ensino Médio - Rede Estadual SC

91% (208.963)	Ensino Médio Propedêutico
3% (6.207)	Ensino Médio Integrado
5% (11.475)	Ensino Médio - EJA
1% (1.959)	Magistério

Fonte: Censo 2022/INEP

Instituições ofertantes de EMIEP na Rede Estadual de SC

Escolas de Educação Básica (29 UEs)
 CEDUPs - Centros de Educação Profissional (14)
 Escolas Indígenas (1)
 Escola de Saúde Pública (3)

Fonte: Censo 2022/INEP

Matrículas de Educação Profissional Rede Estadual de SC

Fonte: Censo Escolar/INEP 2007-2022

Matrículas de EMIEP por Instituição de Ensino

Fonte: Censo Escolar/INEP 2007-2022

Redução de matrículas de 2021 para 2022, tendo em vista a terminalidade do EMIEP e implantação do NEM.

- 27% Escolas de Educação Básica
- 4% CEDUPs

3. Ensino Médio Integrado Princípios e Concepções

Tem como concepção o Currículo Integrado com o propósito da Formação Humana Integral a partir dos seguintes princípios:

ATENÇÃO! Formação Integral se difere de Formação em Tempo Integral!

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O Trabalho como princípio educativo compreende o trabalho como constitutivo do ser humano, ou seja, é pela ação do trabalho que o homem gera meios para sua subsistência, produzindo conhecimento e cultura.

PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Considera a pesquisa como ação científica para os processos de ensino-aprendizagem e construção do conhecimento.

Esses princípios fundamentam a

Formação Omnilateral

Consiste na integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social (RAMOS, 2008)

Atenção!

O trabalho e a profissionalização no EMIEP se opõe à simples preparação para o mercado de trabalho e a formação para adaptação às transformações da sociedade.

Dentro dos princípios apresentados o currículo integrado considera a organização do processo de aprendizagem:

Conhecimentos Científicos

Vivência Cotidiana

Busca-se:

- Sob a perspectiva da formação humana integral, a concepção de Ensino Médio Integrado deve proporcionar acesso aos CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS construídos historicamente de modo a compreender as dinâmicas sócio-produtivas de modo crítico.
- Possibilita ao estudante tanto a profissionalização como o seguimento aos estudos, tornando-o agente capaz de transformar a sociedade.

4. E o Novo Ensino Médio?

Há desconstrução?

Quais ameaças para o currículo integrado?

<https://www.menti.com/alsgp3cmuc1q>

A reforma do Ensino Médio instituída pela Lei 13.415/2017, dá ênfase à formação técnica e profissional ao conferir esta como sendo um dos ITINERÁRIOS FORMATIVOS da parte flexível do novo currículo juntamente com as áreas do conhecimento.

No entanto, ao conferir a formação técnica e profissional a um itinerário formativo com o pressuposto da FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR, o novo currículo fragiliza a concepção de currículo integrado construída na implementação dos cursos de EMIEP.

Ao flexibilizar itinerários sem a condição de igualdade de oferta para todos, há um retrocesso nos avanços conquistados no Ensino Médio quanto ao enfrentamento à dualidade estrutural da educação.

A PESQUISA INDICOU

Avaliação das mudanças ocasionadas pelo NEM (Positiva/Negativa) - Pergunta aberta

46,8 % Negativo	38,7% Positivo	14,5% Indiferente
<ul style="list-style-type: none"> • Desconsideração do EMIEP; • Fragmentação do estudo; • Redução da formação geral; • Aumento da CH; • Ausência da formação técnica da 1º ano EM. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção no mercado de trabalho; • Empreendedorismo; • Variedade de disciplinas para área de interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fase de implantação; • Aguardando primeira turma; • E preciso tempo para adaptação;

Perigos

- Limite de carga horária máxima para Formação Geral;
- Formação Téc. Prof. nas últimas etapas do Ensino Médio;
- Fragmentação da formação;
- Certificações intermediárias;
- Centralidade nas competências, habilidades e projeto de vida.
- Contratação de prof. Notório Saber - precarização do trabalho docente.

Complementação de CH por meio de vivências práticas ou formações técnicas em outras instituições;

Possibilidade de parcerias público-privado via intercomplementaridade.

Visão mercantil da escola pública, alinhada à formação aligeirada para o mercado de trabalho.

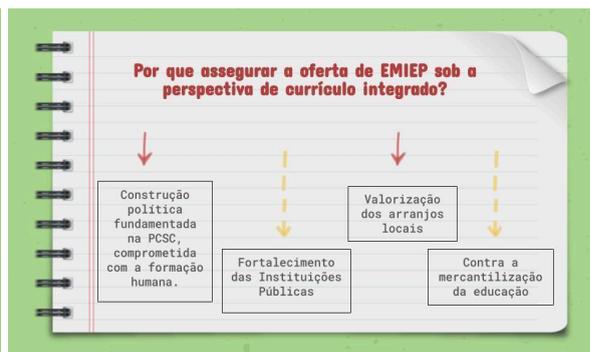
A PESQUISA INDICOU

Desafios da prática docente em EPT

1. Compromisso dos Alunos
2. Infraestrutura
3. Formação Continuada
4. Recursos Humanos

Por que as reformas se concentram em aspectos curriculares?

Portanto as reformas do ensino médio precisam incluir outros aspectos.



Preparar para o mundo do trabalho ou para o mercado de trabalho?

Proporcionar movimentos que se constituem na reflexão sobre o mundo do trabalho no Ensino Médio requer, segundo Ramos (2010) o deslocamento do foco dos objetivos do mercado de trabalho para o sujeito que tem uma vida, cultura e história.

Que estes indivíduos sejam conhecidos não apenas como um projeto de mão de obra, trabalhadores de um futuro incerto, mas como sujeito de direitos.

Como conceber o currículo integrado, tendo em vista as fragilidades impostas pela atual Reforma?

"A finalidade da educação não deve ser a formação para; seja para o mercado de trabalho, para a vida. É formação pelo trabalho e na vida" (RAMOS, 2008)

OBRIGADA!

Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Conceções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Lucélia. Ensino Médio e Técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma reação não fatalista. In: MOLL, J. et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PADON, Egre; AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15. 2016. Florianópolis. Anais. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. p. 14. Disponível em: https://www.15sntct.sbc.org.br/resources/anais/12/1473684255_ARQUIVO_ARTIGO%20NCTENVIADO.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

RAMOS, Nogueira Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. 2008. Disponível em: <https://tecnicadmaj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso: 27/07/2021

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. 2011. Disponível em: <<http://www.socied.br/pdf/rev/02n116/a0232n116.pdf>>. Acesso em 26 abr. 2023.

Referências

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. Caderno 1. Disposições Gerais. Santa Catarina: SED, 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 5 - Títulos de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: SED, 2022.

SCHENKEL, Cláudio Alberto. Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrb.br/handle/123456789/13030>. Acesso em 22 out. 2021.

SILVA, Flomera Lucia Gossler Rodrigues da. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Santa Catarina: desafios para sua implementação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Humanas e Letras, Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joinville, p. 127, 2009.

THIENEN, Juana da Silva. Políticas Curriculares de Educação Básica: recontextualização da BNCC no âmbito de Santa Catarina. Revista Espaço do Currículo, v.14, n.1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/revista/article/view/56496>. Acesso em 12 dez. 2022.

Crédito Imagens: [shutterstock.com](https://www.shutterstock.com) e [br.freepik.com](https://www.freepik.com)

APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) RODA DE CONVERSA

Prezado(a) professor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO NOVO ENSINO MÉDIO”, desenvolvida por Fernanda Bizarri de Oliveira, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – Polo Blumenau, do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau. A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, no Macroprojeto 3 – “Práticas Educativas no Currículo Integrado” com orientação da Professora Dra. Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IFC (CEPSH). Em caso de dúvidas sobre a pesquisa você pode entrar em contato pelo e-mail: febiza@gmail.com.

A pesquisa tem como objetivo compreender a oferta da educação profissional e técnica a partir do contexto de mudanças por meio da implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado.

Sua participação na pesquisa consistirá em participar da Roda de Conversa que possui objetivo: socializar os resultados preliminares da pesquisa desenvolvida com as escolas que participaram da etapa de coleta de dados por meio de questionário e entrevista, a saber: EEB Maria Rita Flor (Bombinhas) e CEDUP Hermann Hering (Blumenau); dialogar com os participantes sobre a oferta de cursos de Ensino Médio Integrado na Rede Estadual de Santa Catarina e os impactos causados pela Reforma do Ensino Médio nesses cursos, buscando fortalecer a concepção de currículo integrado na EPT. Os materiais mobilizados na roda de conversa irão compor um produto educacional, no formato de infográfico intitulado: “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado”.

Como em toda ação humana, esta pesquisa, considerando sua participação na roda de conversa também conta com alguns possíveis riscos, quais sejam: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; se sentir constrangido em responder a questões sensíveis; cansaço ou aborrecimento ao participar da reunião; alterações

de visão de mundo em razão de reflexões acerca de seu papel profissional. Na tentativa de diminuir as chances desses riscos, serão tomadas as seguintes providências: buscarei minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; estarei atenta como pesquisadora às possíveis sinalizações recebidas dos professores, respeitando sua dignidade e sua liberdade; e seguridade de acesso aos resultados individuais e coletivos. Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a não estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio econômico e/ou financeiro, como também a manutenção do sigilo dos participantes. Além do que, a pesquisadora se compromete a adotar, em todas as etapas da pesquisa, os cuidados necessários para mitigar os riscos anteriormente elencados, em conformidade com os termos da Resolução CNS nº 510/2016 e com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IFC.

Os benefícios da pesquisa se apresentam de maneira direta e indireta aos participantes, sendo que, de maneira indireta, considera-se positivo o acesso ao panorama geral acerca da compreensão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual de Santa Catarina, por meio do contexto de implantação do Novo Ensino Médio. Com relação aos benefícios diretos, é possível que você perceba alterações em sua visão de mundo, a partir de reflexões acerca de sua trajetória profissional e do papel da Educação Profissional e Tecnológica em sua escola.

Sua participação é muito importante é extremamente importante, mas enfatizamos que você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar ou desistir da mesma, no entanto gostaria muito de poder contar com sua participação.

Esclareço que a instituição em que atua está ciente da pesquisa, tendo autorizado sua realização, e este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já agradecemos sua participação.

Pesquisadora Responsável:

Fernanda Bizarri de Oliveira

Fone: (47) 99946-8606

E-mail: febiza@gmail.com

fernanda@sed.sc.gov.br

Orientadora/Pesquisadora Responsável:

Prof.^a Dra. Viviane Grimm

E-mail: viviane.grimm@ifc.edu.br

Instituto Federal Catarinense – IFC Campus Blumenau - CEP: 89070-270

Fone: (47) 37021700

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa CEPESH Instituto Federal Catarinense/IFC - Fone: (47) 2104-0882, e-mail: cepsh@ifc.edu.br.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PE APLICADO COM DOCENTES DOS CURSOS DE EMIEP - JULHO/AGOSTO 2023

Seção 1 de 2

Questionário de Avaliação INFOGRÁFICO "EMIEP na Rede Estadual de SC: Reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado"

Meu nome é Fernanda Bizarri de Oliveira, sou servidora da Coordenadoria Regional de Educação de Brusque e discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no IFC – Campus Blumenau.

Este questionário é direcionado aos professores que participaram da Roda de Conversa em duas Escolas da Rede Estadual de Santa Catarina ofertantes de cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP).

O conteúdo mobilizado durante a Roda de Conversa, deu origem ao Infográfico "Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado", que corresponde ao Produto Educacional da Pesquisa: "Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: Do Ensino Médio Integrado ao Novo Ensino Médio". O Infográfico poderá ser acessado por meio do seguinte link: <https://x.gd/JLe2o>

Convidamos você a fazer a leitura do Infográfico e responder ao seguinte questionário avaliativo. Sua participação é de fundamental importância para o aperfeiçoamento do material, que possui como objetivo atribuir visibilidade a política de Ensino Médio Integrado, auxiliando em discussões formativas sobre a concepção de currículo integrado.

Se você tiver dúvidas ou problemas no preenchimento, poderá entrar em contato comigo pelo e-mail fernanda@sed.sc.gov.br ou fone (47) 99946-8606.

Neste link <https://x.gd/EFLmb> você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para acessar as informações relativas a esta pesquisa.

Desde já, agradeço a sua disposição em participar!

Concordo em participar da Avaliação e foi-me dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

- Concordo.
- Não concordo.

Endereço de e-mail:

Nome completo:

Local de Trabalho:

- EEB Maria Rita Flor
- CEDUP Hermann Herinh

Função que exerce na Escola:

- Professor.
- Gestor(a)/Assessor(a)/Especialista/Assistente Técnico Pedagógico.

Seção 2 de 2

De acordo com sua avaliação sobre o Infográfico, assinale nas sentenças a seguir:

- (1) para discordo totalmente;
- (2) discordo parcialmente;
- (3) não concordo, nem discordo;
- (4) concordo parcialmente; e
- (5) concordo totalmente.

1) O Infográfico apresenta uma organização estética visualmente atrativa e de fácil compreensão. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.

2) O Infográfico apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.

- 3) O Infográfico apresenta temas interligados e coerentes. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 4) O Infográfico apresenta conceitos, argumentos e dados estatísticos claros. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 5) O conteúdo do Infográfico propõe reflexões acerca das ofertas de Educação Profissional de nível médio, levando-o a questionar a proposta de currículo e sua prática educativa. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 6) O conteúdo do Infográfico aprofunda sua compreensão da concepção dos cursos de Ensino Médio Integrado. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 7) Você considera que foram apresentadas as principais informações a respeito dos cursos de Ensino Médio Integrado em SC. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 8) Os materiais disponibilizados nos links do Infográfico complementam as informações apresentadas e contribuem no aprofundamento da temática. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 9) Na sua opinião, é possível, por meio do conteúdo do Infográfico, estabelecer diferença entre as concepções dos cursos de EMIEP e a proposta do Novo Ensino Médio por meio das trilhas de aprofundamento em EPT. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 10) Você considera que o Infográfico apresenta informações importantes a respeito da Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio e pode ser utilizado como ferramenta de divulgação da proposta. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.
- 11) O Infográfico apresenta potencial para auxiliar como material de suporte em formações pedagógicas. Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente.

12) Caso você tenha observado algum conteúdo que precisa ser corrigido ou melhorado no Infográfico, fique à vontade para indicá-lo a seguir.

13) Deixe aqui sua opinião ou algum comentário que queira fazer em relação ao Infográfico.

APÊNDICE J - TCLE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) - QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO PE

Prezado(a) Professor(a) e/ou Gestor Escolar,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO NOVO ENSINO MÉDIO**”, desenvolvida por Fernanda Bizarri de Oliveira, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – Polo Blumenau, do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau. A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, no Macroprojeto 3 – “Práticas Educativas no Currículo Integrado” com orientação da Professora Dra. Viviane Grimm e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IFC (CEPSH). Em caso de dúvidas sobre a pesquisa você pode entrar em contato pelo e-mail: febiza@gmail.com.

A pesquisa tem como objetivo compreender a oferta da educação profissional e técnica a partir do contexto de mudanças por meio da implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado.

Caso concorde em participar, você realizará a seguinte atividade: “**avaliar Infográfico: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Santa Catarina: reconstruindo olhares a partir da concepção de currículo integrado**”, respondendo a um questionário on-line do Google Formulários. Como em toda ação humana, esta pesquisa, conta com alguns possíveis riscos, quais sejam: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; se sentir constrangido em responder a questões sensíveis; cansaço ou aborrecimento ao responder a avaliação; tomar o tempo do sujeito ao responder a avaliação, alterações de visão de mundo em razão de reflexões acerca de seu papel profissional. Na tentativa de diminuir as chances desses riscos, serão tomadas as seguintes providências: buscaremos minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; estaremos atentas como pesquisadoras às possíveis sinalizações recebidas dos professores, respeitando sua dignidade e sua liberdade; e seguridade de acesso aos resultados individuais e coletivos. Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a não estigmatização, a não utilização das informações em

prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio econômico e/ou financeiro, como também a manutenção do sigilo dos participantes. Serão tomadas todas as providências para a manutenção do sigilo e, caso mesmo assim ocorra a quebra involuntária e não intencional da confidencialidade, as consequências serão tratadas nos termos da lei. Além do que, a pesquisadora se compromete a adotar, em todas as etapas da pesquisa, os cuidados necessários para mitigar os riscos anteriormente elencados, em conformidade com os termos da Resolução CNS nº 510/2016 e com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IFC.

A legislação brasileira não permite que o participante tenha qualquer compensação financeira pela participação em uma pesquisa, entretanto, você será ressarcido caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer. De maneira que, caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência desta pesquisa, você também poderá solicitar indenização, em conformidade com a legislação vigente.

Os benefícios da pesquisa se apresentam de maneira direta e indireta aos participantes, sendo que, de maneira indireta, considera-se positivo o acesso ao panorama geral acerca da compreensão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual de Santa Catarina, por meio do contexto de implantação do Novo Ensino Médio. Com relação aos benefícios diretos, é possível que você perceba alterações em sua visão de mundo, a partir de reflexões acerca de sua trajetória profissional e do papel da Educação Profissional e Tecnológica em sua escola.

Sua participação é extremamente importante, mas enfatizamos que você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar ou desistir da mesma, no entanto gostaria muito de poder contar com sua participação.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos e/ou revistas científicas, por meio de artigos científicos, contemplando apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, formação ou qualquer outra informação relacionada à sua privacidade.

Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). Em nenhum momento da pesquisa seu nome será divulgado pela

pesquisadora e os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você também não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa, sendo garantido o sigilo de sua participação.

Os resultados da pesquisa darão origem a um artigo e a um produto educacional que será apresentado no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional (ProfEPT), do Instituto Federal Catarinense como requisito para conclusão deste e ficarão à disposição da Instituição.

Guarde cuidadosamente em seus arquivos uma cópia desse documento eletrônico, pois trata-se de um material que contém importantes informações de contato e que garante os seus direitos enquanto participante da pesquisa.

Esclareço que a instituição em que atua está ciente da pesquisa, tendo autorizado sua realização, e este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Desde já agradecemos sua participação.

Pesquisadora Responsável:

Fernanda Bizarri de Oliveira

Fone: (47) 99946-8606

E-mail: febiza@gmail.com

fernanda@sed.sc.gov.br

Orientadora/Pesquisadora Responsável:

Prof.^a Dra. Viviane Grimm

E-mail: viviane.grimm@ifc.edu.br

Instituto Federal Catarinense – IFC Campus Blumenau - CEP: 89070-270

Fone: (47) 37021700

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa CEPESH Instituto Federal Catarinense IFC Fone: (47) 2104-0882, e-mail: cepsh@ifc.edu.br.

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Ensino
Gerência de Educação de Ensino Médio e Profissional

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO OU A SUA NEGATIVA

A **Secretaria de Estado da Educação por meio da Gerência de Educação de Ensino Médio e Profissional** está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO NOVO ENSINO MÉDIO**, do(a) pesquisador(a) **Fernanda Bizarri de Oliveira**, do **Instituto Federal Catarinense**. A **SED** assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de **abril/2022** até **junho/2022**. Com a autorização da realização da pesquisa, ficam o/a pesquisador/a e seu orientador/a responsáveis pelos procedimentos de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação, conforme prevê esta portaria. Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do (a) pesquisador (a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. **Autorizamos** a citação do nome da instituição nos títulos e textos das futuras publicações dos resultados do estudo.

Maria Tereza Paulo Hermes Cobra
Diretora de Ensino

Sirley Damian de Medeiros
Coordenadora de Ensino Médio



Assinaturas do documento



Código para verificação: **N3TF2J47**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **SIRLEY DAMIAN DE MEDEIROS** (CPF: 753.XXX.799-XX) em 18/01/2022 às 19:11:46
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:09:26 e válido até 13/07/2118 - 15:09:26.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **MARIA TEREZA PAULO HERMES COBRA** (CPF: 871.XXX.129-XX) em 19/01/2022 às 09:40:47
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/09/2019 - 18:18:01 e válido até 10/09/2119 - 18:18:01.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VEXzcwNTRfMDAxMjMxOThfMTIzMjQwXzlwMjFfTjNURjJKNDc=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SED 00123198/2021** e o código **N3TF2J47** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DO IFC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO NOVO ENSINO MÉDIO

Pesquisador: FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56357722.5.0000.8049

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.530.710

Apresentação do Projeto:

Segundo a pesquisadora, esse projeto está inserido na linha "Práticas Educativas em EPT", no "Macroprojeto 3: Práticas Educativas no Currículo Integrado", do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), tem como objeto de estudo a educação profissional e técnica no ensino médio da rede estadual de Santa Catarina. O objetivo geral da pesquisa é compreender a oferta da educação profissional e técnica a partir do contexto de mudanças mediante a implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado nesta rede de ensino. Como fundamentação teórica, parte-se de autores que discutem a modalidade de ensino médio integrado através da concepção de formação humana integral e currículo integrado (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2005), e dos documentos curriculares do Estado de Santa Catarina que foram construídos a partir das mudanças da Lei 13.415/2017. A metodologia a ser utilizada será de abordagem qualitativa, podendo ser classificada como uma pesquisa exploratória. Os dados serão coletados através de aplicação de entrevista com gestores e questionário aos professores das escolas selecionadas. Por meio da pesquisa busca-se contribuir com a oferta do itinerário de educação técnica e profissional no Novo Ensino Médio da rede de ensino estadual de SC, partindo de uma perspectiva de formação humana integral e currículo integrado.

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.710

(Extraídas das informações básicas do projeto)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a oferta de educação profissional e técnica a partir do contexto de mudanças mediante a implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina, a fim de desenvolver um produto educacional que contribua na reflexão sobre as concepções de formação humana integral e currículo integrado nesta rede de ensino, bem como na oferta do itinerário formativo em educação profissional e tecnológica.

Objetivo Secundário:

- Mapear a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, mais especificamente de ensino médio integrado, na rede estadual de ensino de Santa Catarina;
- Identificar os movimentos de adaptação curricular realizados nas escolas para atendimento da oferta de educação técnica profissional mediante o novo currículo do ensino médio no território catarinense.
- Analisar as concepções e perspectivas sobre educação profissional e tecnológica presentes nas Unidades Escolares delimitadas para amostra.
- Desenvolver e avaliar um produto educacional que aborda questões relacionadas à formação humana integral e currículo integrado na educação profissional e tecnológica, a fim de contribuir com a oferta do itinerário formativo em EPT na respectiva rede de ensino.

Critério de Inclusão:

O público alvo da pesquisa de campo são os gestores e professores de ensino médio das escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina, que possuem matrizes curriculares vigentes de ensino médio integrado e novo ensino médio. A amostra foi constituída com base na proximidade geográfica à localização da pesquisadora, exceto por uma escola que também constituirá base amostral, devido ser a única a ofertar o itinerário de educação profissional e tecnológica no Novo Ensino Médio. Para compor a base de dados para investigação, considerando Escolas Piloto do Novo Ensino Médio e Escolas que iniciaram a matriz do Novo Ensino Médio em 2022, resguardamos compor a amostra com duas Escolas de cada composição curricular. Dessa forma, considerando a proximidade geográfica da pesquisadora e a oferta das estruturas curriculares acima citadas, segue relação das Unidades Escolares selecionadas para participar da pesquisa:

EEB Maria Rita

Flor, CEDUP Hermann Hering, EEB Olavo Cecco Riggon, EEM Yvonne Olinger Appel, EEB João Boos, EEB Feliciano Pires, EEB Monsenhor Gregório Locks. A partir deste recorte, os instrumentos de

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.710

coleta de dados serão aplicados com 07 gestores escolares e 143 professores de ensino médio em efetivo exercício durante o período de coleta.

Critério de Exclusão:

Serão excluídos os participantes das entrevistas e questionário que não se enquadrarem nos critérios de inclusão acima descritos.

(Extraídas das informações básicas do projeto)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos descritos:

A pesquisadora Fernanda Bizarri de Oliveira informa que os riscos são: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; se sentir constrangido em responder a questões sensíveis; cansaço ou aborrecimento ao responder as perguntas da entrevista/questionário; tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista/questionário; desconforto, sentimento de coação, constrangimento ou alterações de comportamento ao realizar a gravação de áudio ou vídeo; alterações de visão de mundo em razão de reflexões acerca de seu papel profissional; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias; quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional. Na tentativa de diminuir as chances desses riscos, serão tomadas as seguintes providências: buscarei minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras, como também apresentando no questionário perguntas não obrigatórias; estarei atenta como pesquisadora aos sinais verbais e não verbais de desconforto e incômodo, respeitando sua dignidade e sua liberdade; também será assegurado o acesso aos resultados individuais e coletivos.

Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a não estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio econômico e/ou financeiro, como também a manutenção do sigilo dos participantes. Serão tomadas todas as providências para a manutenção do sigilo e, caso mesmo assim ocorra a quebra involuntária e não intencional da confidencialidade, as consequências serão tratadas nos termos da lei. A pesquisadora inteirou-se sobre a política de privacidade da ferramenta para realização da entrevista on-line, a qual garante a proteção de privacidade e cumprimento às leis de proteção de dados. Além do que, a pesquisadora se compromete a adotar, em todas as etapas da pesquisa, os cuidados necessários para mitigar os riscos acima elencados, em conformidade com os termos da Resolução CNS510/2016 e com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IFC (CEPSH-IFC).

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.710

Benefícios:

A pesquisa terá como benefício, além do levantamento de dados sobre a oferta da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio, a contribuição para gestores escolares da rede estadual de Santa Catarina quanto a continuidade e a discussão da oferta de educação profissional e tecnológica. Esperamos que os resultados dessa pesquisa, bem como o produto educacional a ser desenvolvido, sejam utilizados em benefício da formação integral e do currículo integrado. Para os participantes da pesquisa, os benefícios da pesquisa se apresentam de maneira direta e indireta, sendo que, de maneira indireta, considera-se positivo o acesso ao panorama geral acerca da compreensão sobre a oferta de Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual de Santa Catarina, mediante o contexto de implantação do Novo Ensino Médio. Em relação aos benefícios diretos, é possível que o participantes percebam alterações em sua visão de mundo, a partir de reflexões acerca de sua trajetória profissional e do papel da Educação Profissional e Tecnológica em sua escola, bem como possibilidade de elevação de autoestima, em consequência da importância do seu relato para a pesquisa.

(Extraídas das informações básicas do projeto)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16.

Recomendações:

Recomenda-se, quando houver modificação ao projeto original, que seja encaminhada EMENDA (proposta de modificação ao projeto original), ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. (Manual do Usuário Pesquisador).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A avaliação incide sobre os aspectos éticos dos projetos, os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa. Nesta versão do protocolo de pesquisa submetida à Plataforma

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
 Bairro: CENTRO CEP: 88.340-055
 UF: SC Município: CAMBORIU
 Telefone: (47)2104-0882 E-mail: cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.710

Brasil foram realizadas adequações das pendências listadas no parecer anterior.

O protocolo está Aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS510/16 e demais normativas do sistema CEP/CONEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em conformidade com a Resol.CNS CEP/CONEP 510/16, os projetos aprovados pelos CEPs, devem ao seu final apresentar junto à Plataforma Brasil, o Relatório Final do mesmo (o documento deverá ser encaminhado até 30 dias após a última data prevista no cronograma de execução da pesquisa)".

2. Recomenda-se manter o CEPESH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio de Notificação de Emenda de Protocolo, para análise.

No caso de dúvidas, os esclarecimentos poderão ser obtidos pelo contato com o CEPESH localizado no Campus Camboriú, cujo horário de atendimento é de segunda a sexta das 13:30 as 16:30, entrar em contato pelo email cepsh@ifc.edu.br.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1887466.pdf	13/06/2022 18:59:38		Aceito
Outros	Link_Print_Questionario_Roteiro_Entrevistas.pdf	13/06/2022 18:53:13	FERNANDA BIZARRI DE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	16/04/2022 07:14:53	FERNANDA BIZARRI DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevista.pdf	16/04/2022 07:11:54	FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Questionario.pdf	16/04/2022 07:11:47	FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP.pdf	16/04/2022 07:10:40	FERNANDA BIZARRI DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	Anuencia_SED.pdf	31/01/2022 22:17:02	FERNANDA BIZARRI DE	Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.530.710

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Fernanda.pdf	31/01/2022 21:55:40	FERNANDA BIZARRI DE	Aceito
----------------	-----------------------------	------------------------	------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMBORIU, 15 de Julho de 2022

Assinado por:
MARIA ANGELICA DE MORAES ASSUMPÇÃO PIMENTA
(Coordenador(a))

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2006
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br